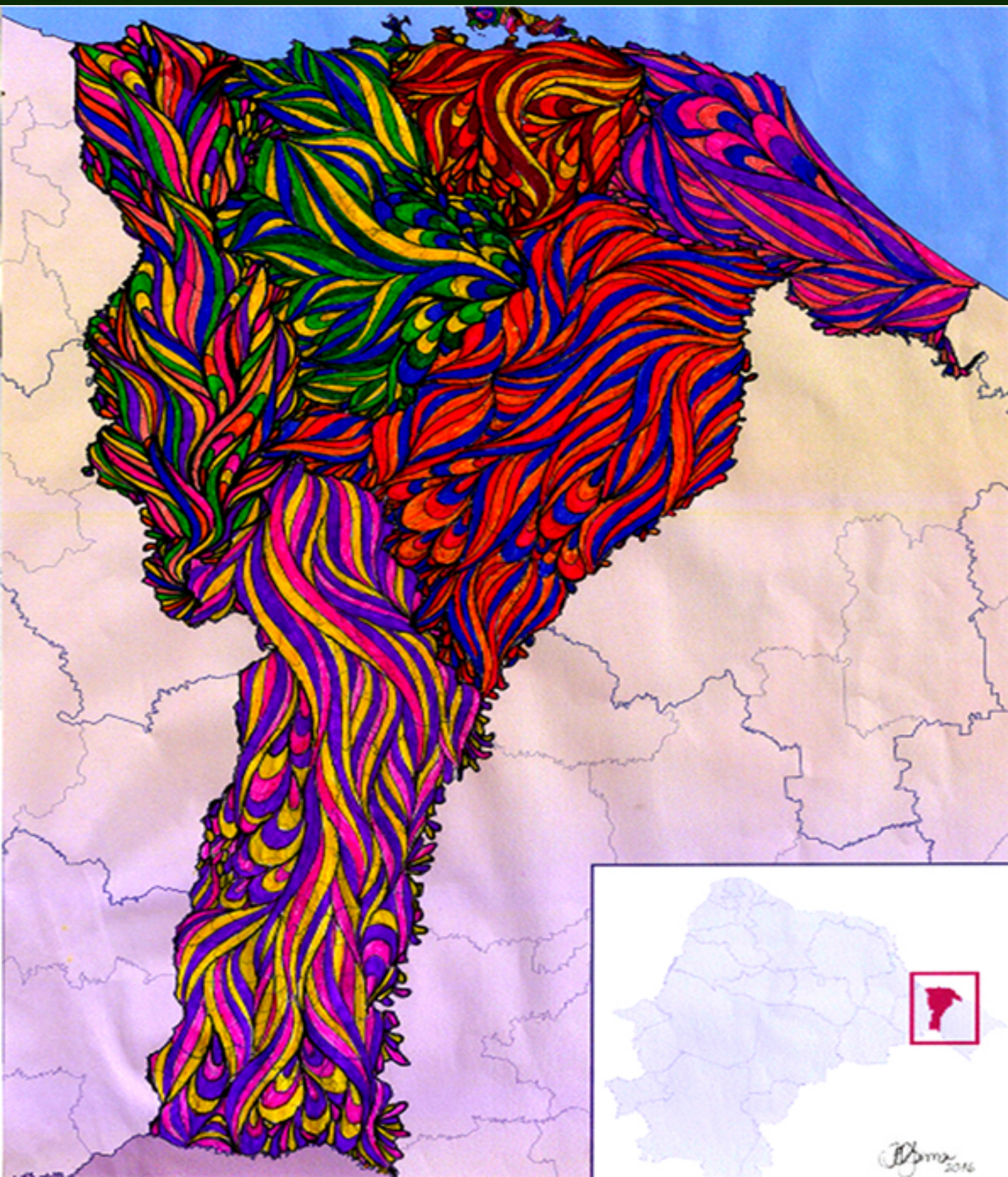
SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 9, n. 2, 2015

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na sessão Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina, bem como resenhas e relatos de viagens de estudo. As publicações destes diferentes trabalhos visa à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre a história do estado.

Sobre a capa: "Sealion SC", de Priscilla Pessôa [Canetinhas coloridas sobre papel, ano 2016]. Obra pode ser encontrada na página www.facebook.com/mandalamistica ou no instagram www.instagram.com/mandalamistica. Priscilla Pessôa é desenhista da marca de camisetas e acessórios artesanais Mandala Mística, trabalha com formas geométricas, utilizando mais a técnica do pontilhismo e do zentangle, também é design de tatuagens. Sua maior inspiração é na geometria sagrada da natureza.

Correspondência

Revista Santa Catarina em História

Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário – Trindade

CEP 88040-970 Florianópolis SC Brasil

Contato para Suporte Técnico

E-mail: seercfh@sistemas.ufsc.br

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015

v. 9, n.2, 122 p. ISSN 1984-3968

SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Josiély Koerich

i-iii

ARTIGOS

Gênero e violência: O uso de arquivos policiais na análise histórica

Fernanda Arno, Rafael Maschio

4-21

ESTUDOS

Valda Costa: A presença na inexistência Catarinense

Leonardo De Lara Cardoso

23-37

Música e Contestação: Palhostock, o Woodstock de Santa Catarina

Manoela de Souza

38-50

Modernidade, modernos e modernistas

Manoela Nascimento Souza

51-59

Germanidade no Vale do Itajaí-Açu: Conflitos étnicos e políticos no inicio do século XX

Lauro Cesar Voltolini de Almeida

60-73

Ideologia e participação civil na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em

Florianópolis (1964)
Rafael Márcio Kretzer
74-87

A Política da Boa Vizinhança sob o olhar de um catarinense: Oswaldo Rodrigues Cabral na Terra da Liberdade
Bruno Geiss Lemos
88-101

"Abastança para a colônia": A cultura do fumo em Santa Catarina no século XIX
Stela Schenato
102-113

RESENHAS

Representações contemporâneas de São João Maria
Elisandra Forneck
115-122

Editorial

Fernanda Arno
Josiély Koerich

Acolhendo trabalhos que perspectivaram e refletiram sobre diferentes questões e abordagens referentes à história do estado, a presente edição da **Revista Santa Catarina em História** conta com um artigo, sete estudos e uma resenha. Os textos foram escritos por mestres em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, e também por graduandas/os do curso de História da mesma instituição, sendo que na parte atinente aos estudos, os trabalhos aqui apresentados foram desenvolvidos no decorrer da disciplina História de Santa Catarina, ministrada pela Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff.

Na sessão **Artigos**, Fernanda Arno e Rafael Maschio em "Gênero e violência: O uso de arquivos policiais na análise histórica", buscam tecer algumas considerações sobre o uso dos arquivos policiais como fonte de pesquisa, bem como observar as características peculiares desses tipos de fonte, ressaltando as condições de produção e suas contradições. Trazendo uma revisão bibliográfica sobre o uso deste tipo de documentação, Arno e Maschio apresentam ainda dois estudos de caso, de modo a salientar algumas possibilidades teóricas e metodológicas que relacionam pesquisas sobre gênero e fontes policiais.

Na sessão **Estudos**, o texto "'Abastança para a colônia': A cultura do fumo em Santa Catarina no século XIX", de Stela Schenato, apresenta uma discussão sobre a produção fumageira no Brasil, busca analisar a cultura do fumo no século XIX em Santa Catarina, bem como entender, por meio dos Relatórios de Presidente de Província do estado, como ocorreu o desenvolvimento da produção e da exportação fumageira no período perspectivado.

No trabalho "Germanidade no Vale do Itajaí-Açu: conflitos étnicos e políticos no início do século XX", Lauro Cesar Voltolini de Almeida analisa os conflitos étnicos e políticos em torno do 'problema' da germanidade no início do século XX em Santa Catarina. Tendo como fontes notícias veiculadas no jornal *Republica*, de Florianópolis, o autor se propõe também a entender como a questão da cultura 'germânica', formada no Vale do Itajaí-Açu, estava em pauta nos conflitos políticos nesse período.

Destacando que um grande número de intelectuais, artistas e diversos elementos culturais brasileiros viajaram aos EUA durante a chamada Política de Boa Vizinhança, Bruno Geiss Lemos em "A Política da Boa Vizinhança sob o olhar de um catarinense: Oswaldo Rodrigues Cabral na *Terra da Liberdade",* propõe perspectivar a viagem do intelectual catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral aos EUA, analisando seu relato de viagem publicado em 1944 e intitulado *Terra da Liberdade: impressões da América,* de modo a compreender a Política de Boa Vizinhança pelo ponto de vista deste intelectual.

Em "Modernidade, modernos e modernistas", Manoela Nascimento Souza, apresenta uma reflexão sobre o modernismo em Santa Catarina. Se atentando ao movimento denominado de *Grupo Sul*, que envolveu escritores, poetas, pintores, alcançando inclusive o cinema e o teatro, e utilizando como fontes documentais três números da *Sul: Revista de Círculo de Arte Moderna*, lançada por este movimento em 1948, a autora analisa a questão da modernidade no estado a partir do âmbito artístico e cultural.

No estudo "Valda Costa: a presença na inexistência catarinense", Leonardo de Lara Cardoso traz uma discussão da historiografia mais recente e da historiografia tradicional sobre a questão da mão-de-obra escrava em Santa Catarina, procurando perceber como esta última pode ter contribuído para uma invisibilidade das/os negras/os no estado. Perspectivando a vida e obra da artista plástica Valda Costa, o autor busca ainda compreender como as representações de mulheres negras, realizada pela artista florianopolitana, uma mulher também negra, penetrou em um circuito artístico da elite de Florianópolis e, ainda assim, permaneceu marginalizada na história da arte.

Já a autora Manoela de Souza, em "Palhostock: Música e Contestação na Santa Catarina de 1974", considerando os contextos político, histórico, ideológico e cultural das décadas de 1960 e 1970, procura compreender o período em questão, assim como os movimentos ocorridos, focalizando a importância da música nos movimentos de contracultura. Tratando da repercussão desses movimentos e eventos musicais especificamente em Santa Catarina, notadamente com o *1º Festival de música pop – o Palhostock*, ocorrido em outubro de 1974, a autora busca também apreender até que ponto a música foi usada como objeto de expressão no período de repressão da Ditadura Militar Brasileira.

Trabalhando também com este período histórico, Rafael Márcio Kretzer em "A participação civil na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em Florianópolis (1964)", intenta trazer algumas questões sobre esta *Marcha* em Florianópolis. Sendo que outros eventos, de mesma característica e nome, já haviam acontecido neste período em outras localidades do país, o autor trata em seu texto, entre outros pontos: de quando e onde aconteceu a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em Florianópolis; como e por quem foi organizada; assim como a composição social e as motivações dos participantes.

Na sessão **Resenhas**, em "Representações contemporâneas de São João Maria", Elisandra Forneck apresenta a tese de doutorado de Tânia Welter "O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina". Defendida em 2007 e composta por oito capítulos, a tese tem por proposta, como seu próprio título sinaliza, analisar os discursos e práticas contemporâneas em relação ao profeta São João Maria em Santa Catarina. Fundamentada em intensa pesquisa bibliográfica, a obra discute ainda a imagem deste como mito fundante em torno do qual se constituíram muitos sentidos, e considerando de que forma tanto a sua trajetória como seus discursos são construídos no presente.

Essa edição da **Revista Santa Catarina em História** é um convite para adentrar em trabalhos inéditos, com enfoques e temáticas variadas. Trabalhos estes que contribuem para lançar outros olhares sobre a história de Santa Catarina, (re)significando-a.

Desejamos a todas/os uma boa leitura.

As editoras

ARTIGOS

Gênero e violência: O uso de arquivos policiais na análise histórica*

Fernanda Arno[1]

Rafael Maschio[2]

Resumo: O uso de arquivos policiais como fonte de pesquisa tem sido cada vez mais utilizados nas ciências humanas, entre elas História, Sociologia e Antropologia. Mais especificamente na História, a utilização destas fontes foi possibilitada pela ampliação dos campos de análise e objetos de pesquisa bem como o alargamento da noção de "documento histórico". Nesse sentido, este artigo visa tecer algumas considerações sobre o uso dos arquivos policiais como fonte de pesquisa e observar as características peculiares desses tipos de fonte ressaltando as condições de produção e suas contradições.
Palavras-chave: Gênero, Violência, Fontes policiais.

Abstract: The use of police files as a source of research has been increasingly used in the humanities, including history, sociology and anthropology. More specifically in history, the use of these sources was possible by the expansion of the fields of analysis and research objects and the extension of the concept of "historical document". Thus, this article aims to present some considerations on the use of police files as a source of research and observe the peculiar characteristics of these types of sources highlighting the conditions of production and its contradictions.
Keywords: Gender, Violence, police files.

Introdução

O uso de registros e procedimentos policiais como fonte para a pesquisa histórica ou o olhar que o historiador aplica aos documentos produzidos pela polícia transformando-os em documentos históricos fazem parte de uma ampliação de objetos no campo da pesquisa histórica, principalmente após a chamada Escola dos *Annales* e o movimento dos historiadores pela busca por tudo que fosse humano. O aumento do campo de análise histórica carregou consigo uma ampliação também da ideia de "documento histórico" e de seus usos e tipos, já

* Este artigo foi escrito como trabalho final para a disciplina de Teoria e metodologia da pesquisa histórica, ministrada pela Profª Drª Cristina Scheibe Wolff, no segundo semestre de 2013.

1 Fernanda Arno é doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail fernanda.arno@gmail.com

2 Rafael Maschio é mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail rafaelluizmaschio@gmail.com

que o aumento do campo de investigação implicou mudanças no conceito de documento histórico "a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana"[3].

No entanto, foi a partir da década de 1980 que a utilização das fontes policiais e também judiciais viria cada vez mais ganhar espaço no campo das ciências humanas, mais precisamente na História e nas Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia). Com a utilização e a análise destas fontes, sejam os inquéritos policiais ou processos-crime, de acordo com uma determinada corrente teórica, seria possível ressaltar informações sobre práticas sociais e cotidianas dos sujeitos envolvidos, estabelecendo comportamentos e valores sociais aceitos e legitimados.

É crescente o número de estudos que se utilizam de arquivos policiais, seja como documento foco da pesquisa ou como documento auxiliar. Nesse sentido, o objetivo deste artigo, além da revisão bibliográfica sobre o uso deste tipo de documentação, principalmente no Brasil e em Santa Catarina, é observar também a utilização desta modalidade de fonte e sua importância para os estudos de gênero e História das mulheres, já que o trabalho com as fontes policiais e judiciárias permite "analisar questões referentes ao aspecto cultural, social e econômico de um determinado meio, estudar o cotidiano, as normas e padrões impostas pela sociedade, assim como entender o que é permitido e reprimido nos comportamentos dos indivíduos"[4].

Podemos citar algumas utilizações de registros policiais como fonte histórica, por exemplo, no livro *Trabalho, lar e botequim*[5], de Sidney Chalhoub, escrito em 1986, onde o autor, dialogando com a história social, busca compreender o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*, mostrando como a ideologia dominante penetrou nas análises acadêmicas. A escolha da fonte esteve "exatamente na expectativa de que tais documentos flagrassem trabalhadores – homens e mulheres – agindo e descrevendo os sentidos de suas relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar de fala política

3 KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tânia Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p.15.
4 RIBEIRO, Edméia Aparecida. Fonte judicial na pesquisa histórica: o crime de sedução. *In: Revista História & Ensino,* Londrina, V. 3, abril. 1997, p. 57 – 71. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino. Acesso em 07/08/2013. p. 70.
5 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

articulada"[6], nos depoimentos destes processos pode-se encontrar a fala cotidiana, o lugar onde as ações implicariam depois nas falas políticas articuladas, a vivência cotidiana como ponto de partida para os movimentos operários.

Ainda na década de 1980, o livro *Crime e cotidiano*[7], de Boris Fausto, analisa uma vasta documentação criminal da cidade de São Paulo no bojo do processo de aumento populacional e expansão industrial. Ao se debruçar sobre os inquéritos e processos criminais, o autor reconstitui aspectos cotidianos das mais variadas relações sociais da formação da cidade de São Paulo. Para Fausto, a questão dos inquéritos policiais e processos crimes não eram sobre a veracidade dos fatos ali relatados, mas as representações sobre as práticas consideradas ideais e de quanto esses relatos se aproximam de um padrão de relação social nos mais variados espaços públicos.

Outro trabalho que teve grande repercussão foi o de Sueann Caulfield, *Em defesa da honra*[8], escrito em 1999, onde, ao olhar para o Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1940, a autora investiga "a relação entre o papel da honra sexual nas escolhas pessoais e nos conflitos vividos pela população e sua função nos debates públicos sobre a modernização do Brasil"[9]. Para isso a autora utiliza discursos de advogados e de juristas e depoimentos dos envolvidos em 450 inquéritos policiais referentes ao crime de defloramento, ligado a honra sexual. Tecendo visões conflitantes sobre o tema, associa as definições sobre honra nas famílias aos debates sobre o futuro da nação brasileira, abordando as relações de gênero como fator principal para se compreender estes conflitos sociais.

Trabalhos como estes incentivaram a produção científica tendo este tipo de fonte documental como ponto de partida e algumas considerações e cuidados quanto à análise dos inquéritos policiais e processos-crimes já foram citados em outros textos e, quanto a produção eu funcionamento do documento em si, como afirma Grinberg (2009),

> Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça, a partir de um evento específico: o crime e seu percurso nas

6 Ibidem p. vi.
7 FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano:* a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924), São Paulo: Brasiliense, 1984.
8 CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra:* Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
9 CAUFIELD, op. cit. p. 26.

> instituições policiais e judiciárias. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomado também como 'mecanismos de controle social', marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão […] o objetivo primeiro da produção do documento não é reconstituir um acontecimento – o que, de resto, jamais poderia ser – mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam 'ficções', papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história[10].

A respeito do uso deste tipo de documentação em pesquisas em Santa Catarina, podemos citar o trabalho de Monica Hass, *O linchamento que muitos querem esquecer*[11], que analisa o caso do linchamento ocorrido em Chapecó no ano de 1950 e seus desdobramentos até 1956, através do processo-crime, que contém nove volumes e cerca de 4 mil páginas, entre outros documentos como revistas e jornais que noticiaram o fato, além de entrevistas com alguns envolvidos. Este exemplo mostra que não somente grandes quantidades de processos ou inquéritos podem ser utilizados para uma pesquisa, mas que um caso específico pode ser visto também a partir deste tipo de documentação.

Outro autor que trabalha com processos-crime é Délcio Marquetti, que escreve sobre a história do crime na região oeste catarinense na primeira metade do século XX. Em seu livro *Bandidos, forasteiros e intrusos*[12], Délcio dá uma atenção específica aos crimes de homicídio e agressões para tratar a criminalidade, de forma específica, principalmente, na cidade de Xanxerê, onde busca diferentes visões que expliquem a alta criminalidade no local, desde os juristas e delegados até os envolvidos e procura demonstrar como essa violência influenciou o contexto social e cultural do município.

Já Eva Gavron, em *Dramas e danos: Estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985)*[13], constrói uma história social e cultural do significado de "ser vítima" de um crime sexual, em Florianópolis e região metropolitana. Para isso utiliza inquérito, processos criminais e laudos periciais do Instituto Médico Legal (IML), confrontando-os com as notícias publicadas nos jornais do período.

10 GRINBERG, 2009, 126-27.
11HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer:* Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2001.
12 MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos:* história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX. Chapecó: Argos, 2008.
13 GAVRON, Eva Lúcia. *Dramas e danos:* Estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. 300 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Adentrando as pesquisas sobre gênero nos deparamos com diversas abordagens, sendo que o estudo da violência contra mulheres sempre ocupou um lugar importante, pois é um dos lugares onde as relações de poder se expressam com força e ganham bastante visibilidade. Lana Lage e Maria Beatriz Nader no artigo *Da legitimação à condenação social*[14], nos dão um panorama sobre a violência contra a mulher e a relação ideológica patriarcal que se estabelece para a punição contra elas. Através de notícias de jornais e processos criminais exemplificam com alguns casos que se tornaram famosos no Brasil como a punição é diferente para homens e mulheres e como uma dupla moral sexual era aplicada sobre as mulheres.

Fontes policiais: cuidados metodológicos

Antes de abrirmos os inquéritos para expormos dois estudos de caso, se faz necessário um olhar mais atento sobre estas fontes, pois o que os historiadores procuram não deve ser a verdade a respeito do crime, quem é culpado ou inocente, porque "as pessoas fazem relatos e encarnam personagens diante da Justiça com a esperança de convencer os Oficiais de Polícia ou o juiz; elas podem, ou não, acreditar em suas próprias histórias e talvez até desempenhem papéis diferentes em outros lugares"[15], ou seja, mesmo com versões conflitantes, nossa preocupação enquanto historiadores deve ser compreender a representação da figura ou modelo ideal que os envolvidos buscam ou interpretam e como isto é colocado discursivamente em seus depoimentos. São essas representações, esses modelos, que permitem uma análise histórica, principalmente de valores e normas sociais. E as críticas não param por ai:

> Uma [outra] crítica feita frequentemente ao uso de processos criminais como fonte histórica social é que eles registram mais experiências de sujeitos marginais que normas sociais. Contudo, a partir da análise do perfil das vítimas, réus e testemunhas e com a leitura dos registros de crimes sexuais em comparação com os outros tipos de fonte, como dados demográficos, jornais e outras formas de memória social e política, fica claro que os dramas

14 LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
15 CAULFIELD Op. cit., p. 38.

> representados nas salas de audiência não eram meramente um reflexo de desvios anti-sociais.[16]

E esta crítica deve ser levada em consideração na análise a respeito de qualquer crime neste tipo de documentação, as informações podem e devem ser confrontadas com outras fontes, assegurando uma melhor investigação dos valores culturais e sociais do período e local a ser estudado. Como ressalta Monica Hass "o processo-crime tornou-se elemento essencial para, através da fala dos envolvidos, que aparece nos depoimentos prestados, auxiliar no relato dos detalhes do crime, no levantamento das condições socioeconômicas dos processados, sua religião, seus valores em geral, relações sociais e relações de poder"[17].

Sobretudo, são necessários cuidados metodológicos, como na transcrição, ao se utilizar este tipo de fonte documental. Em primeiro lugar com os nomes dos envolvidos, principalmente se os inquéritos policiais ou processos-crime forem recentes, pode-se utilizar abreviaturas, somente o primeiro nome ou ainda a troca dos nomes verdadeiros para nomes fictícios. Em segundo lugar é importante entender como funciona a dinâmica de instauração desses documentos, o lugar que é produzido e como as falas são intermediadas. Marize Corrêa (1983) nos alerta para a atuação dos "manipuladores técnicos", ou melhor, a intermediação dos escrivães de polícia nos relatos das mulheres e homens envolvidos e como as falas destes são operacionalizadas e colocadas no vocabulário técnico-jurídico e de compreensão do delegado de polícia e servidores do judiciário. Percebe-se ainda que:

> nesses registros estão excluídas as perguntas e sugestões feitas pelos interrogadores e os escrivães de polícia empregam uma linguagem técnica que provavelmente obscurece as nuanças dos testemunhos originais. Além disso, as pessoas encarnam personagens diante da justiça com a esperança de convencer os oficiais da policia ou o juiz (...)[18].

São essas e outras questões que fazem do uso de registros e procedimentos policiais na pesquisa histórica um desafio no sentido de que não há a procura de evidências diretas de comportamentos definidos como reais, mas uma insinuação à valores e costumes tidos como

16 CAULFIELD Op. cit., p. 39.
17 HASS Op. cit., p. 29.
18 CAULFIELD, Op. cit. p. 38.

padrões de uma sociedade dita civilizada. Esta insinuação, como vimos acima, pode fazer parte também de estratégias de mulheres e homens em resposta a interesses pessoais e muitas vezes contraditórios, mas que, no entanto, deixam indícios de como as relações de gênero em momentos históricos definidos.

Ainda como afirma Chalhoub (2012) é necessário estar atento as repetições nas falas dos inquéritos, pois são nestas repetições que se evidenciam estes comportamentos cotidianos e as relações de poder aí construídas:

> As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador *são* estas relações sistematicamente repetidas[19].

Outras informações podem ser utilizadas para compreender o contexto a ser estudado e comparadas com as versões encontradas nas fontes policiais. Analisar dados demográficos, periódicos ou mesmo entrevistas orais nos ajuda a entender as relações sociais, os padrões comportamentais e possíveis formas de resistência a eles, nos dando pistas que ajudam a esclarecer as lacunas deixadas por estas fontes. A quem adentrará no mundo das fontes policiais todo cuidado e atenção são poucos, mas a viagem, com certeza, será muito prazerosa.

Sendo assim, nesse cruzamento entre as fontes policiais e os estudos de gênero e tendo em vista os cuidados metodológicos necessários, apresentaremos dois estudos de caso, de épocas e enfoques distintos. O primeiro faz parte da pesquisa realizada por Rafael Luiz Maschio, compreendendo as relações de gênero em relações afetivas conjugais violentas através da análise de inquéritos policiais de lesão corporal contra mulher, após a promulgação da Lei Maria da Penha, instaurado na delegacia de proteção à mulher na cidade de Itajaí. Neste inquérito policial, o objetivo é identificar os discursos e representações que constroem as narrativas de violência de gênero, seja nos depoimentos dos envolvidos bem como a intervenção das policias ostensivas e judiciárias.

19 CHALHOUB, op.cit. p. 40.

O segundo estudo faz parte da pesquisa realizada por Fernanda Arno, em sua dissertação de mestrado, e é voltado as representações e os discursos de masculinidade e violência em inquéritos policiais, principalmente o crime de homicídio, entre as décadas de 1958 e 1988, instaurados na Comarca de Chapecó.

Estudos de gênero e fontes policiais

Estudo de caso 01: A delegacia de Polícia de Proteção à mulher de Itajaí[20] foi fundada em 1998, ou seja, treze anos após a fundação da primeira delegacia especializada em crimes contra a mulher na cidade de São Paulo em 1985. As delegacias especializadas em crimes cometidos contra as mulheres foram, ao lado da Constituição de 1988 e da Lei 11.340/06[21], ou Lei Maria da Penha, um dos grandes avanços das políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres no Brasil, impulsionadas pelos movimentos feministas e de mulheres.

Tendo como foco a criação das delegacias especializadas e a Lei 11.340/06, minha pesquisa objetiva identificar as representações e construções de gênero nas relações afetivas conjugais, entre os anos de 2006 a 2010, tendo como fonte principal os relatos contidos nos inquéritos policiais dos crimes de lesão corporal instaurados na Delegacia de proteção à mulher. A leitura destes inquéritos policiais tem por objetivo identificar, sejam nos depoimentos dos envolvidos ou na atuação da polícia judiciária, as representações de gênero bem como estes são expressos sejam nos relatos ou na intervenção policial, no sentido de marcar lugares e posicionar os sujeitos envolvidos em relações desiguais de gênero.

Neste artigo, apresentarei algumas leituras acerca de um inquérito policial específico, chamando a atenção para os diversos discursos expressos nas peças pré processuais através da intervenção e abordagem da Polícia Militar ao encaminhar os envolvidos à Delegacia de Polícia e observar como estes discursos dão sentidos as relações conjugais e sustentam as

20 Itajaí, localizada na foz do Rio Itajaí – Açu, com aproximadamente 190.000 habitantes. Por ser uma cidade portuária, com uma movimentação de carga, principalmente frango e congelados, de larga escala, a partir da década de 1990, sua população cresceu decorrente, em grande parte, da migração de pessoas de outras regiões do Brasil, principalmente oeste do Paraná, em busca de oportunidades de trabalho não só pela atividade portuária diretamente mas também na industrial naval e estaleiros.

21 A Lei 11.340/06, ou Lei Maria da Penha como é conhecida, foi instituída em 07 de agosto de 2006 e tem como objetivo criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher bem como erradicar toda e qualquer violência baseada no gênero contra as mulheres.

normas de gênero. O inquérito analisado foi instaurado em 2009, pós Lei Maria da Penha, e trata-se da apuração do crime de lesão corporal cometido por homem contra mulher em âmbito afetivo conjugal.

Senhora J.O.T.B[22], 33 anos, auxiliar administrativa, 2º grau completo, realizou a denúncia de Lesão Corporal contra S.J.N.B., seu ex – marido, e relatando à escrivã de Polícia que, além da agressão daquele mesmo dia, a vítima já havia procurado a Vara da Infância e da Família pedindo o afastamento de seu companheiro da residência onde moravam, visto que ele era viciado em substâncias entorpecentes e, de acordo com o relato, colocava a saúde de seus filhos em risco. Segundo o boletim de ocorrência, a comunicante da agressão relatou que estava morando com a mãe pois o processo de separação já estava acontecendo mas que necessitou ir até a antiga residência do casal para buscar fraldas para o filho sendo agredida no local. De acordo com o relato, seguindo uma orientação do Conselho Tutelar da cidade de Itajaí e evitar mais agressões, saiu da sua casa com os três filhos e foi morar com seus pais

Porém, como citado acima, ao ir até a residência para buscar objetos e pertences pessoais das crianças, deparou – se com outro casal que não conhecia dormindo em um dos cômodos da residência além de vestes íntimas e preservativos no antigo quarto do casal. Neste momento, de acordo com a comunicante, houve uma discussão com seu companheiro sendo que este lhe agrediu fisicamente com tapas no rosto. Neste trecho, a comunicante relata que, para se defender, precisou atacar seu companheiro dando-lhe uma mordida em um dos dedos e quando teve oportunidade acionou a Polícia Militar.

Senhor S.J.N.B., 40 anos, cobrador de ônibus coletivo, 1º Grau incompleto, relatou que jamais agrediu sua companheira ou a qualquer de seus filhos; também disse que tinha sido ele a vítima das agressões por parte de sua ex- mulher e que não sabia o que aquela fora fazer na casa. Quando os policiais militares chegaram à residência "o declarante explicou o que havia ocorrido, tendo os policiais militares constatado que o declarante não havia agredido ela e sim tinha sido vítima de agressão"[23]. Segundo este, ao explicar 'os fatos', os agentes de segurança concluíram que ele é que tinha sido agredido pela ex – mulher, mesmo sendo esta que teria acionado ou solicitado a intervenção. Interessante perceber que no relato da declarante também está colocado a posição tomada pelos agentes de segurança na qual aquela

22 Para garantir o anonimato, utilizo apenas as iniciais do nome dos envolvidos.
23 Ibidem.

relatou "aos policiais o ocorrido, e acabaram dando razão para Senhor S.J.N.B., sendo que uma das guarnições tratou a declarante como criminosa; que (...) não foi preso pelos policiais(...)"[24]. Nos depoimentos, os policiais relataram que:

> foram acionados pelo Copom para atender ocorrência de vias de fato entre um casal (...); que no local uma feminina que se encontrava na frente da casa e disse chamar-se senhora J. (...), a qual estava muito alterada, relatou que havia saído de casa há uma semana e ao retornar na data de hoje, constatou a existência de uma calcinha (...), não sendo dela passou a discutir com (...); que a guarnição não entendendo a ocorrência de nenhum delito no local, providenciou o encaminhamento do (...)até o pronto socorro.[25]

Neste documento, é importante atentarmos não para a veracidade das versões, quem estava certo ou quem está mentindo. Como escreveu Corrêa:

> Em suma, o que estou tentando dizer é que no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando parte do "real" que melhor reforça seu ponto de vista.[26]

Sendo assim, as posições que cada um dos envolvidos assumem discursivamente neste procedimento policial, os comportamentos frisados nos relatos, principalmente o padrão comportamental esperado pelos agentes do estado são de suma importância para a análise.

A resposta dos policiais militares no documento em questão é um exemplo disto. Ao se colocarem favoráveis ao denunciado, os policiais militares classificam o comportamento feminino como "natural" e justificável em relação a agressão masculina. Em seus relatos fica claro que ao marcar a posição vítima – autor de forma invertida à denunciada, os agentes estariam, na verdade, demarcando papéis sociais de masculino e feminino em uma configuração de violência em que beneficia ou mesmo justifica a ação masculina. O fato de

24 Ibidem.
25 IP. 027/2009. Livro 002, folhas 160. Arquivo DPCAMI.
26 Apud De TILIO, Rafael. *Inquéritos policiais e processos de crimes sexuais:* estratégia de gênero e representações da sexualidade. 246 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. p.59.

enfatizarem, como foi dito acima, o ciúme da mulher coloca em destaque a emoção e histeria feminina em detrimento de uma racionalidade na relação com o espaço público.

No entanto, essa mesma representação do feminino é evocada quando necessário por qualquer um dos atores. Na leitura das peças, o registro inicial da ocorrência, aquele que dá origem ao inquérito policial, a vítima relata que fora até a casa de seu ex – cônjuge "buscar fraldas para seu filho de quatro meses"[27]. No termo de declaração também faz menção do filho pequeno e a necessidade de buscar fraldas. O recurso à "mãe zelosa" ou como uma amostra de que a vítima cumpre seus deveres enquanto mulher, cuidar dos filhos, da casa, é também uma estratégia para influenciar na percepção do delegado de polícia ou, futuramente, do juiz na hora da decisão. Assim como no relato dos policiais, o relato da vítima também frisa uma postura feminina da ligada as emoções e a "sentimentos típicos de mulher". Evidenciar o comportamento sexual degenerado do acusado também faz parte das estratégias de acusação. Reiterar que aquele homem, além de toxicômano, era um pervertido sexual que não respeitava a residência onde sua família morava, significava um desajustamento social por parte do homem, que não cumpria suas responsabilidades enquanto tal.

Nesse sentido, estes trechos lidos em conjunto produzem efeitos de sentidos, sendo que estes "não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito"[28]. Ao observarmos um conjunto de inquéritos policiais, podemos perceber nas narrativas estratégias e insinuações de gênero, representações e ideias de como devem proceder homens e mulheres em determinadas situações, bem como padrões e valores aceitos socialmente, em determinado tempo e espaço.

Estudo de caso 02[29]: O que proponho neste breve estudo de caso é demonstrar a relação que pode ser feita entre inquéritos policiais e masculinidades. Através de uma investigação sobre a violência no oeste de Santa Catarina, mais especificamente na região de

27 IP. 027/2009. Livro 002, folhas 160. Arquivo DPCAMI.
28 ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 10ª Ed, Campinas, SP. Pontes Editores, 2012. p. 30.
29 Este estudo de caso, de maneira resumida e recortada, faz parte de minha pesquisa de mestrado, que pode ser conferida na integra em: ARNO, Fernanda. *Violência e masculinidade em Chapecó-SC (1958-1974)*. Florianópolis, 2015. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

abrangência da Comarca de Chapecó[30], procuro destacar como as mudanças sociais e culturais podem ser percebidas nos depoimentos contidos nos inquéritos policiais e como as relações de gênero se evidenciam nestes discursos, entendendo como eram construídos os papéis masculinos e femininos nesta região.

Masculinidade aqui entendida como um termo que ultrapassa a questão biológica, a dicotomia masculino/feminino, homem/mulher, e diz respeito às relações humanas nos mais diversos níveis, através das relações de gênero, "é assim que podemos encontrar, ao nível etnográfico, expressões como "mulher masculina", "gestos masculinos", "valores masculinos", "símbolos masculinos", etc., independentemente dos sexos e até do sexo, como no caso dos símbolos"[31].

Neste sentido, os inquéritos policiais reforçam os estudos sobre uma masculinidade, ou sobre masculinidades, existentes neste espaço, os municípios da Comarca de Chapecó-SC, pensando que a violência era naturalizada na região e influenciou fortemente sua colonização. Assim, parto do masculino por perceber que o estudo de gênero é relacional e, "se o gênero se preocupa em escrever uma História das Mulheres, deve igualmente se ocupar de escrever uma História dos Homens, que também nunca existiu. Pois se eles estiveram sempre nos livros de história e nos arquivos, estiveram enquanto uma categoria construída social e politicamente, tanto quanto as mulheres o foram em sua ausência"[32].

Antes de adentrar as páginas do inquérito me detive em levantar dados que auxiliassem na compreensão de que tipo de pessoas estavam envolvidas nestes crimes e na frequência destes crimes na região. Devido ao pouco espaço, trato aqui dos crimes de homicídio[33], sendo 30 inquéritos, com datas limite entre 1958 e 1988, que representam 2,5% dos processos-crime da Coleção Comarca de Chapecó[34]. Dentre estes, 8 tem mulheres como

30 A Comarca de Chapecó, criada em 14 de novembro 1917, abrange os municípios Chapecó, Caxambu do Sul, Nova Itaberaba, Guatambu, Planalto Alegre e Cordilheira Alta.
31 MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). *Dicionário da Crítica Feminista.* Porto: Afrontamento, 2005, p. 123.
32 FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o feminino e o masculino se cruzam. *Cadernos Pagu*, 2005, n. 24, p. 127-152, p. 142.
33 O crime de Homicídio, artigo 121 do Código Penal Brasileiro, é classificado como um crime contra a pessoa e contra a vida, dividido entre homicídio simples, homicídio qualificado e homicídio culposo (onde não há intenção de matar), com reclusão de 6 a 20 anos.
34 A coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos Policiais – pertence ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/Unochapecó, é composta por 1198 processos nas mais variadas temáticas e advém da doação processos crimes pertencentes a Comarca de Chapecó ao Centro.

vítimas, representando 26,6% deste tipo de ação. Já os que possuem homens como vítima são 22 casos ou 73,4% deste tipo de ação. Logo percebemos que os homens são os maiores envolvidos, visto ainda que não há nenhum registro de mulheres como indiciadas, demonstrando que as mortes ou tentativas de morte eram provocadas por homens e geralmente contra homens.

Quanto ao índice de homicídios e seu aumento ao longo dos anos, podemos constatar que entre 1958 e 1959 houve apenas um registro. Entre os anos 1960 e 1970 houve três registros, entre 1970 e 1980 foram nove registros e entre 1980 e 1988 o número cresce para dezessete registros, denunciando um aumento significativo de homicídios, sem deixar de considerar o aumento populacional, que contribuí também para o aumento da criminalidade.

Entre as mulheres vítimas, sete não foram assassinadas deliberadamente, estas foram vítimas de atropelamentos, crimes considerados fatalidades pelos investigadores, pois, segundo estes, não havia a intenção de matar e na maioria dos casos o suspeito não era encontrado. O oitavo caso, o de Irema[35], registrado como homicídio, trata-se na verdade de um suicídio, com motivos desconhecidos, como nos mostra o relatório do inquérito:

> Foram tomadas por termo as declarações das pessoas que se encontravam na casa, pais e irmã, e segundo os mesmos, a vítima usando a arma de fogo de propriedade de seu pai […] efetuou um disparo contra seu próprio corpo. Após o disparo a vítima ainda caminhou de encontro a seus pais, mas sem pronunciar palavras, desfaleceu. Foi levada para o hospital rapidamente, onde deu entrada sem vida.[36]

Entre os casos envolvendo homens, a maioria foi motivado por rixas antigas ou discussões entre os envolvidos. Em algumas situações, até mesmo desentendimentos entre amigos, emulados pela bebida alcoólica, podiam acabar em tentativa de homicídio. É o caso do esfaqueamento no bar do Severino[37], acontecido em 21 de novembro de 1977, onde dois amigos, Ataíde e Mario, jogavam umas partidas de *Snooker*[38], bebendo umas cervejas e umas

35 Por se tratar de arquivo público, com acesso disponível a qualquer pesquisador(a) e sem segredo de justiça, utilizo o primeiro nome dos envolvidos ao longo do artigo.
36 Inquérito policial nº 027/1ºDP/86, de 25 de fevereiro de 1986, disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, na Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos policiais CCOC703ip, caixa 22.
37 Inquérito policial nº 265/77 da Comarca de Chapecó-SC, disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, na Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos policiais, ID CCOC700ip, caixa 22.
38 Variedade do jogo de bilhar, também conhecido como "sinuca" em algumas regiões.

"pingas". Após duas partidas perdidas por Ataíde, este resolve fazer um jogo de adivinhações com Mário, "valendo uma dúzia de cervejas", o jogo não termina de forma satisfatória para nenhum dos dois, o que leva a desentendimentos e termina com Ataíde esfaqueado no peito por seu amigo. Como conta Zélia, filha da vítima:

> Seu pai disse a Mário que eles pagavam meio a meio a dúzia cerveja para tomarem (juntos); que o Mário disse que não ia tomar cerveja, pois já havia tomado cachaça e não queria fazer mistura e, que também não possuía dinheiro; Que Severino disse que por falta de dinheiro eles podiam tomar que ele marcava as cervejas; Que por fim, seu pai disse que deixava todo o jogo por apenas uma cerveja, só para eles tomarem e ficarem amigos; que o seu pai e o Mário saíram para fora do bar e em seguida a declarante escutou uma gritaria lá fora; que a declarante neste momento abriu a janela e viu que seu pai e o Mário estavam agarrados; que a declarante gritou com Mário dizendo: o que é isso Mário, e que seu pai respondeu dizendo: este ingrato me esfaqueou.[39]

Para além do relato em si é importante perceber o que não é dito, compreender a racionalidade da violência, entendendo-a como um mecanismo de afirmação social, uma ação necessária no desempenho dos papéis masculinos da época, como afirma Vojniak (2004) "o que hediondamente se considera violento, no sentido marginal e depreciativo, amiúde poderia ser percebido como um modo socialmente legítimo de resolver conflitos"[40].

Seguindo a premissa de que se agia violentamente em nome da honra e em defesa de um papel dominante, esta conduta era, inclusive, transmitida dentro da família, o que pode ser visto em inquéritos envolvendo menores de idade, acontecimento não raro entre os processos-crime. É o caso, por exemplo, do inquérito CCOC695ip[41], onde dois estudantes de escola pública teriam se desentendido ao saírem da aula, terminando com o menor Ruy, de 14 anos, assassinado por Antonio, de 13 anos, com uma pedrada na cabeça. A vítima teve hemorragia cerebral e não resistiu ao ferimento, falecendo no dia posterior ao crime. Como afirma Helio, tido como informante, com 12 anos de idade, sobre os motivos do crime:

39 Inquérito Policial CCOC700ip, caixa 22.
40 VOJNIAK, Fernando. *"Iluminar a inteligência e educar a afetividade":* uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). 2004, 177 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Florianópolis, 2004.
41 Inquérito policial nº 38/74 da Comarca de Chapecó-SC, de 19 de abril de 1974, disponível no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, na Coleção Comarca de Chapecó – Inquéritos policiais, ID CCOC695ip, caixa 22.

> […] que a coisa de umas três semanas o declarante discutiu com um amigo de Ruy, *porque este havia chamado o declarante de filho da puta e negro*. Que na ocasião quando discutiu Ruy estava junto e disse que iria surrar o declarante. Que então Bladimir e Antonio, disseram que Ruy era um provalecido e o declarante correu dali; que dali em diante Ruy procurou sempre surar digo, surrar o declarante Antonio e Bladimir (grifo nosso).[42]

Um terceiro, amigo de Ruy, discutiu com Helio e ofendeu-o chamando de "filha da puta e negro". Percebemos aqui, nas entrelinhas deste discurso, o preconceito quanto a cor da pele de Helio e a desvalorização da mulher, evidenciando o machismo existente, ao utilizar um xingamento dirigido a mãe do declarante, desqualificando-a. Muitos outros fatores poderiam ser levantados quanto a este caso e aos demais, através de uma percepção mais detalhada ao que está contido nesta fonte documental, um olhar aguçado quanto ao detalhes e as repetições nos ajuda a compreender este cotidiano que parece escapar em depoimentos divergentes e versões conflitantes.

Através destas repetições, constatasse uma necessidade, por parte dos homens, em andar armado, visto que quase todos os acusados portavam algum tipo de arma, o que pode ser entendido como uma forma de demonstração, como evidenciam os trechos abaixo:

> Quando saíram da aula e iam pra casa […] foram alcançados e Ruy que tinha uma pedra na mão disse que não precisava para surrar uns formigas e foi contra o declarante[43];
>
> Quando o depoente lá chegou o sr. Ricardo estava com pé na porta com uma faca em punho, então o depoente pediu novamente que não entrasse, mas sempre avançando, então o depoente deu dois tiros para assustar[44];
>
> Este então fechou a porta e pegou um foguete e disse para o depoente que iria assustar os referidos elementos e soltou o foguete pela janela[45];
>
> Mário sacou de uma faca e desferiu um violento golpe no declarante atingindou [sic] no peito, próximo ao coração[46];

42 Ibidem.
43 Inquérito Policial CCOC695ip, caixa 22.
44 Inquérito Policial CCOC698ip, caixa 22.
45 Inquérito Policial CCOC699ip, caixa 22.
46 Inquérito Policial CCOC700ip, caixa 22.

> [...] lá chegando constatou que realmente um indivíduo de nome Vendelino estava armado de um revólver, marca Rossi, calibre 22 […] e com esta arma o mesmo havia atentado contra a vida do senhor Valdemar[47];

Em momento algum o fato dos indiciados possuírem armas é questionado pelos investigadores, ou pelo delegado, pequenos indícios de práticas comuns que representavam o que era "ser homem" em Chapecó. Podemos perceber, enfim, que a violência era um meio de expressão de masculinidade, motivada por diversos fatores, mais ou menos aceitos socialmente, sendo vista, muitas vezes, como a "única forma" de resolver conflitos, o que é confirmado a cada novo inquérito.

Apesar de breves, o objetivo destes estudos de caso foi apresentar algumas possibilidades teóricas e metodológicas que relacionassem as pesquisas sobre gênero e fontes policiais, bem como incentivar mais estudos como estes, que acrescentem e multipliquem as análises nesta área do campo historiográfico.

Referências

ARNO, Fernanda. *Violência e masculinidade em Chapecó-SC (1958-1974).* Florianópolis, 2015. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra:* Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CORRÊA, Mariza *Morte em família:* representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1983.

De TILIO, Rafael. *Inquéritos policiais e processos de crimes sexuais:* estratégia de gênero e representações da sexualidade. 246 p. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano:* a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924), São Paulo: Brasiliense, 1984.

47 Inquérito Policial CCOC709ip, caixa 22.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o feminino e o masculino se cruzam. *Cadernos Pagu*, 2005, n. 24, p. 127-152.

GAVRON, Eva Lúcia. *Dramas e danos:* Estudo das vítimas de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. 300 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tânia Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

HASS, Monica. *O linchamento que muitos querem esquecer:* Chapecó, 1950 1956. Chapecó: Argos, 2001.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tânia Regina (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). *Dicionário da Crítica Feminista.* Porto: Afrontamento, 2005, p. 123.

MARQUETTI, Délcio. *Bandidos, forasteiros e intrusos:* história do crime no oeste catarinense na primeira metade do século XX. Chapecó: Argos, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. 10ª Ed, Campinas, SP. Pontes Editores, 2012.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. Fonte judicial na pesquisa histórica: o crime de sedução. *In: Revista História & Ensino,* Londrina, V. 3, abril. 1997, p. 57 – 71. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino. Acesso em 07/08/2013.

VOJNIAK, Fernando. *"Iluminar a inteligência e educar a afetividade":* uma história do gênero masculino no Oeste Catarinense (1950-1970). 2004, 177 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural), Florianópolis, 2004.

Fontes documentais

IP. 027/2009. Livro 002, folhas 160. Arquivo DPCAMI.

IP. 027/2009. Livro 002, folhas 160. Arquivo DPCAMI.

Inquérito policial nº 027/86 da Comarca de Chapecó, ID CCOC703ip, caixa 22.

Inquérito policial nº 265/77 da Comarca de Chapecó-SC, ID CCOC700ip, caixa 22.

Inquérito policial nº 38/74 da Comarca de Chapecó-SC, ID CCOC695ip, caixa 22.

Inquérito policial nº S/N da Comarca de Chapecó-SC, ID CCOC698ip, caixa 22.

Inquérito policial nº 149/87 da Comarca de Chapecó-SC, ID CCOC699ip, caixa 22.

Inquérito policial nº 117/77 da Comarca de Chapecó-SC, ID CCOC709ip, caixa 22.

Recebido em 26 de maio de 2014
Aprovado para publicação em 14 de maio de 2016

ESTUDOS

Valda Costa: A presença na inexistência Catarinense

Leonardo de Lara Cardoso*
leodelara@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar brevemente a historiografia tradicional e mais recente que discutem a mão-de-obra escrava no estado de Santa Catarina, escolhendo por enfoque a cidade e região de Florianópolis. E a partir desse contexto tentar perceber como essa historiografia tradicional pode ter influenciado ao fenômeno de uma certa invisibilidade de negros e negras neste estado. Partindo da vida e obra da artista plástica Valda Costa (1953-1993) natural de Florianópolis, tentar compreender como essas representações de mulheres negras, realizada por uma mulher também negra penetrou em um circuito de arte de uma elite florianopolitana e ainda assim permaneceu marginalizada da história da arte.
Palavras-chave: Florianópolis, Escravidão, Mulheres negras, Valda Costa.

Abstract: This article aims to analyze some of tradicional and more recent historiography discussing slave labor in the state of Santa Catarina, Florianópolis mainly in the city and region. And from that context figuring out how this traditional historiography may have influenced the phenomenon of a certain invisibility of so many men and women African descent in this state. Starting from a bit of the life and work by artist Valda Costa (1953-1993) born in Florianópolis, to try to understand how these representations of black women, held by a black woman also entered into an art circuit of an elite Florianópolis and yet has remained marginalized from art history.
Keywords: Florianópolis, Slavery, Black Women, Valda Costa.

Não é novidade aos residentes de Santa Catarina ouvirem que este é o estado mais branco do Brasil. Essa ideia chega a nós, catarinenses, através de familiares, ou em nossa formação escolar ou mesmo em sites como o exemplo do UOL, onde encontra-se indicações como esta: "Em Santa Catarina, 83,97% da população se considera branca. Proporcionalmente é o Estado com mais pessoas que se classificam como brancas no Brasil."[1] Através dessas afirmações, acerca da etnia, muitos catarinenses se constituem enquanto

* Acadêmico do curso de graduação em História com habilitação em Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
1 Citação encontrada em busca simples no sítio eletrônico do Google. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/curiosidades-do-censo-sobre-raca-no-brasil.jhtm > Acesso em 8 de junho de 2015.

cidadãos e cidadãs a partir de uma invisibilidade do negro, neste caso, amplamente velada, e tema da discussão deste estudo.

Este estudo tem por objetivo, abordar brevemente este senso comum bastante particular entre membros da sociedade catarinense. Nessa discussão pretende-se analisar a construção histórica de tal pensamento descrito acima, através de autores como Fernando Henrique Cardoso[2] – parte da historiografia tradicional sobre este estado – e Beatriz Gallotti Mamigonian[3], autora de trabalhos historiográficos atuais em contraponto às perspectivas anteriores. Partindo do diálogo entre os autores sobre esse contexto histórico que trouxe aos milhares os africanos e africanas para o Brasil, pretende-se analisar e perceber de que maneira sujeitos, como a artista plástica Valda Costa[4], são resultados históricos destes processos.

Uma quase inexistência de escravos entres os muitos negros catarinenses

Fernando Henrique Cardoso, em seu livro *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*, faz uma análise sócio-histórica com base em autores como Oswaldo Cabral, Lucas Alexandre Boiteux, entre outros autores catarinenses. Para Cardoso, o incentivo da Coroa portuguesa que levara a ocupação luso-brasileira ao sul do país é listada em política expansionista e sobrevivência da economia paulista. Cardoso afirma que no Brasil a

> [...] colonização iniciou-se no momento em que a mineração (setor exportador da economia colonial) desenvolvia-se, consumindo grande número de escravos negros. Em consequência, o preço das "peças" era muito alto e a mão-de-obra escrava tornava-se quase antieconômica nas regiões do Brasil que não podiam concorrer no mercado colonial de exportação. Economicamente não se justificaria, portanto, a utilização do negro na exploração do Sul.[5]

2 Pesquisa realizada utilizando a obra: Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Publicado em Florianópolis pela editora Insular em 2000.
3 É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e integra o Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. Pesquisa realizada utilizando o artigo Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850), da obra organizada por João Fragoso (et. al.) Nas rotas do Império. Publicado em Vitória pela EDUFES em 2006.
4 Principal fonte para refernciar a vida e obras de Valda Costa foram publicações da professora doutora Jacqueline Wildi Lins e principalmente sua tese de doutoramento.
5 CARDOSO, Fernando Henrique. Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000, p. 39.

Portanto, para Cardoso, havia um diferencial econômico nos motivos da não utilização da mão-de-obra escrava nas regiões do sul do Brasil. Em sua obra, percebe-se que quando haviam sinais da utilização de escravos negros, estes eram uma minoria, ou em pouca representatividade. O autor descreve a primeira mudança social em Desterro, quando a população aumenta e "grupos parciais e heterogêneos transformaram a homogênea e pequena vila de agricultores, onde o trabalho escravo, até então, não encontrara canais regulares de utilização"[6]. O que não nega a existência de negros na Ilha de Santa Catarina, porém há pouca utilização destes.

Por sua vez, Beatriz Gallotti Mamigonian, em seu artigo *Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750-1850)*, propõe "estabelecer uma periodização mais precisa da chegada de africanos na Ilha"[7] de Santa Catarina. Mamigonian afirma que "graças a Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Fernando Henrique Cardoso, a escravidão africana em Santa Catarina é vista como diferente daquela de outras regiões do país, por causa de um supostamente distinto 'sentido de colonização'."[8]

Na primeira fase de ocupação, em sua periodização, Mamigonian descreve que

> [...]entre meados do século XVII e meados do XVIII, já houve escravos indígenas e de origem africana. [...] Paulo José Miguel de Brito, que escreveu em 1816, conta que Francisco Dias Velho Monteiro, fundador de Desterro, para lá levou dois filhos, duas filhas, dois frades, um homem casado, junto com a mulher e três filhos, e quinhentos índios "domesticados. [...] Somente depois de 1700, os vicentinos voltaram a ocupar a Ilha, para lá transferindo famílias, escravos e agregados. Em 1712, quando o viajante francês Frézier esteve na Ilha de Santa Catarina, havia na Ilha e na "terra firme", "147 pessoas brancas, alguns índios e negros libertos estabelecidos à beira-mar". Parece-me claro que os primórdios da ocupação da Ilha em nada diferem de outras regiões fronteiriças, em que os portugueses instalaram-se dependendo do apoio de índios aldeados e de poucos escravos africanos, a sondar o potencial do território.[9]

6 Idem, p. 51.
7 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. Vitória: EDUFES, 2006, p. 616.
8 Idem, p. 615.
9 Idem, p. 617, apud Brito, Paulo José Miguel de. Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa. Typ. Da Academia Real das Ciências, 1829, p. 14.

Aqui verifica-se uma diferença de interpretações entre Cardoso e Mamigonian, quando ambos analisam praticamente o mesmo período das primeiras ocupações da Ilha de Santa Catarina e do litoral adjacente. Observa-se na visão de Cardoso um olhar constantemente comparativo entre as novas ocupações ao Sul e as províncias já estabelecidas a sudeste e nas demais regiões do Brasil, mas principalmente a colonização que dará origem ao estado de São Paulo. Em sua leitura, não justificaria economicamente a Desterro e suas proximidades, a qual não se enquadravam ao modo de produção de *plantation*, ou mineração, a aquisições de escravos. Mamigonian, contrariando a leitura de Cardoso, apresenta um contraponto com textos de viajantes do século XVIII e autores do século XIX. Estes relatam que desde Dias Velho, fundador de Desterro, havia escravos na Ilha. Entre eles principalmente indígenas que lhe pertenciam, e que mesmo após a morte de Dias Velho e da partida de sua família para Laguna. O viajante francês Frézier ainda narra ter visto negros libertos vivendo na ilha.

Na segunda fase de ocupação, de acordo com Mamigonian, há uma dificuldade em conseguir documentação para utilizar como fontes, durante o período que houve mais armações baleeiras, "que foi até o fim do monopólio e dos contratos, em 1798; sobre a compra de escravos pelos açorianos recém-estabelecidos; e sobre as relações sociais e econômicas entre as armações e os núcleos de povoamento próximos"[10]. Cardoso reconhece a utilização de escravos durante a pesca da baleia, e diz que "foi nessa atividade que se concentraram os maiores capitais utilizados, [...] inclusivo grande número de escravos"[11]. Depois de realizar uma abordagem econômica sobre as armações baleeiras da região, e um pouco sobre outras atividades econômicas, ainda mantém sua afirmação de que foram poucos os escravos utilizados nessas atividades, quando afirma que "em todas essas atividades, e mesmo naquelas de menor vulto, o escravo negro foi utilizado em pequena escala"[12]. Cardoso usa como fonte a obra de Aires de Casal, onde afirma-se que durante o século XVIII e início do XIX que a plantação de mandioca e do linho era "quazi geralmente executada por homens brancos"[13] e Cardoso continua dizendo que

10 MAMIGONIAN, B. G., Op. Cit., pp. 618-619.
11 CARDOSO, F. H., Op. Cit., p. 59.
12 Idem, p. 65
13 Idem, p. 67, apud Aires de Casal, Corograia Brasileira, Instituto Nacional do Livro, coleção de obras raras, edição fac-simile da de 1817, Impressa Nacional, Rio de Janeiro, 1947, p. 194.

> [...]essa constatação fundamental não é desmentida pelo fato de ter existido, como apontamos, o aproveitamento do braço escravo no campo, porque no conjunto (sobretudo se compararmos o aproveitamento de negros noutras regiões do Brasil) o contingente de trabalhadores escravos na agricultura da Ilha, durante o século XVIII, foi reduzido.[14]

Todavia, mesmo reconhecendo que graças ao desenvolvimento dos setores da economia ligados a pesca, agricultura e comércio urbano, a utilização de mão-de-obra obra escrava cresceu durante o século XVIII, permanece com sua visão reducionista quanto ao fato de que na Ilha de Santa Catarina havia poucos negros, justificando parte de sua interpretação, porque "[...]não há dados para avaliar o número de negros na população de Desterro durante esta época"[15].

As faltas de fontes também reconhecidas por Mamigonian, motivou a necessidade de prosseguir sua pesquisa trabalhando com indícios. E através de documentos administrativos de passagem da Fazenda Real em 1801, Mamigonian afirma que nas seis armações catarinenses somaram-se 525 escravos. Quinze anos depois 333 escravos, sendo 2/3 deles africanos. Durante os anos de 1816 e 1818, através da retomada de alguns contratos houve um investimento na estrutura produtiva, fazendo com que a Ilha de Santa Catarina recebesse novos escravos, comprados no Rio de Janeiro. Mesmo com a desintegração das armações com a queda dessa atividade econômica, ainda haviam outras atividades que utilizavam a mão-de-obra escrava, "como unidades produtivas comparáveis aos engenhos de açúcar, que contavam, da mesma forma, com uma mobilização de mão-de-obra livre para as funções especializadas, [...] e de grande número de escravos".[16]

Encontra-se uma certa concordância entre os autores quanto ao fato da reutilização da mão-de-obra escrava na região do litoral catarinense, Cardoso percebe um certo momento da economia do estado durante o Século XVIII que trouxe enriquecimento.

> Pela análise que desenvolvemos evidencia-se que houve uma multiplicação dos centros de atividades econômica na Ilha de Santa Catarina no decorrer do Século XVIII. Alguns desses centros de atividade permitiram a acumulação de riquezas. Graças a eles, especialmente, e ao conjunto da

14 Idem, p. 67.
15 Ibidem, p. 70.
16 MAMIGONIAN, B. G., Op. Cit., p. 619.

> atividade econômica catarinense é que se manteve ou se ampliou o aproveitamento do trabalho escravo em vários setores do sistema ocupacional da região.[17]

Cardoso também salienta que durante o início do século XIX uma região que reaproveitou a mão-de-obra escrava, oriunda do litoral, foi Lages[18] e sua zona de influência. Também cita que houve um aproveitamento regular nas atividade urbanas mas "[...]como nenhum autor cita, de forma especial, a participação do negro nelas, é provável que em nenhum período ela tivesse sido realmente grande."[19] Mamigonian percebe que mesmo com a queda da caça às baleias, outras atividades permaneceram, como

> […] na Praia de Palmas, havia, no fim do século XVIII, 190 engenhos de farinha de mandioca, 44 ataíonas de moer trigo, quinze engenhos de aguardente e seis engenhos de cana-de-açúcar. Todos os indícios apontam para a significativa presença de escravos: do total da população de São Miguel, em 1796 (2758 pessoas), 788 ou 28,5% eram escravos. Em 1814, a população total aumentou para 4091, sendo escravos 1173, mantendo a proporção de 28,6%.[20]

Enquanto isso, para Cardoso, porcentagens oriundas do século XIX como 29,1% de escravos, na Ilha de Santa Catarina e 35,5%[21] no destrito de Desterro, são analisadas como "pouco", ou "não maiores que", percebidas assim como quantidades baixas. Lembra-se que estes números que Cardoso analisa, estão expresso em sua maioria o contingente de escravos, não necessariamente de negros. O que possivelmente aumentariam os índices, caso fossem feitas análises a partir da "qualidade de cor"[22] e não condição social de escravo, ou liberto.

O que pode-se perceber é que a economia catarinense, ainda que não sendo uma economia em proporções tal qual as áreas do sudeste e nordeste do Brasil, não fugiu tão fortemente das características gerais da economia brasileira de outras regiões escravocratas como supõe Cardoso. Concordando com Mamigonian, ao perceber que, durante o início do

17 CARDOSO, F. H., Op. Cit., p. 71.
18 Idem, p. 93.
19 Ibidem, 2000. p. 118.
20 MAMIGONIAN, B. G., Op. Cit., p. 620.
21CARDOSO, F. H., Op. Cit., p. 123.
22 Percebe-se Cardoso utilizando o termo "qualidade de cor" como categorição étinica diferentemente de uma categorização de condição social de escravo, liberto ou homem livre.

século XIX, "[...]o litoral catarinense viveu então uma fase de distinta prosperidade com base nas exportações de alimentos, sustentada, em grande parte pela compra de africanos novos para as pequenas e médias propriedades agrícolas."[23] E mesmo não havendo fontes que comprovem o tráfico direto da África para a Ilha de Santa Catarina, há comprovação suficiente dos deslocamentos de escravos do Rio de Janeiro para o litoral catarinense durante este período, de acordo com a autora.

Compreende-se então que nestes séculos de ocupação do litoral catarinense há como resultado desse processo histórico, centenas de homens e mulheres negras trazidos do continente africano para alguns locais do Brasil e depois muitos revendidos para as mais diversas regiões, como Santa Catarina.

> É, também importante considerar que a invisibilidade imposta a negros [...], e às negras, em particular, é construída historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização no campo das relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões.[24]

Pretende-se aqui apenas construir um pequeno panorama entre uma obra da década de 1960, pesquisada e escrita a partir de uma abordagem estadual tradicional[25] do ínicio do século XX que sustentou a formação acadêmica e escolar de muitos estudantes de história, servindo assim para a constituição enquanto cidadãs e cidadãos. Fazendo contraste a uma leitura recente, que resulta de grande empenho através de pesquisadoras e pesquisadores gerando uma historiografia atualizada, que provavelmente ainda não permeou completamente o meio escolar. Este panorama servirá agora para analisar uma personagem da Ilha de Santa Catarina, artista plástica de origem pobre, uma mulher negra. Em meio a um contexto histórico que foi fortemente influenciado por este "sentido da colonização" catarinense citando Mamigonian. "Onde tais autores [Cabral, Piazza e Cardoso] mostram a escravidão da ilha e no litoral adjacente sempre como menos importante do que aquela das regiões agroexportadoras".[26]

23 MAMIGONIAN, B. G., Op. Cit., p. 622.
24 RIBEIRO, Matilde. Existirmos, A que será que se destina?! In: Leituras de resistência: corpo, violência e poder. Vol.I. TORNQUIST, C. S., [et al.]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 389.
25 Aqui utiliza-se o termo "abordagem estadual tradicional" como forma de classificação da historiografia catarinense desenvolvido por Cristina Scheibe Wolff em seu texto Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. Florianópolis: *Revista Catarinense de História*, n 3, 1994, p. 5-15.
26 MAMIGONIAN, B. G., Op. Cit., p. 615.

Através de Mamigonian podemos ver um pouco de como esse imaginário referente a ocupação do litoral catarinense, onde ainda para muitos prevalece a imagem de pobreza e pouco desenvolvimento econômico, até a chegada dos "novos colonos europeus" e uma quase invisibilidade de negras e negros.

Onde está Valda Costa?[27]

Parte-se agora para uma Florianópolis do século XX, numa tentativa de olhar brevemente sobre como todo esse processo histórico de ocupação gerou esta provável invisibilidade dos negros em Santa Catarina. Há no estado o surgimento de comunidades carentes onde parte é composta por cidadãos e cidadãs negras em diversas regiões da Ilha, como o Morro do Mocotó. Nessa comunidade é onde localiza-se a história de Valda Costa[28].

> Trata-se de uma artista considerada autodidata, afrodescendente, de origem pobre, de pouco estudo, moradora do Morro do Mocotó, um bairro de baixa renda, frequentadora dos ambientes culturais locais da época, que, entre os anos 1970 e 1980, alcançou a condição de pintora com grande aceitação no mercado local de artes plásticas. Faleceu prematuramente em 1993, aos 42 anos de idade, pobre e esquecida.[29]

27 O título do Segundo capítulo da tese de doutoramento de Jacqueline Wildi Lins remete-se muito a problemática desta breve pesquisa "Metáforas da memória: As artes plásticas dos anos 1970 e 1980 em Florianópolis. Onde está Valda Costa?".

28 Não pretende-se aqui fazer nenhuma pesquisa biográfica profunda sobre Valda Costa, apenas elencar algumas informações para o leitor conhecer minimamente esta artista, entretanto para melhor conhecer a vida e obra de Valda Costa indica-se a leitura da Tese de doutoramento de Lins, além do documentário listado nas referências.

29 LINS, J. W. Para uma história das sensibilidades e das percepções: Vida e obra em Valda Costa. Tese (doutorado), UFSC, 2008, p. 18.

Figura 01 – Valda Costa, fotografia, capa de fôlder.

Fonte: Acervo MASC.

Figura 02 – Valda Costa, sem título, 1985. Óleo s/eucatex, 30 x 24 cm.

Fonte: Coleção particular

Figura 03 – Valda Costa, sem título, 1976. Óleo s/eucatex, 40 x 42 cm.

Fonte: Coleção particular.

Matilde Ribeiro no título de seu artigo "Existirmos, a que será que se destina?!"[30] exclama sobre o que há por vir para a comunidade negra. Ela percebe tal espaço enquanto comunidade que possui diferenças sociais atreladas a questão da cor, resultado de um processo histórico de quase 400 anos de escravidão. Ribeiro ainda vai além quando percebe "outra marca muito forte [que] é a negação da existência do racismo, pautado pela visão da democracia racial, que, mesmo como farsa, definiu e define a inferioridade da população negra."[31]

Pode-se muitas vezes pensar, por conta da historiografia tradicional que ecoa em pesquisas e livros escolares ainda hoje com o uso os autores já citados como Cabral, Piazza e Cardoso, entre outros, que o estado de Santa Catarina tem menos negros. Fato que tem respaldo em recentes indicadores como o IBGE de 2007 que reconheceu,

> [...]como majoritariamente ‘branca’, 86,6%, contra um total de 13% que se declararam ‘pretos’ ou ‘pardos’. Esses índices, que dostoam sensivelmente da média brasileira (49,4% de brancos, 7,4% de pretos, 42,3% de pardos), favoreceu a criação de um conceito de Santa Catarina como um ‘estado europeu’.[32]

A escravidão no Brasil, e outras partes do mundo, deixaram suas marcas exorbitantes para além da sociedade ocidental. Especialmente quando a abolição ocorre sem nenhum

30 RIBEIRO, M, Op. Cit., p. 389.
31 Idem, p. 389.
32 DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina. In: Historiografia 35 anos. FLORES, M. B. R., BRACHER, A. L. (Orgs.). Florianopolis. Letras Contemporâneas, 2011, p. 44.

planejamento por parte do estado monárquico nem republicano de absorção desse contingente social. Estas marcas provocadas na sociedade pertencem a um longo período que vem sendo alterado vagarosamente.

Todavia, a historiografia mais recente, em suas pesquisas nas últimas décadas ainda não permearam o imaginário de nossa sociedade. O elemento que constribuiu para a construção do senso comum em Santa Catarina, de ser um estado com o menor população afrodescendente, que coadjuvou para a ideia da invisibilidade negra, prevalece até recentemente. E é nesse ambiente que encontra-se Valda Costa e suas obras, que de acordo com Lins somam mais de 800 produções. A autora ainda apresenta uma reflexão sobre a artista no início do segundo capítulo de sua tese, quando menciona um determinado esquecimento, "[...]uma certa lacuna na historiografia da arte em Santa Catarina: a de Valda Costa e a da sua vasta produção realizada e amplamente difundida no meio artístico e cultural local"[33].

Então pode-se perceber que o esquecimento ou a quase inexistência de Valda Costa pode estar ligada, de alguma maneira, ao processo histórico resultado da historiografia sobre Santa Catarina, que contribuiu para um certo isolamento ou supondo uma quase inexistência de negras e negros neste estado. Poderiam aqui comparar os processos de branquementos de escritores[34] não brancos de outras regiões do Brasil. Todavia não seja o foco desta pesquisa, mas verifica-se que este processo em Santa Catarina com Valda Costa tem características particulares deste estado, por conta de sua historiografia anteriormente mencionada, que destoa de outros locais. Por conta disto, acredita-se não ter ocorrido processo semelhante em outras regiões, mas é uma excelente possibilidade de pesquisa.

33 LINS, J. W., Op. Cit., pp. 36-37.
34 Como Machado, Cruz e Souza, Luís Gama citados como exemplos.

Figura 04 – Valda Costa, sem título, 1985. Óleo s/eucatex, 48 x 34 cm.

Fonte: Coleção particular.

Figura 05 – Valda Costa, sem título, 1984. Óleo s/eucatex, 41 x 32 cm.

Fonte: Coleção Hercílio Varela.

Figura 06 – Valda Costa, sem título, 1986. Óleo s/eucatex, 37 x 43 cm.

Fonte: Coleção Moacir José Serpa.

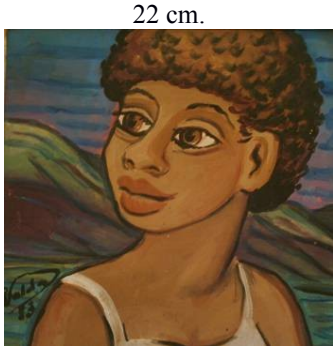
A partir de uma breve análise na seleção das obras que Lins utiliza em sua tese, porém para este estudo é selecionado apenas algumas das obras[35] em que há mulheres, aparentemente negras. O objetivo é tentar explorar um pouco desses 'eus'[36] de Valda através de tais obras. Tentar compreender como essas representações de mulheres negras, realizada por uma mulher também negra penetrou em um circuito de arte de uma elite florianopolitana e ainda assim permaneceu marginalizada da história da arte. Lins menciona que Valda "foi a primeira a pintar o cotidiano de negros e negras no estado de Santa Catarina"[37]. Percebemos através da pesquisa de Lins que Valda permaneceu durante anos pertencendo a dois mundos, um do Morro do Mocotó e outro dessa elite intelectual e artística. Valda viveu no que Lins chama de "entre-lugar, literal e metaforicamente: viveu no morro, mas também em bairros de classe média, frequentava a alta e a baixa sociedade"[38].

35 São 8 telas listadas em anexo que não abordaremos individualmente, mas sim enquanto conjunto de obras da artista, Valda Costa. Todas as 9 imagens em anexo foram retiradas da tese de doutoramento de Jacqueline Wildi Lins, Para uma história das sensibilidades e das percepções: Vida e obra em Valda Costa. 2008.
36 Utiliza-se aqui a mesma leitura das mulheres nas obras de Valda como 'eus' de acordo com Lins utiliza em sua tese.
37 Ibidem, p. 50.
38 Idem, p. 54.

Figura 07 – Valda Costa, sem título, 1980. Acrílica s/eucatex, 33 x 38 cm.

Fonte: Acervo MASC.

Figura 08 – Valda Costa, sem título, 1983. Óleo s/eucatex, 22 x 22 cm.



Fonte: Coleção João do Amarante.

Figura 09 – Valda Costa, sem título, 1976. Óleo s/eucatex, 39 x 28 cm.

Fonte: Coleção particular.

Percebemos através das leituras de Ginzbung e Didi-huberman, utilizadas por Lins[39] em sua tese, onde é possível dizer que "o mundo de Valda Costa, sua obra, foi inesgotável porque foi lugar possível para a artista preencher as lacunas, as faltas, os vazios, foi o lugar onde a artista pode efetuar-se[40]"[41] Além disso estes autores contribuíram para a análise das obras de Valda através da subjetividade presente no processo artístico como explica Lins

> [...]quando penso em autores como Walter Benjamin, Carlo Ginzburg e Georges Didi-Huberman, penso em autores que fazem parte de uma mesma matriz de repertório capaz de abrir possibilidades de diálogo entre subjetividades, estilos e fins diversos. Esses autores podem ser antagônicos em alguns pontos de suas reflexões, mas não são díspares.[42]

Segundo Lins, as obras de Valda como os limites desses 'eus', menciado anteriormente, enquanto interior e exterior. Podemos perceber ao olharmos suas obras[43] acima, esses elementos de sua vida, enquanto interior e exterior onde vemos diversos elementos que representam a cidade de Florianópolis, ligadas à praia e à arquitetura. Na figura nove acima,

39 Lins também utiliza de Benjamin, entre outros autores que intepretam Warbung, movimento que vem tomando força na área de História e Arte após a década de 1980.
40 "Efetuar-se ou ser efetuado significa: prolongar-se sobre uma série de pontos ordinários; ser selecionado segundo uma regra de convergência; encarnarse em um corpo; reformar-se localmente para novas efetuações e novos prolongamentos limitados. Nenhuma dessas características pertence às singularidades como tais, mas somente ao mundo individuado e aos indivíduos mundanos que os envolvem; eis porque a efetuação é sempre ao mesmo tempo coletiva e individual, interior e exterior, etc." (LINS, 2008, apud Deleuze, [S. d.])
41 Ibidem, p. 19.
42 Idem, p. 26.
43 Em caso de interesse sobre as demais obras de Valda Costa, pesquisar já citada tese de Jacqueline Wildi Lins.

vemos representações da família, através de crianças provavelmente a partir de seus seis filhos. As obras de Valda deixam de pertencer apenas a ela no término de sua criação, como argumenta Lins: "[...]partindo desse tempo e desse espaço mais amplos e acreditando que a partir do instante em que o artista dá como encerrada a fatura de sua criação, a obra de arte se desprende de seu autor e passa a ser potência de outras inspirações [do público] e de outros autores"[44]. É necessário perceber com as fontes que Lins apresenta, que a notoriedade de Valda comprova-se através da mídia (entre 1974 e 2000) e comunidade local. Em recortes de jornais, Lins encontrou Valda Costa referenciada como "nossa Di Cavalcanti, nossa Djanira, nossa Camille Claudel entre outras atribuições"[45] O que também está representado no fato de suas obras estarem expostas em locais públicos e oficiais além de acervos privados locais, nacional e internacionais. Entretanto o interesse em fazer essa análise a partir das obras de Valda é deparar-se "com o desafio de apreender o inapreensível na vida que brotou do banal"[46]

Ao olhar-se para as obras selecionadas de Valda Costa, somados com parte da histografia apresentada – que contribuiu a difundir por décadas em nossa sociedade catarinense – destaca-se uma certa invisibilidade do sujeito negro, e ainda mais da mulher negra enquanto residente, pertencente à Santa Catarina. Compreende-se a maneira que a artista encontrou para mostrar ao mundo sua existência, e que os negros e negras existem em Florianópolis e em Santa Catarina. Nota-se um reforço nesse processo de invisibilidade quando a história da arte omite toda uma carreira, o trabalho de uma vida e reconhecimento artístico a Valda Costa em sua escrita historiográfica, tal como apresentado anteriormente neste estudo. Ainda que poderia não ter sido o objetivo consciente de Valda Costa, julga-se que uma vez a obra terminada ela não pertence mais apenas ao autor. "O ato de interpretação também é um ato poético de co-criação"[47].

Em Santa Catarina, temos uma historiografia tradicional que construiu a ideia da falta de estrutura econômica para o uso da mão-de-obra escrava, gerando uma imagem de certa "inexistência de escravos" durante o período colonial, e por consequência, talvez se convertendo em um dos elementos para a construção do "orgulho" de ser o estado com menor índice de negros do Brasil. O sentimento de exclusão social e a sensação de inexistência,

44 Ibidem, p. 27.
45 Idem, p. 33.
46 Idem, p. 31.
47 Idem, p. 26.

como observado no início deste estudo, foi construída através de um processo da escrita da história catarinense. Uma vez que era escrita inicialmente pela e para a elite tradicional e conservadora, a qual de uma maneira ou de outra contribuíram para a existência desse contexto histórico. Por estes e diversos outros motivos a função social de historiadoras e historiadores é tão importante para a sociedade. Sendo direta ou indiretamente responsáveis, por desdobramentos incalculáveis quanto as interpretações que suas pesquisas podem tomar nos mais diversos contextos histórico-político-sociais.

Referências

ADELMAN, Miriam., RUGGI, Lennita. Corpo, identidade e a política da beleza – algumas reflexões teóricas. In: *Gênero em movimento:* novos olhares, muitos lugares. SILVA, C. B., ASSIS, G. O., KAMITA, R. C. (Orgs.). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Marcado no corpo: as mulheres, a experiência colonial e os novos espaços na contemporaneidade**.** In: *Leituras de resistência*: corpo, violência e poder. Vol.I. TORNQUIST, C. S., [et al.]. Florianópolis: Mulheres, 2009.

ASEFF, Marlon. *Caminhos de Valda*. [Filme-vídeo]. Produção de Liane Chipollino Aseff, direção de Marlon Aseff. Florianópolis, 2012. 23min. 53s. Documentário. som. Documentário Caminhos de Valda – Disponível em: <https://vimeo.com/64659765> Acesso em: 07 de abril de 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis:* relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CASTRO, Eloah Rocha Monteiro. Edifício das Diretorias: a arquitetura da modernidade. In: *A casa do Baile*: estética e modernidade em Santa Catarina. FLORES, M. B. R., LEHMKUHL, L., COLLAÇO, V. (Orgs.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

DAUWE, Fabiano. Os estudos sobre escravidão em Santa Catarina**.** In: *Historiografia 35 anos*. FLORES, M. B. R., BRACHER, A. L. (Orgs.). Florianopolis. Letras Contemporâneas, 2011.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. Estética e Modernidade: à guisa de introdução. In: *A casa do Baile*: estética e modernidade em Santa Catarina. FLORES, M. B. R., LEHMKUHL, L., COLLAÇO, V. (Orgs.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEHMKUHL, Luciene. Os modernistas da Ilha: obras e exposições do grupo de artistas plásticos de Florianópolis. In: *A casa do Baile*: estética e modernidade em Santa Catarina. FLORES, M. B. R., LEHMKUHL, L., COLLAÇO, V. (Orgs.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

LINS, J. W. Espaços Inventado: artistas mulheres e a construção de identidades através da obra In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9:* Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278101578_ARQUIVO_Espacosinventadosartistasmulhereseaconstrucaodeidentidadesatraves.pdf/> Acesso em: 05 de abril de 2015.

_____. O Retrato como biografia em Valda Costa: o diálogo entre vida e obra, In: *Encontro Nacional da ANPAP,* 18, 2009, Salvador, BA, Anais do 18º Encontro Nacional da ANPAP / Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, Organização: Maria Virginia Gordilho Martins (Viga Gordilho), Maria Herminia Olivera Hernández. – Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 1956-1968. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2009/pdf/chtca/jacqueline_wildi_lins.pdf/> Acesso em: 05 de abril de 2015.

_____. *Para uma história das sensibilidades e das percepções:* Vida e obra em Valda Costa. Tese (doutorado), UFSC, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. *Nas rotas do Império*. Vitória: EDUFES, 2006, pp. 609-643.

RIBEIRO, Matilde. Existirmos, A que será que se destina?! In: *Leituras de resistência*: corpo, violência e poder. Vol.I. TORNQUIST, C. S., [et al.]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Ser moderno em Florianópolis. In: *A casa do Baile:* estética e modernidade em Santa Catarina. FLORES, M. B. R., LEHMKUHL, L., COLLAÇO, V. (Orgs.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

SITE UOL, Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/curiosidades-do-censo-sobre-raca-no-brasil.jhtm > Acesso em 8 de junho de 2015.

WOLFF, Cristina S. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. Florianópolis: Revista Catarinense de História, n 3, 1994, pp. 5-15.

Recebido em 15 de junho de 2015
Aprovado para publicação em 15 de maio de 2016

Música e Contestação: Palhostock, o Woodstock de Santa Catarina

Manoela de Souza
manudesza@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Levando em consideração os contextos político, histórico, ideológico e cultural das décadas de 1960/70, tenho por objetivo principal compreender o período em questão, bem como os movimentos ocorridos, dando enfoque à importância da música nos movimentos de contracultura, abordando o Woodstock de 1969, que posteriormente desaguaria no Palhostock catarinense. E por fim tratar a repercussão desses movimentos e eventos musicais no Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, com o *1º Festival de música pop – o Palhostock*, ocorrido em outubro de 1974, buscando compreender até que ponto a música foi usada como objeto de expressão no período de repressão da Ditadura Militar Brasileira.
Palavras-Chave: Ditadura Militar; Contracultura; Música; Palhostock.

Abstract: Taking into account the political, historical, cultural and ideological context of 1960/70's decades, it is intended, in this article, understand the period in question, as well as the movements that take place, by focusing on the importance of music in motion counterculture, addressing the 1969's Woodstock, which later would influence the creators of Santa Catarina's Palhostock. Finally it is intended treat the impact of these movements and musical events in Brazil, more specifically in Santa Catarina, with the first Pop Music Festival - the Palhostock, occurred in October 1974, trying to understand the extent to which music was used as an expression object to the repression period of Dictatorship Brazilian Military.
Keywords: Military Dictatorship; Counterculture; Music; Palhostock.

Contexto Mundial e o surgimento da Contracultura

Desde a década de 1950 a Geração Beat de Jack Kerouac, Allen Ginsberg, Neal Cassady e William Burroughs já pensava em novas visões políticas, buscando a conciliação entre a justiça social e a liberdade individual e sexual, questionando os valores da sociedade ocidental, com influências do orientalismo e, manifestando-se através da literatura e da música em um período conturbado de entreguerras. A Geração Beat foi marcada pela diversidade e amizade, o comunitário, a fraternidade, e, uniu burgueses e aristocratas nas rebeliões artísticas e de contestação ao sistema burguês, já que no movimento estavam

presentes tanto um filho de morador de rua, Neal Cassady, quanto um descendente da elite econômica, William Burroughs[1].

As décadas de 1960/70 foram marcadas pela herança Beat e do movimento hippie, com grande influência da música: Jazz e Rock n' Roll, com os Beatles, Rolling Stones, Bob Dylan, Janis Joplin, Jimi Hendrix, e a ascensão da contracultura. Temos aliado a tudo isso o uso dos psicoativos como meio de busca da expansão da mente e fuga da realidade capitalista de consumo, com muita influência dos estudos de Timothy Leary[2].

Esse período marcou um mundo em ebulição, um período agitado por guerras – 2ª Guerra Mundial, Guerra Fria, Guerra do Vietnã – pela criação de novas esquerdas, por manifestações contra os regimes e sistemas vigentes. Com Martin Luther King, e também os Pantera Negra, lutando pelos direitos dos negros, a juventude manifestando-se contra a Guerra do Vietnã, a revolução musical e sexual[3], um período entreguerras onde o medo do fim de mundo se aliou ao desejo do retorno da condição de indivíduo ligado à natureza, com a criação de sociedades alternativas e do movimento "Paz e Amor".

Contexto Brasileiro

No dia 1º de abril de 1964 ocorreu um fato que mudaria a história do Brasil nos 20 anos que se seguiriam. A instabilidade do Governo de João Goulart e o receio de um golpe comunista fez com que as forças militares brasileiras, com apoio estratégico estadunidense, efetuassem o Golpe Militar que depôs o Presidente Jango, para novamente instalar a "democracia" no Brasil[4]. Pelo menos foi isso o que pregou Castello Branco em seu discurso de posse.

Em função dos diversos Atos Institucionais que se seguiram ao Golpe, cassando mandatos, instalando o bipartidarismo, afastando opositores de seus cargos, e do uso da

1 WILLER, Cláudio. Beat, geração beat. In: Geração Beat. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. pp. 19-21.
2 GOFFMAN, Ken; JOY, Dan.Contracultura Através dos Tempos: Do Mito de Prometeu à Cultura Digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
3 MARTINS, Alexandre. Palhostock: o Woodstock catarinense. Florianópolis, 2001. Monografia (Licenciatura e bacharelado em História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. pp. 31.
4 FICO, Carlos. O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

repressão, quem ainda não duvidava dos reais planos do novo Governo, passou a questioná-lo, inclusive alguns setores civis que deram seu apoio no momento do Golpe[5].

O Ápice do terror na Ditadura Militar teve início no ano de 1968, no Governo de Costa e Silva, que decretou o Ato Institucional n. 5, fechando o parlamento e reinstaurando o estado de exceção, ou seja, dando um golpe dentro do golpe. Foi o período de maior repressão, perseguição política, censura, tortura e assassinatos do Regime.

"No estado de exceção determinado pelo AI-5, com as margens de liberdade e de críticas políticas reduzidas a zero, era como se estivessem realizando as previsões catastróficas da *utopia do impasse*. O advento do tudo ou nada"[6]. Nesse momento se organizaram as guerrilhas rurais e urbanas, na intenção de fazer uma guerra revolucionária e implantar o tão sonhado regime socialista.

Porém da mesma forma que o Golpe não foi uno, as oposições também não o foram. Segundo Ridenti (2010), pouco antes do Golpe, dos principais partidos de esquerda do Brasil, o PCB e o PTB, ocorreram várias cisões em função de divergências ideológicas, que vieram a desaguar em diversos outros partidos e movimentos, os quais seriam de fundamental importância para a guerrilha armada, como a ANL, VPR, MR-8, entre outras[7]. As principais divergências entre a esquerda dita tradicional eram referentes ao caráter da revolução, das formas de se chegar ao poder e do tipo de organização necessária à revolução[8].

Nesse mesmo período surgia no Brasil uma esquerda alternativa, embasada nas questões da contracultura mundial e de seus questionamentos: o pacifismo, o ambientalismo, o feminismo, o orientalismo, etc. Tinha sua crítica à sociedade industrial de consumo e buscava na relação homem/natureza uma revolução no modo de viver, contudo não procurava mudar o sistema do mesmo jeito que a esquerda armada pretendia. Por essa razão não era aceita tanto pelos repressores do Regime quanto pela esquerda tradicional, a qual afirmava que os "desbundados" desmoralizavam o movimento da esquerda revolucionária[9].

5 REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp.52.
6 REIS, Daniel Aarão, 2014. Op. Cit. p. 74.
7 RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 27.
8 Ibdem. p. 32.
9 RISÉRIO, Antonio. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: ANOS 70: trajetórias. São Paulo: Iluminuras, Palas Atena, 2005. pp. 25-7.

"No Brasil, a contracultura foi um movimento social que procurou romper com a modernização da sociedade brasileira posta em prática de forma autoritária pela ditadura militar, estabelecida no país com o golpe de 1964"[10]. Com o fechamento dos partidos políticos e a repressão, muitos militantes partidários passaram a participar politicamente de manifestações artísticas. Isso ocorreu num período, que apesar de curto, foi importantíssimo, o período de florescimento cultural das esquerdas dos anos 60.

Ridenti (2005) utiliza-se da interpretação de Perry Anderson sobre modernismo e modernidade – resistência ao academicismo nas artes; invenções industriais de impacto na vida cotidiana, geradoras de esperanças libertárias no avanço tecnológico; e "proximidade imaginativa da revolução social" – para explicar esse florescimento cultural da década de 1960. Segundo ele:

> A estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária construiu-se com base em coordenadas históricas que podem ser observadas nas sociedades que ingressam em definitivo na modernidade urbana capitalista: a "intersecção de uma ordem dominante semi-aristocrática, uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário semi-insurgente"[11].

Ainda segundo Ridenti (2005) apesar de vários artistas terem compartilhado do sentimento de brasilidade revolucionária, havia divergências e rivalidades entre eles. Nos teatros peças como *Opinião* e *O Rei da Vela* eram um exemplo disso. O Teatro Opinião surgiu do show homônimo e foi um marco cultural da esquerda pós-1964. Nele era apresentado a aproximação do teatro e da música popular brasileira, onde o espetáculo, com forte crítica social e de conscientização de classes, era representado por três pessoas das diferentes classes sociais que poderiam se insurgir contra a ditadura. O Teatro Oficina, por sua vez, propunha uma "revolução ideológica e formal", tentava chocar o público por meio de linguagem agressiva e irreverente e, de maneira satirizada e debochada, criticava o jogo político e a aliança "cínica" das classes sociais[12].

10 COELHO, Claudio Novaes Pinto. A contracultura: o outro lado da modernização autoritária. In: ANOS 70: Trajetórias. São Paulo: Iluminuras, Palas Atena, 2005. p. 39.
11 RIDENTI, Marcelo. Artistas e Intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.17, n.1, 2005. p. 97.
12 RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N (orgs). 2ª ed. O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 143-5.

Foi do Teatro Oficina que vieram algumas das bases para o tropicalismo, que continuava pensando na questão da identidade nacional, do subdesenvolvimento e do caráter do povo brasileiro. Segundo Patriota (2003):

> (...) depreende-se que o tropicalismo foi, antes de mais nada, um conjunto de pressupostos e idéias que nortearam algumas manifestações artísticas pós-1964, com o objetivo de criar uma arte brasileira de vanguarda[13].

No ano de 1968 Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Rita Lee e Os Mutantes, etc., iniciaram o movimento tropicalista, que segundo o artista Oiticica era "a primeiríssima tentativa consciente, objetiva, de impor uma imagem obviamente 'brasileira' ao contexto atual da vanguarda e das manifestações em geral da arte nacional"[14].

De acordo com Ridenti (2007), o tropicalismo

> (...) tinha suas peculiaridades, tais como, de um lado, o acento na sintonia internacional e, de outro, a valorização e a recuperação de tradições populares do "Brasil profundo", esquecidas pela então dominante canção engajada, acusada de baratear as linguagens e de adular os desvalidos, nos termos do livro de memórias de Caetano Veloso. Isso levaria os tropicalistas – cuja denominação fazia referência à utopia de uma civilização livre nos trópicos – a brigar em família com a brasilidade nacional-popular no campo da MPB[15].

Para Caetano Veloso a palavra-chave para se entender o tropicalismo era o sincretismo. E para Já Celso Favaretto o tropicalismo surgiu após o Festival de 1967, da TV Record, com Gilberto Gil cantando *Domingo no Parque*, juntamente com a banda Os Mutantes, e Caetano Veloso cantando *Alegria, Alegria* com a banda paulista Os Beat Boys. Ambos acrescentando a tão criticada guitarra elétrica na MPB. Para ele o tropicalismo foi também uma forma de antropofagia:

13 PATRIOTA, Rosangela. A Cena Tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo. História, São Paulo: v.22, n.1, 2003. p. 136.
14 RIDENTI, Marcelo. 2007. Op. Cit. p. 146-7.
15 RIDENTI, Op. Cit. 2005. p. 96.

> Quando justapõe elementos diversos da cultura, obtém uma suma cultural de caráter antropofágico, em que contradições históricas e artísticas são levantadas para sofrer uma operação desmistificadora. Esta operação, segundo a teorização oswaldiana, efetua-se através da mistura dos elementos contraditórios – enquadráveis basicamente nas oposições arcaico-moderno, local-universal – e que, ao inventariá-las, as devora. Este procedimento do tropicalismo privilegia o efeito crítico que deriva da justaposição desses elementos[16].

Em resposta a todos esses movimentos e manifestações, tanto de cunho armado como artístico, a censura, principalmente depois de 1968, tornou-se cada vez mais forte e repressiva. "A censura introduzia a mais completa incerteza no cotidiano de quem fazia teatro, cinema, música e literatura, pela simples razão de ser arbitrária e imprevisível"[17].

Palhostock, o Woodstock de Santa Catarina

O Woodstock foi um festival de paz, amor e música que aconteceu entre 15 e 17 de agosto de 1969, em uma fazenda na cidade de Bethel, Nova York. Foram três dias de música, sexo e rock n' roll, longe dos problemas da sociedade capitalista de consumo, onde mais de meio milhão de pessoas compareceram. Entre as bandas e cantores participantes estiveram: Ravi Shankar, Santana, Creedence Clearwater Revival, Janis Joplin, Jimi Hendrix, etc[18]. O Palhostock foi um festival que pretendia seguir o exemplo do Woodstock, mas falarei dele mais para frente, primeiramente é importante entender o contexto catarinense para a realização deste festival.

Silva (2004) entrevistou para seu Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, um dos músicos da banda Capuchon, que abriu o Festival Palhostock. Em seu relato Márcio Santos dá um apanhado geral de como funcionava a música em Santa Catarina, principalmente em Florianópolis e Região, e como ela se relacionava com a juventude da década de 1970. Segundo o entrevistado no começo dos anos setenta, a diversão dos jovens se resumia aos clubes sociais, pois não havia bares com música ao vivo e os poucos que existiam eram considerados impróprios. Existiam grupos de bailes,

16 RIDENTI, Marcelo. 2007. Op. Cit. p. 149.
17 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. 1998. Op. Cit. p. 342.
18 THURAU, Jens. 1969: Festival de Woodstock. Disponível em: <http://www.dw.de/1969-festival-de-woodstock/a-609975> Acesso em: 07/06/2014.

como os The Snakes, que segundo ele, começaram com todo esse movimento de transformação na música. Durante a década de 70 deu-se início a divisão entre as bandas de baile, que faziam *covers*, e as bandas de show, que tocavam suas próprias músicas[19]. Márcio Santos ainda ressaltou que a situação de Florianópolis em relação ao Regime Militar era diferente do quadro político enfrentado principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo ele, em Florianópolis, as Polícias Civil e Federal faziam seus respectivos trabalhos, mas não existia um DOPS declarado. A repressão existia, mas era infinitamente menor[20].

No documentário *Ilha 70* a juventude da época aparece sendo introduzida aos movimentos de contracultura, através da propagação do cinema na cidade, que trazia de fora jovens cabeludos, modernos e de roupas extravagantes. Através de entrevistas os jovens locais relataram suas viagens e estudos no exterior, e ao voltar, discutiam as novas ideias com os amigos em pontos de encontro, como o Kiosque da Praça XV de novembro ou a casa de algum amigo, onde aproveitavam também para ouvir os LP's do mais novo da música mundial, como The Beatles e Rolling Stones[21].

No início dos anos 70 a juventude universitária da UFSC criou o FUCACA – Festival Catarinense da Canção Universitária, que aliava a música à militância política dos movimentos estudantis. Martins (2001) entrevistou para seu Trabalho de Conclusão de Curso em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, um dos fundadores do FUCACA e, ao ser questionado em relação ao Palhostock, Sebastião César Evangelista disse que entendeu o Festival como uma forma de "levantar um dinheiro", sem nenhuma conotação política[22]. Esse caso exemplifica um pouco a questão das diferenças e estranhamentos entre as esquerdas intelectualizadas e alternativas.

Em todo o Brasil estavam acontecendo Festivais de música: em fevereiro de 1973, em Cambé no Paraná; em julho do mesmo ano foi a vez de São Lourenço, em Minas Gerais, que realizou o chamado Woodstock Tupiniquim; entre outros. O Palhostock surgiu da ideia de três

19 SILVA, Paulo Valério M. O momento da contracultura em Santa Catarina: Palhostock – 1974, um festival de paz, amor e música. Florianópolis, 2004. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 30.
20 Ibdem. p. 34.
21 MARTINS, M.; MENEZES, L.. Ilha 70. [Documentário]. Direção e roteiro de Marco Martins e Loli Menezes. Santa Catarina, Vinil Filmes, 2010. 44min.
22 MARTINS, Alexandre, 2001. Op. Cit. p. 56.

jovens tentando fugir do marasmo cultural de Florianópolis, já que raramente um show de grandes proporções era feito na cidade[23].

Com a ideia na cabeça os jovens Baldicero Filomeno Júnior, Edgar Scheidt e Jacob Carlos Silveira, foram atrás de apoio financeiro para a realização do Festival. Venderam e empenharam diversos bens e ainda assim não conseguiram dinheiro suficiente. Sendo assim recorreram primeiramente à Prefeitura de Florianópolis, que não viu com bons olhos a realização de um festival como esse na cidade. A segunda opção foi a Prefeitura de Palhoça, que tinha por Prefeito Odílio José de Souza, do MDB – único partido legal de oposição – o prefeito tinha ideias de progresso e acreditou que o festival seria bom para promover a cidade de Palhoça turisticamente, portanto deu seu apoio como podia, com o básico[24].

O Prefeito Odílio ajudou na divulgação do festival, bem como as esposas dos organizadores, que em função de sua loja de roupas LANAMODINHAS, viajaram para São Paulo e aproveitaram a oportunidade para pedir ao jornalista Nelson Motta que ajudasse na divulgação[25]. O lugar para a realização do evento foi conquistado com o time de futebol Guarani de Palhoça, que cedeu o Estádio Renato Silveira. A energia elétrica foi cedida pela CELESC e a aparelhagem de som ficou a cargo da Transasom de São Paulo[26]. O *1º Festival de Música Pop – O Palhostock*, aconteceria nos dias 19 e 20 de outubro e foi bastante divulgado nos jornais do sul do país, até porque se pretendia que bandas de fora de Santa Catarina participassem do festival.

O Jornal de Santa Catarina, do dia 03 de outubro, pouco antes do festival, exemplifica essa divulgação:

> Já está confirmada a vinda de três conjuntos de Porto Alegre, dois de Curitiba, um de Itajaí, além da participação de quatro de Florianópolis para o 1º Festival de Música Pop, que será realizado ao ar livre em Palhoça, nos dias 19 e 20 do corrente, no Estádio Renato Silveira.
> A festa, que será a primeira no gênero no Sul do país promete reunir milhares de jovens catarinenses.
> Paralelamente às apresentações dos conjuntos, que terão uma aparelhagem de 10 mil watts à sua disposição, será feita uma exposição de fotografias e

23 SILVA, Paulo Valério M. 2004. Op. Cit. p. 32.
24 MARTINS, Alexandre, 2001. Op. Cit. p. 35-6.
25 Ibdem. p. 37.
26 SILVA, Paulo Valério M. 2004. Op. Cit. p. 38.

> pinturas, feira de artesanato hippie e um desfile de modas com roupas "super avançadas ao som do rock e com uma coreografia da pesada".
> O festival tem co-patrocínio da Prefeitura de Palhoça e Deatur. A Iluminação será constituída de enormes refletores coloridos que serão instalados pela Celesc no alto de 4 torres que estão sendo construídas especificamente para este fim. Como o estádio não tem arquibancadas, haverá espaço suficiente para a colocação de barracas. No centro haverá um grande palco para as apresentações. Será cobrada uma taxa de 15 cruzeiros para quem quiser entrar no estádio e assistir a festa Pop.[27]

Muitos jovens hippies, cabeludos, vieram de várias partes do Brasil, como São Paulo, Paraná, Rio Grande de Sul e outras cidades de Santa Catarina. Chegaram alguns dias antes do festival, quase sem dinheiro, e muitos entraram no estádio e ficaram por lá mesmo, sem pagar os ingressos. Dessa forma todo o investimento não trouxe resultado, além claro, de 25 horas ininterruptas de música e diversão ao ar livre[28].

O Jornal O Estado, do dia 20 de outubro, segundo dia do festival, noticiou o rebuliço das pessoas mais exóticas, jamais vistas na pacata Palhoça até então:

> Transfigurada pelos forasteiros que há dois dias vêm chegando dos mais diferentes pontos do país, a pequena e pacata cidade de Palhoça transformou-se ontem num movimentado ponto de convergência das mais estranhas e exóticas criaturas.
> Em meio ao rebuliço do desordenado aglomerado de gente, despreocupada com as regras normais à sociedade tradicional, acampados em todos os cantos, conversando todos os assuntos, numa mistura indiscriminada de raças, credos, culturas, a expectativa comum para o início do 1º Festival de Música Pop, uma maratona ininterrupta de mais de 25 horas de som.
> Assim, num ambiente totalmente descontraído e primitivo pela sua simplicidade, iniciou-se às 21 horas da noite de ontem o festival[29].

Apesar do país estar sendo regido por uma ditadura de cunho miliar, inusitadamente ou nem tanto, a segurança do local foi feita pela Polícia Militar. Contudo, há controvérsias em relação a quem requisitou o reforço policial. Martins (2001) entrevistou Baldicero Filomeno Júnior, um dos organizadores do Festival, e ele afirma ter pedido à polícia que fosse ao local e fizesse a segurança, mas sem interferir, pois se fosse em busca de drogas teriam de prender todos. Entrevistou também o ex-Promotor de Justiça Juarez Nahas, que contrariamente, diz ter

27 Festa Pop em Palhoça – 10 mil watts de som. Jornal de Santa Catarina: 03/10/1974.
28 SILVA, Paulo Valério M. 2004. Op. Cit. p. 39-40.
29 Palhoça passa a noite ao som do seu primeiro Festival Pop. Jornal O Estado. 20/10/1974.

sido o responsável pelo pedido de reforços policiais, em função dos reclames da população para os possíveis desajustes de conduta[30].

As bandas que se apresentaram no "PALHA STOCK[31]" foram: Bicho da Seda e Almôndegas, de Porto Alegre; Capuchon, Sidharta, Som Nosso de Cada Dia e Comunidade, de Florianópolis; e Mostarda, de Joinville. A banda A Chave, do cantor Luiz Henrique, iria se apresentar, mas por medo em função de um boato de perseguição de policiais à paisana, o cantor passou todo o festival escondido em uma barraca[32]. Porém antes das bandas se apresentarem ocorreu o fato mais inusitado da história do festival, sua abertura pela banda da Polícia Militar, segundo relata Gelci Coelho, em entrevista para Silva (2004):

> A sugestão da presença da banda da Polícia Militar foi minha... Como nós, eles também não sabiam o que estava acontecendo exatamente. A banda chegou e os jovens acompanharam aos pulos, aí no meio da apresentação foi que os militares entenderam o que estava acontecendo... porque as pessoas entraram em delírio[33].

Podemos nos questionar se a polícia estava realmente sem saber nada mesmo, ou se estava lá, como alguns pensavam, à paisana, para ficar vigiando e poder tomar as rédeas da situação em caso do festival fugir do controle.

O Palhostock dividiu opiniões entre os moradores de Palhoça. Muitos encheram de elogios o festival: como taxistas, comerciantes e donos de pensões, que lucraram bastante com o evento, portanto obviamente o felicitaram. Bem como os organizadores, os quais afirmaram que o festival reuniu uma geração oprimida e portanto foi uma festa linda, nunca vista antes. Ao mesmo tempo sobraram críticas ao evento, principalmente em relação à falta de estrutura da cidade, que nos poucos dias em que se acumularam praticamente 6 mil pessoas, o estoque de mercadorias rapidamente acabou, muitos participantes do festival dormiram em suas barracas nas ruas e lá faziam suas necessidades e se usavam drogas à luz do dia. Isso assustou a pacata cidade de Palhoça, e o já citado ex-Promotor de Justiça, afirma que o Palhostock não

30 MARTINS, Alexandre, 2001. Op. Cit. p. 44.
31 Apelido dado pelos organizadores do festival, trocadilho com o nome da cidade de Palhoça e palha, relacionando à maconha.
32 Ibdem. pp. 41-2.
33 Ibdem. p. 42.

trouxe nenhum benefício para a cidade, trouxe apenas prejuízos, segundo ele principalmente culturais e morais[34].

Conclusão

Pensando no contexto diferenciado em que Santa Catarina vivia no período da Ditadura Militar, apesar de o *1º Festival de Música Pop – O Palhostck* ter sido realizado com a intenção de pôr fim ao marasmo cultural de Santa Catarina, sem uma motivação inicial política de contestação, é impossível não se pensar no caráter questionador e libertário sugerido no festival.

Elogios e críticas à parte, é incontestável que o Palhostock, apesar de suas contradições, foi de fundamental importância para a juventude de Santa Catarina, pois mexeu com o estilo de vida vigente, sendo um acontecimento nunca visto antes na história catarinense.

Por fim é importante ressaltar que a política não se fazia apenas na arte "engajada", mas também através dos jovens da contracultura brasileira, que mesmo sem um projeto político evidente, contestavam e mostravam descontentamento com o regime e o sistema vigente na sociedade a partir de seus estilos e modos de vida diferenciados.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: NOVAIS, A (org). *História da Vida Privada no Brasil*: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 319-409.

COELHO, Claudio Novaes Pinto. *A contracultura*: o outro lado da modernização autoritária. In: ANOS 70: Trajetórias. São Paulo: Iluminuras, Palas Atena, 2005. pp. 39-51.

FICO, Carlos. *O grande irmão*: da operação brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 67-123.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura Através dos Tempos*: Do Mito de Prometeu à Cultura Digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. pp.271-307.

34 MARTINS, Alexandre, 2001. Op. Cit. p. 50-1.

MARTINS, Alexandre. *Palhostock*: o Woodstock catarinense. Florianópolis, 2001. Monografia (Licenciatura e bacharelado em História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

PATRIOTA, Rosangela. A Cena Tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo. *História*, São Paulo: v.22, n.1, pp. 135-163, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil.* Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp.47-92.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e Intelectuais no Brasil pós-1960. Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, pp. 81-110, 2005.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N (orgs). 2ª ed. *O Brasil Republicano*: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.133-166.

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira.* São Paulo: Ed. UNESP, 2010, pp.27-71.

RISÉRIO, Antonio. Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil. In: *ANOS 70*: trajetórias. São Paulo: Iluminuras, Palas Atena, 2005. p. 25-30.

SILVA, Paulo Valério M. O momento da contracultura em Santa Catarina: Palhostock – 1974, um festival de paz, amor e música. Florianópolis, 2004. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

WILLER, Cláudio. Beat, geração beat. In: *Geração Beat*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

Fontes impressas

Jornal O Estado. 20/10/1974.

Jornal de Santa Catarina. 03/10/1974.

Outras fontes

CALIL, R.; TERRA, R. *Uma noite em 67*. [Documentário]. Direção de Renato Terra e Ricardo Calil. Brasil, VideoFilmes, 2010, 85min.

MARTINS, M.; MENEZES, L.. *Ilha 70*. [Documentário]. Direção e roteiro de Marco Martins e Loli Menezes. Santa Catarina, Vinil Filmes, 2010. 44min.

TAYMOR, Julie. *Across the universe.* [Filme]. Direção de Julie Taymor. Reino Unido; Estados Unidos da América, Columbia Pictures do Brasil, 2007. 2h11min.

THURAU, Jens. *1969*: Festival de Woodstock. Disponível em: <http://www.dw.de/1969-festival-de-woodstock/a-609975> Acesso em: 13/06/2015.

Recebido em 11 de junho de 2014
Aceito para a publicação em 23 de julho de 2014

Modernidade, modernos e modernistas

Manoela Nascimento Souza
manoela-sz@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente artigo tem como objetivo de reflexão a era moderna e o modernismo no Brasil, mais especificamente o modernismo no estado de Santa Catarina. O movimento que levou o modernismo à Santa Catarina foi chamado de *Grupo Sul*. Este movimento envolveu escritores, poetas, pintores, alcançando o cinema e o teatro. A fonte documental que será usada aqui corresponde a três revistas *Sul: Revista de Círculo de Arte Moderna*, criadas pelo *Grupo Sul*, usando especificamente textos e poemas da escritora Eglê Malheiros, que perpetuou no *Grupo Sul* até o seu fim.
Palavras chave: Modernismo, *Grupo Sul,* Santa Catarina, Eglê Malheiros.

Abstract: The present article has as objective to reflect the modern era and modernism in Brazil, more specifically the modernism in the state of Santa Catarina. The movement that led the modernism in the Santa Catarina was called Group South. This movement involved writers, poets, painters, reaching the cinema and theater. The documental source that will be used here corresponds to three magazines South: Journal of the Circle of Modern Art, created by the Group South, using specifically texts and poems of novelist Eglê Malheiros, which perpetuated in Group South until your order.
Keywords: Modernism, Group South, Santa Catarina, Eglê Malheiros.

Introdução

"Não sou poeta hoje
Embora esteja toda poesia" [1]

Para que possamos compreender o movimento modernista que levou à modernidade para Santa Catarina, devemos antes nos situar no tempo e no espaço, pois estes refletiam no pensamento das sociedades da época. O artigo desenvolvido aqui se divide em três capítulos que pretendem tornar compreensíveis os termos: Modernidade, Modernos e Modernistas. Uma compreensão não apenas conceitual, mas destes termos em relação ao mundo, ao Brasil

1 Poema de Eglê Malheiros que se encontra na: *SUL Revista de Círculo de Arte Moderna*. Ano I – Florianópolis, Junho, 1957 – nº 29, na página 17.

e ao estado de Santa Catarina. A modernidade é aqui analisada a partir do âmbito artístico e cultural da época.

A Modernidade é compreendida a partir do final do século XIX e século XX. Momento de dúvida, racionalização e subjetivismo, onde o homem procura suas abstrações em suas próprias abstrações. Entretanto, é interessante pensar que o movimento do modernismo no Brasil não nos remete, pelo menos no seu início, ao pensamento de modernidade. Pois o Brasil procura suas "influências artísticas" na Europa.

O Modernismo no Brasil remete ao progresso como espelho a civilização Européia. Cerca de dez anos mais tarde o Brasil passa a valorizar a cultura popular. Porém por motivos políticos, mas não entraremos em discussões sobre os sistemas políticos. Deteremos-nos em refletir sobre o pensamento moderno brasileiro e catarinense no século XX.

Em Santa Catarina, o Modernismo começa anos mais tarde. O *Grupo Sul* foi um movimento artístico e literário que trouxe o pensamento Moderno para Santa Catarina. O Estado deu um grito, após anos de ilhamento[2] do país. *A Sul: Revista do Círculo de Arte Moderna*[3], além de trazer novas culturas, também refletia sobre o Brasil da época, sobre os sentimentos dos artistas, como, Eglê Malheiros, que usa de seus poemas para transportar aos leitores os sentimentos que o Grupo Sul pretende despertar com sua revista.

Modernidade

Século XVIII, início da era moderna. Com o grande desenvolvimento das ciências, o homem tem a capacidade de transformar o ambiente mediante estruturas racionais. O surgimento do Telescópio (atribuído a Galileu Galilei) foi um dos principais acontecimentos da modernidade, pois possibilitou que o homem pudesse ver o mundo com outros olhos (de fora) e além de assumir sua pequenez em relação a ele, o entender através de si mesmo.

Século XX, como herança do século XIX, período de muita concentração, estudos e descobertas. A ciência influência a filosofia. A verdade das coisas não pode mais ser procurada pelos homens apenas através de mitos e religiões, agora o homem é capaz de

2 Termo utilizado por Lina Leal Sabino, no artigo: *Sul: O modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
3 Usadas aqui como fonte documental três revistas *Sul*: Revista nº7, 1949, Revista nº6 de 1949, e revista nº29 de 1957.

encontrar a verdade nas suas próprias abstrações. A dúvida[4] proclamada pelo filósofo Descartes como princípio de todo pensar é o que permitiu que estes mitos e religiões fossem colocados sob suspeita. Assim, o homem duvida de todas as teorias já feitas, pensa e tem, através da dúvida, uma essência para tudo isso: a sua própria existência.

Esse subjetivismo do pensamento moderno reflete na arte. Como na música, por exemplo. É no período moderno e contemporâneo que o som de ruptura passa a ser mais bem interpretado, tanto que este passa a ser a sua marca central. A ruptura, que anteriormente, era compreendida como "diábolos", pelas histórias faústicas, passa para "diacronia", que é a marca central do mundo tonal[5]. Diacronia (dia = ruptura e cronia = tempo), ou seja, tempo que se rompe, que avança, tempo flecha. Incorporando a ideia de três movimentos: 1 – exposição do tema, 2 – tensão e 3 – síntese.

> Mário de Andrade, num manuscrito da década de 20, nunca publicado por ele, percebeu com enorme acuidade o espantoso deslocamento do campo de produção da música que estava embutido nessa nova interferência do ruído, via timbres, sobre a economia do som. "Si na verdade a música nunca foi tão musical como agora, depois que abandonou a vacuidade cômoda do som abstrato e impôs como elemento primário de sua manifestação o timbre, é incontestável também que certar combinações de harmonias, certas concepções de escalas melódicas, a participação freqüente do ruído isolado ou em combinação com os timbres sonoros, faz com que, ao lado da música de agora, aparecem frequentissimamente manifestações que rompem todas as experiências, evolução e conceito estético que vieram se desenvolvendo e apurando por vinte e cinco séculos musicais."
> Essa verdadeira mutação captada por Mário (embora não forme o campo em que se desenvolveu seu pensamento) lançaria, segundo ele mesmo, a música para um novo limiar de cruzamento contraditório entre o mais moderno e o mais primitivo.[6]
> Ainda encontramos hoje concepções, não só antidodecafônicas, mas atitonais: bem examinadas as duas, elas são desenvolvimento de um mesmo pressuposto antimoderno que atravessa em surdina a história da modernidade.[7]

4Duvido, logo "penso, logo existo" DESCARTES, *O discurso do método*. P.70, 2012.
5Mundo Tonal, é compreendido na passagem dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e início do XX. José Miguel Wisnik, filósofo brasileiro, separa a história da música por mundos, onde o mundo tonal é o segundo mundo. O primeiro mundo é o Modal, onde a ruptura é inaceitável, período compreendido na era medieval, já o terceiro mundo, o Serial, é compreendido na contemporaneidade, momento de pulsação da música (eletrônicos). O livro desenvolve-se a partir destes mundos (Modal, Tonal e Serial), e a partir dos usos dos fenômenos sonoros (Som, ruído e silêncio).
6 WISNIK, José Miguel. *O Som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989, p. 41.
7 Idem. Nota nº30, p. 219.

Modernos: O Modernismo no Brasil

Modernismo é entendido como um movimento artístico e literário que teve início no começo do século XX. Escritores, autores, poetas, pintores, escultores, arquitetos, músicos, fizeram parte deste movimento. A maioria dos artistas brasileiros tinha acabado de voltar da Europa onde havia estudado em escolas de belas artes, esta influência erudita permeia o início do modernismo no Brasil. Vários estilos novos surgem, crescem e se consagram nesta época. É o tempo do novo, do moderno, em que todas as concepções antigas foram repensadas e tratadas como passadas. Abre se caminho para o progresso, que no Brasil era remetido à Europa. O início do Modernismo foi sob referência dos movimentos artísticos europeus.

Por volta de 1911, a época é de renovação, da cidade, dos costumes de vida, e do juízo de gosto artístico. O Estado supervaloriza e estimula o ensino erudito nas escolas, e a atualizar os Liceus de Artes e Ofícios dos Estados de Federação que se disseminavam pelo interior. Entretanto, há uma desvalorização do popular, como por exemplo, manifestações de música popular eram vistas com preconceito.

Já na década de 20, abre-se espaço para a valorização do nacional. Dinamização do ambiente musical, as fronteiras entre o erudito e o popular foram diminuindo, e suas expressões interpretadas cada vez mais. Passado o Segundo Império, segundo Mario de Andrade[8] o período de maior brilho exterior da vida musical brasileira. Segundo José Geraldo Vinci de Morais[9], já o choro teria sido o estilo que mais colaborou para este tipo de relação e aproximação, transitando entre a música de caráter erudito e a de aspecto popular.

A Semana de arte moderna de 1922 ficou marcada no século XX, pois foi um acontecimento de renovação da linguagem artística. O movimento artístico brasileiro começa a tomar forma, força e reconhecimento. O movimento modernista no Brasil, finalmente se moderniza.

Modernistas: Grupo Sul, o Modernismo em Santa Catarina

Na angústia intensa
De exterior plácido

8 Informação retirada do artigo de SABINO, Lima Leal. *Grupo Sul: O modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981
9 Idem.

Dançaram flores
Brilharam sons
Enquanto as cigarras e as borboletas
Criaram a música
Do movimento
Da sensação de poder ser[10]

Santa Catarina no início do modernismo no Brasil, não participava do movimento da época, esteve ilhado do resto do país por alguns anos. O *Grupo Sul* traz o modernismo à Santa Catarina na década de 50. Na década de 20, é fundado a Academia Catarinense de Letras, que difundia na época, o Realismo e o Parnasianismo. Um pouco mais tarde, na década de 40, os mesmos que fundaram a acadêmica eram professores e representavam a postura clássica que foram moldados. Porém a nova geração de alunos queria saber mais.

> A nova geração, formada por seus jovens alunos, e outros jovens, embrenha-se por suas próprias literaturas, descobre que existiu – e ainda existe – algo que não lhes foi ensinado. Descobrem Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira. Descobrem os valores estéticos do Modernismo e, com a audácia febril característica dos jovens, arvoram-se em seus intrépidos defensores[11].

Surge uma campanha em nome da arte moderna em Santa Catarina. Nomes como, Salim Miguel, Eglê Malheiros, Ody Fraga e Silva, Antonio Paladino, Aníbal Nunes Pires, ÉlioBallstardt, Walmor Cardoso da Silva, Alchebaldo Cabral Neves, Claudio Bousfield Vieira, entre outros, juntos conhecidos como: *Grupo Sul*. Em 1948 lançaram a *Sul: Revista do Círculo de Arte Moderna.*

Com o decorrer do tempo, novos nomes vão se somando. Os catarinenses produzem muito e disseminam outras culturas. Podemos perceber, a partir do poema, *Dei um soco na janela da imaginação...* de Eglê Malheiros, como o estado se encontrava antes de dar o 'soco da na janela da imaginação'. A poeta encontra nas suas próprias abstrações a essência de tudo, a sua própria existência.

10 Poema de Eglê Malheiros que se encontra na: *SUL Revista de Círculo de Arte Moderna*. Ano X – Florianópolis, Dezembro, 1949 –nº6, na página 15.
11 SABINO, Lima Leal. *Grupo Sul: O modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 19, 20.

Esse caminho único que amarra, que prende
Um só pensamento
Aniquilação
Fantasmas sempre os mesmos
Gemidos que até enervam
Num egoísmo que quer ser dedicação
A música repetida das neurastenias
A paisagem estreita da auto-contemplação
Veio lentamente
Através dos vidros
A imagem doutras terras, o som doutro cantar
O suor, o sangue, o sonho doutra gente
A angústia de querer
Um frêmito de vida,
O calor, o palpitar do viver universal
E senti sob os dedos o empecilho transparente
Que é a proibição.
Dei um soco na janela,
Deixei que fosse confuso
O panorama interior
Veio o tango, veio a rumba
Veio o capricho e a sonata
Caimi, Beethowen, samba,
Macumba da mente
Em candomblés infernais.
O choro de todos que choram
Lavou o limo do Eu
Cantei com os que cantavam
Encontrei por que lutar
Um pouco em tudo
Nunca num porto só,
Escancarei a imaginação
Tentando ser compreensiva
Procurando me dissolver
Para me realizar.[12]

Sentimos a sede do novo, da modernização do pensamento, a necessidade de compreender através da essência do mundo, o seu próprio eu. A revista *Sul* publicou textos em todas as línguas, realizou exposições de arte moderna, encenou peças de George Bernar Shaw, Pirandello e Sartre, trocou informações com outras revistas literárias, correspondeu-se com

12 Poema de Eglê Malheiros que se localiza na: *SUL Revista de Círculo de Arte Moderna*. Ano II – Florianópolis, Fevereiro, 1949- nº7, na página 3.

artistas uruguaios, argentinos, portugueses, angolanos, alemães, franceses, entre outros. Além de montar o primeiro clube de cinema de Florianópolis.

O cinema na década de 40 e 50 ganha som e cor. O *Grupo Sul* engaja-se no cinema e mantêm relações intercambistas com cine-clubes de outros Estados. O resultado foi o primeiro longa do estado, realizado por Salim Miguel, cujo nome *O preço da Ilusão* em 1957, referido pelo próprio Salim como "O preço foi uma verdadeira ilusão". Ocorreram problemas na realização do longa, como falhas, e ele não pode ser exibido comercialmente. Armando Silvio Carreirão levou sete anos fazendo cine-jornais para quitar o longa.

Nas artes plásticas a revista divulga obras de pintores locais, mas também pintores modernistas estrangeiros. No final do *Grupo Sul*, os artistas que restaram se unem e formam o GAPF, em 1958, Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis. Os quais realizam exposições no mesmo ano do GAPF.

Os escritores e poetas do Grupo, por insatisfação em publicações apenas em revistas, e a falta de editores, criam *Os Cadernos Sul* e *Edições Sul*. Onde puderam publicar tais cadernos, livros, com vias, feições e conteúdos modernistas. "De qualquer forma, um estilo que não revelasse aprimorada forma clássica e conteúdo firmado na clareza, na lógica e na linearidade viria a ferir os padrões estéticos-literários vigentes."[13]. Começa o atrito entre artistas e professores. Separam-se de um lado os Novos (*Grupo Sul*) versus Velhos (Geração Academia). Não medem e não poupam palavras e argumentos para defender suas crenças.

> Perguntamos nós: saberá alemão o Sr. Flores? E também grego? Será possível: pressuponhamos ser ele ignorante apenas em português e francês. Um dia apareceu-nos se inculcando como também sendo em alemão. E agora parece que também pretende ser em grego. Convenhamos que é demais: - Ignorante em quatro idiomas! (O Estado, 16/04/50)[14].

Meses depois desta publicação, o jornal *O Estado*, cancela a página literária dos modernistas e passa esta mesma para Othon d'Eça[15], que exclui a cultura modernista e sobrepõem a clássica. Após dez anos de *Grupo Sul*, ele se dissolve, o casal de artistas, Salim Miguel e Eglê Malheiros perpetuaram o Grupo do início ao fim, persistindo até o dia de hoje.

13 SABINO, Lima Leal. *Grupo Sul: O modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p.22.
14 Idem, p.23.
15 Othon de Gama Lobo d'Eça, advogado, jornalista e poema catarinense de Desterro.

A revista dura trinta números, o último em 1958. O período de dez anos de revista, foi o mais longo da história nas Letras Catarinenses.

Como saldo de pesquisa, compreendemos que a era moderna no Brasil passou por diferentes estágios em diferentes estados. O *Grupo Sul* tirou a literatura, a poesia, as artes e o pensamento dos catarinenses do século passado, para emergirem com a linha modernista que o Brasil seguia no século XX. O Modernismo em Santa Catarina foi um movimento de modernização do estado, e não apenas um movimento de modernismo estético e literário.

> Porque o artista e o intelectual sofrem um destino inelutável: ou se mantêm sempre jovens ou morrem, mumificam-se mesmo em vida. Para permanecerem atuantes precisam ser os eternos insatisfeitos: perder-se na auto-contemplação é perecer. [...] Esse impulso para o novo, esta constante revisão essa inquietação é que fazem com que o homem vença inclusive as mais refratárias injunções, e se realize[16].

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro, *Forense Universitária*, 1989.

CAMARGOS, Márcia. *Entre a vanguarda e a tradição*. São Paulo: Alameda, 2011.

DESCARTES, René. *O discurso do método*. Tradução de Paulo Neves – Porto Alegre: L&PM, 2012.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A casa do Baile: Estética e modernidade em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Borteux, 2006.

MIGUEL, Salim. *O preço da ilusão*. 1957

SABINO, Lima Leal. *Grupo Sul: O modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SUL Revista de Círculo de Arte Moderna. Ano II – Florianópolis, Fevereiro, 1949- nº7

SUL Revista de Círculo de Arte Moderna. Ano X – Florianópolis, Dezembro, 1949 –nº6

SUL Revista de Círculo de Arte Moderna. Ano I – Florianópolis, Junho, 1957 – nº 29.

16 Texto de Eglê Malheiros que se encontra na: *SUL Revista de Círculo de Arte Moderna*. Ano I – Florianópolis, Junho, 1957 – nº 29, na página 1.

WISNIK, José Miguel. *O Som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras: Círculo do Livro, 1989.

Recebido em 11 de junho de 2014
Aceito para a publicação em 23 de julho de 2014

Germanidade no Vale do Itajaí-Açu – Conflitos étnicos e políticos no início do século XX

Lauro Cesar Voltolini de Almeida

lauro2v@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo visa analisar os conflitos étnicos e políticos em torno do "problema" da germanidade no estado de santa catarina, no início do século XX. Para a pesquisa desse artigo foram usadas notícias do Jornal *Republica*, de Florianópolis, nos primeiros anos do século XX. O estudo tem o objetivo de estabelecer algumas discussões sobre as disputas políticas em Santa Catarina no período acima citado e entender como a questão da cultura "germânica", formada no Vale do Itajaí-Açu, estava em pauta nos conflitos políticos nesse período.
Palavras chave: cultura germânica, política, jornal república, espírito de raça.

Abstract: this article aims to analyze the ethnic and political conflicts around the "problem" of germanness in the state of santa catarina, in the early twentieth century. For the research, were used news from the *Republica* news, of Florianópolis, in the early of twentieth century. The study aims to establish some discussions about political disputes in Santa Catarina in the above mentioned period and understand how the issue of "Germanic" culture, formed in the Itajaí-Açu Valley, was at stake in the political conflicts in this period.
Key words: germanic culture, politic, republica news, race spirit.

Introdução

O historiador ao se deparar com as fontes participa de um processo de mão dupla. Se por um lado a fonte tem um conteúdo e objetivo explícito, a mesma fonte é também aquilo que ela omite, arbitrariamente ou não. É necessário entender nossas fontes como uma fala ou representação de uma determinada visão de mundo e experiência vivida. Como mostra Michel de Certeau:

> [...] um discurso ideológico se ajusta a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Que o discurso como tal obedeça a regras próprias, isso não impede de articular-se com aquilo que não diz – com o corpo, que fala à sua maneira[1].

1CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense-Universitária, 2013. p. 53.

Tal perspectiva acerca dos vestígios documentais implica um diálogo que vai além da relação historiador-fonte. O processo traz um intercâmbio e junção entre diversas fontes e bibliografias a respeito de determinado objeto em questão, formando desta maneira um processo dialético entre os "sujeitos" da pesquisa historiográfica. No entanto, por mais que desse processo se espere uma síntese, como produto final, ela nunca se dá por completo e nem pretende se concluso, pelo contrário, acaba sendo uma abertura para novas possibilidades.

As fontes em questão são matérias e notícias do Jornal "*República*" de Florianópolis, Santa Catarina, onde o objetivo ou contexto a ser investigado é a construção da nacionalidade brasileira e suas articulações sociais, políticas e econômicas com as colônias alemãs no sul do país, mais especificamente no vale do Itajaí-Açu. Logo, a ideia é observar a especificidade da região acima destacada, com seus contornos particulares, e não o processo de criação de uma concepção de nação ou povo brasileiro em um contexto nacional de grande amplitude.

O corte temporal privilegiado na pesquisa é o inicio do século XX. Por mais que fosse de grande contribuição adentrar a esse corte preestabelecido, chegando ao "embate" do germanismo e açorianidade, o presente artigo tende desenvolver os conflitos preexistentes a esse período, numa tentativa de observar o processo de "criação" de uma cultura teuto brasileira.

Porém a formação de uma cultura teuto brasileira perpassa por uma série de questões que vai do processo da vinda desses colonos alemães, a "unidade" cultural desse grupo, a relação com os brasileiros e também os jogos políticos envolvidos. A primeira parte desse trabalho é entender os próprios motivos da vinda desses imigrantes, seus objetivos, tanto por parte dos agentes americanos quanto dos agentes do outro lado do atlântico, como também a geração dos descendentes alemães e a importância da "tutela" da cultura germânica em solo brasileiro.

A próxima parte do artigo vai adentrar mais especificamente nas fontes encontradas, que foram localizadas na hemeroteca do site da Biblioteca Nacional. As notícias que vão se seguir nesse capítulo delinearão a pesquisa no que concerne às acusações já no início do século XX, da suposta tentativa de criar um "espírito de raça" na região de Blumenau.

O jornal em questão é um porta-voz dos benefícios da vinda desses colonos e sempre esteve pronto para contrapor esse tipo de acusação, trazendo os mais variados adjetivos positivos da raça alemã. Portanto, é sem dúvida necessário investigar a própria fonte e os agentes envolvidos na fabricação da mesma, do mesmo modo que será levado em consideração que não se trata de uma fonte isolada e sim de um contexto mais amplo.

O processo colonizador: os interesses e ideais envolvidos

Já no início do século XIX, principalmente com a abertura dos portos em 1808, é possível ver um número mais elevado de imigrantes alemães no Brasil. Entre 1808 e 1822, é constatado a vinda de 200 alemães[2]. Mas é preciso diferenciar dois movimentos, que de uma certa forma são ambíguos. O primeiro é a simples imigração, que na primeira metade do século XIX foi marcada por características mais particulares do que por um projeto político imperial. O outro movimento foi o processo colonizador, que por mais que existisse o investimento privado durante a imigração, acabou fazendo parte de um projeto político, econômico e eugenista do império[3].

A segunda metade do século XIX foi de suma importância para o entendimento do processo colonizador brasileiro, principalmente o alemão no que concerne à mão de obra. Como nos mostra Barbosa, " O principal objetivo era suprir a falta de mão de obra escrava e, ao mesmo tempo, seguir a política eugenista, a qual priorizava o ingresso de homens brancos para o desaceleramento da mestiçagem do povo brasileiro, causado pelos índios e negros"[4].

É possível perceber assim a questão de cunho político e de ideal dessa segunda metade do século XIX, onde o branqueamento foi uma espécie de solução para o "problema" da mestiçagem brasileira. A vinda do europeu se fez como uma forma de remédio para o "problema", e também uma solução econômica de um país essencialmente agrário e latifundiário. Por outro lado, com a lei de terras de 1850, a presença das grandes companhias

2 BARBOSA, Márcia Fagundes. *Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina*. Tese de doutorado em literatura, UFSC. Florianópolis, 2009. p. 15.
3 Idem, p. 4.
4 Idem, p. 4.

colonizadoras foi de extrema importância, pois a partir desta lei de terras, as mesmas não poderiam mais ser concedidas sem o pagamento[5].

O investimento ocorria tanto por parte das companhias alemãs quanto brasileiras, que viam no imigrante uma "mercadoria" de grande lucro, e que foram ao mesmo tempo uma das responsáveis pela consolidação de colônia importantes em Santa Catarina, como Blumenau por exemplo[6].

A colonização foi marcada por fluxos e refluxos, nem sempre era possível manter a continuidade da vinda de novos colonos. O custo das viagens eram altíssimo o que fez muitos empreendedores como Hermann Blumenau recorrerem ao governo imperial, pedindo uma ajuda financeira, a qual nos leva a observar:

> [...] que tanto Joinville quanto Blumenau, como colônias particulares, necessitaram de auxilio financeiro para continuar seu empreendimento colonizador. Este fato indica a necessidade de revisão da tese que aponta para a iniciativa privada como razão do sucesso destas colônias[7].

Quando se referem ao dito sucesso dessas colônias, boa parte das narrativas partem do princípio da industrialização dessas regiões no final do século XIX. E ao mesmo tempo fazem uma comparação com o “atrasado” litoral. Ao longo do século XX, esta relação conflituosa que é também simbólica[8], marcou as disputas pela imagem dos habitantes do vale e do litoral, de um lado um vale próspero e que carregava a força e qualidade do trabalhador alemão e do outro lado, o retrocesso das colônias açorianas. Em 1948 a disputa passou a ser mais acirrada, com a realização do Primeiro Congresso Histórico de Santa Catarina. A partir deste

5 Ver: BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em 16 de maio de 2014.
6 GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. In: *Cadernos Adenauer* XIV. Rio de Janeiro, 2013. p. 13. Disponível em < http://www.kas.de/wf/doc/10985-1442-5-30.pdf> Acesso em 16 de maio de 2014.
7 KLUG, João; ABADIE-AICARDI, Anibal. *Consciência germânica e luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis (1868-1938)*.1991. 194f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas. p. 18. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0016-D.pdf> Acesso em 15 de maio de 2014.
8 Sobre o poder simbólico e sua relação com a construção da noção de realidade e seu uso nos meios de comunicação, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

congresso, o acirramento e disputa simbólica entre colonização açoriana e alemã em Santa Catarina, ficou mais acentuado do que nunca.[9]

Mas apesar da industrialização do vale, com as primeiras indústrias têxteis de Santa Catarina (Hering por exemplo), a colonização tinha como característica de ocupação a pequena propriedade rural, que em muitos casos era inadequada para a agricultura, o que estimulou nessas regiões a substituição da agricultura pela agropecuária, tanto em regiões de ocupação alemã quanto regiões de ocupação italiana.

A indústria e a pequena propriedade, foi a dupla atividade que caracterizou a economia doméstica desses agrupamentos familiares por mais de um século, pois muitas famílias trabalhavam nas indústrias e tinham na pequena agricultura um excedente para sua subsistência e para engrenar em um mercado de troca, no centro dessas comunidades.[10]

Outro aspecto a ser levantado é uma revisão da "homogeneidade" da região do vale do Itajaí-Açu. Por mais que essa região tenha ficado conhecida como uma região típica de colonização alemã, por conta de cidades como Brusque e Blumenau, o "vale europeu" conta com outros grupos de imigrantes, como italianos, húngaros.

Esta relativa "homogeneidade" muitas vezes não era bem-vista pelas autoridades brasileiras, como nos aponta Giralda Seyferth:

> Os documentos coloniais registram a chegada de italianos, russos, húngaros, austríacos, irlandeses, franceses — uma heterogeneidade em parte provocada pelas dificuldades de aliciar imigrantes alemães (comentada nos escritos de Hermann Blumenau, por exemplo), mas também relacionada às preocupações das autoridades brasileiras com possíveis enquistamentos étnicos, o que recomendava "colônias mistas". Tal composição, aparentemente, quebra a homogeneidade germânica do Vale, mas não sua definição como "região de colonização alemã", fundamental na construção de uma identidade teuto-brasileira.[11]

9 Para entender melhor essa disputa, ler FROTSCHER, Méri. *Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984:* identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROSTSCHER, Méri (org). Visões do vale: perspectivas historiográficas recentes. Florianópolis, ed. Nova Letra, 2000.

10 SEYFERTH, Giralda. Colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. In: *Revista Raízes*, v. 31, n. 1. Campina Grande-PR, 2011. p. 17. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/historico.php> Acesso em 15 de maio de 2014.

11 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. In**:** *Revista Horizontes Antropológicos.* Vol. 10, n. 22. Porto Alegre, 2004. p. 65. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci_arttext> Acesso em 15 de maio de 2014.

Como dito acima, apesar da quebra da homogeneidade isso não exclui o fato de ser uma região predominantemente de cultura alemã, ou como mais tarde será identificada, uma cultura teuto brasileira. Porém a definição teuto brasileira, ou essa assimilação entre nativos e alemães (e mais tarde seus descendentes) não ocorrerá sem uma ampla discussão, tanto interna quanto externa. Seyferth ao analisar a cultura teuto brasileira dentro da literatura, vai observar que parte desse conceito vai se caracterizar por um discurso posterior:

> Não há uma aceitação tácita da peculiaridade teuto-brasileira apregoada em grande parte da bibliografia e nas fontes jornalísticas, literárias e documentais produzidas nas regiões de colonização alemã utilizadas por Willems, e que apontam para uma concepção de identidade cultural que expressa etnicidade, coexistindo com a assimilação. Assim, a formulação da cultura híbrida atendeu aos imperativos do conceito de aculturação, referido aos fenômenos que ocorrem quando grupos de indivíduos portadores de diferentes culturas entram em contato, com as subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais dos grupos envolvidos.[12]

De um lado a garantia dada pelas próprias companhias de colonização da possibilidade de se manter em solo brasileiro a permanência da cultura alemã, cultura mais solidamente definida com os imigrantes vindos após a unificação da Alemanha no final do século XIX, e de outro lado o crescimento de insegurança dos luso-brasileiros em relação as colônias alemães, o que vai ficar marcado pelas constantes denúncias de formação de "espírito de raça" por parte de políticos e agentes ligados à administração de Blumenau.

Essas denúncias irão se agravar no início do século XX e verdadeiros embates vão ocorrer, pelo menos até o inicio da I Guerra Mundial. Tal relação provavelmente só será fortemente "decidida" com o advento da II Guerra Mundial, mas a desestabilização da cultura alemã no vale, já é observada com o golpe de 1930 e ao longo dessa década, onde a procura da homogeneização da nação brasileira só será possível com a censura de culturas "estranhas" ao ideal nacionalista.

12 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. In: *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol. 10, n. 22. Porto Alegre, 2004. p. 151

> Enfim, a conservação de usos e costumes do país de origem e o modelo de colonização com pequena propriedade familiar produziram diferenças sociais consideráveis em relação à sociedade nacional, observadas com certa preocupação por muitos brasileiros. Mas, se os hábitos cotidianos, o modo de vida e o ethos do trabalho suscitaram expressões de estranhamento por parte de muitos brasileiros, as instituições comunitárias definidas como germânicas eram condenadas, junto com o uso da língua alemã, como ameaça maior a qualquer projeto assimilacionista, por seu comprometimento ideológico com o nacionalismo alemão.[13]

Relações de poder: Germanidade e Nacionalidade

Junto com o processo de estabilização econômica dessas regiões de colonização alemã que marcaram parte do século XIX, outro aspecto se junta na problemática de estabilização colonial, ou seja, a permanência e preservação dos costumes da pátria europeia, o *Deustschtum*. Essa preservação ocorre tanto em níveis linguísticos como em níveis de estrutura comunitária.

A língua alemã pode ser considerada o ponto de unificação dessas comunidades, e também o ponto principal dos problemas que se deflagraram no final do século XIX e início do século XX. A língua era mantida por meio das escolas comunitárias e que no final da primeira metade do século XX encontrava-se em sérias dificuldades e grandes perseguições, sobretudo com a fundação do batalhão do exército na década de 1930 em Blumenau e com a campanha de nacionalização.[14]

Apesar de ficar mais claro esse conflito étnico depois de 1930, o presente artigo vem demonstrar, através das notícias do jornal "*Republica*" que o conflito é anterior, em pelo menos 30 anos. Um exemplo dessas disputas políticas e também "raciais" aparece na seguinte matéria do dia 15 de janeiro de 1901:

> O pretencioso superintendente da cidade de Blumenau, sr. Bonifácio Cunha, exonerou nosso distincto amigo Augusto Keunecke do cargo de intendente

13 SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: *Revista Mana*: estudos de antropologia social. Vol. 5, n. 2. Rio de Janeiro, 1999. p. 171.
14 CHAVES, Paula Andreczevski Chaves. *O exército e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. Trabalho de conclusão de curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. p. 39. Disponível em: <http://www.historia.ufpr.br/monografias/2002/paula_andreczevski_chaves.pdf> Acesso em 16 de maio de 2014.

> municipal de Indayal. A victima do rancoroso inimigo da raça allemã, é um cavalheiro digno, funccionário zeloso e republicano correcto. [15]

Não se sabe ao certo quais motivações levaram a exonerar Augusto Keunecke, mas fica claro que existia um conflito étnico envolvido. Ao longo do jornal esse tipo de defesa à raça alemã era recorrente. Tentei encontrar outras referências sobre o histórico de Bonifácio Cunha, na tentativa de constatar o caráter conflituoso entre nativistas e germânicos, ou ainda um conflito luso-teuto, mas não foi possível encontrar outras referências do personagem mencionado. Algumas notícias vão girar em torno das acusações do mesmo.

A manutenção da cultura alemã foi um fator que provavelmente contribuiu para gerar tais conflitos étnicos. Nas várias páginas que pude ler e observar, o jornal fazia questão de destacar as diversas atividades em torno de cultura alemã, ou pelo menos, festividades que deixavam claro o forte sentimento patriótico com a antiga nação. Um desses eventos era a própria comemoração do aniversário do imperador alemão Guilherme II, onde a figura do cidadão Zimmerer mostra essa forte ligação com a Alemanha, "[...] Commemorando o anniversario natalício do seu soberano, o sr. von Zimmerer reúne hoje, as 4 ½ horas da tarde, em sua residência, em um banquete, autoridade do Estado e representantes da colonia alemão. [...]."[16] Zimmerer foi cônsul da Alemanha em Santa Catarina, o que justifica a afirmação, do texto citado acima, do termo "seu soberano" e a comemoração era muito comum. No entanto, essas comemorações ocorriam em âmbito municipal também, onde a comunidade era envolvida nas festividades e até mesmo em laços de pertencimento, mesmo muitos já sendo naturalizados ou até mesmo brasileiros natos.

O sentimento de pertencimento ou sentido que se dá ao caráter da identidade, é ambíguo entre lusos e teutos. Para os descendentes lusitanos a identidade se dá através do *jus solis,* ou seja, a identidade se caracterizava pelo lugar onde se nasce. É claro que nem sempre foi assim, pois se observarmos os conflitos no período colonial entre descendentes de portugueses, e portugueses propriamente ditos, fica evidente que a questão sanguínea estava

15 Blumenau. *Jornal Republica*, Florianópolis, 15 jan. 1901, p. 46. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=allema> Acesso em 16 maio de 2014.

16 Guilherme II. *Jornal Republica*, Florianópolis, 27 jan. 1901, p.57. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=allema> Acesso em 16 maio de 2014.

em jogo também. Agora, por parte da identidade alemã a identidade se dava principalmente por *jus sanguinis*[17], o que ajuda a explicar a própria preservação do *Deustschtum* e ao mesmo tempo desmistificar o que muitos autores vão interpretar como "biculturalismo"[18] ou a aceitação passiva do pangermanismo.[19]

Se por um lado fica claro essa perpetuação da cultura alemã em âmbito municipal e estadual, não podemos deixar escapar as próprias relações econômicas que o Brasil mantinha com a Alemanha. Nesse período da história brasileira, o "pêndulo" ainda não estava totalmente inclinado para o lado dos Estados Unidos. Essa relação só ficara mais clara após o início da II Guerra Mundial, quando Getúlio Vargas não teve outra saída se não realmente escolher um lado.[20] Entretanto, antes desta tomada de decisão, a relação com a Alemanha não passou despercebida por Washington.

Todavia, nesse momento vale ressaltar o grande conflito no qual este trabalho está debruçado, ou seja, a suposta formação de um "espírito de raça" por parte das lideranças da cidade de Blumenau.

> [...] É triste e lamentavel que, homens de certo cultivo, estejam accusando o elemento germânico de fazer – espirito de raça -. e isto, porque combate a politica por elles seguidas somente prejudicial às próprias localidades em que residem.[...] O superintendente d'ali, que perdeu o pouco prestigio de que gozava, pela sua má administração municipal, não encarxou bem a organização da *Volksverein* (União do Povo) sociedade politica, cujo o intuito não são a- união dos allemães ou nacionalistas, e , sim, envolver-se na politica para assim poder escolher e eleger representantes, que saibam pugnar pelo desenvolvimento local e progresso do Estado.[...][21]

17 FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira:* José Deeke e os embates culturais interétnicos do Vale do Itajaí. Dissertação de mestrado, História, UFSC. Florianópolis, 1998. p. 115.
18 RENAUX, 1997 *apud* FERREIRA, 1998, p. 118.
19 Um exemplo desta visão é o trabalho de: MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo*: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAESP, 1998.
20 Para ver mais sobre o início desta relação entre Brasil e Estado Unidos durante o período de 1939-1950, ver: MOURA. Gerson. *Relações exteriores do Brasil:* 1939-1950. mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.
21O espírito de raça. *Jornal Republica*, Florianópolis, 6 fev. 1901, p. 65. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=allema>. Acesso em 16 maio de 2014.

É visível que parte dessa defesa esconde uma concreta preocupação, a qual data de épocas anteriores, como por exemplo, na constatação de Silvio Romero da existência de "forças estranhas"[22] que ameaçam a nacionalidade. Como nos aponta Cristina Ferreira:

> O Volksverein conseguiu adesão de grande parte da população diante de seu chamado-para o exercício da cidadania, voltada para a eleição de candidatos "legítimos", ou seja, representantes teuto-brasileiros que atuassem politicamente, muito além da esfera local, mas sobretudo estadual e possivelmente federal.[23]

O *Volsksverein*, inclusive, publica respostas combatendo ativamente as acusações, incluindo o então governador do Estado de Santa Catarina, Felipe Schmidt, e muitas vezes com ares jocosos, como por exemplo nos versos publicados no dia 16 de fevereiro de 1901:

> Schmidt, a questão de raça
> E' uma torpeza tua
> Como isto cheira a cachaça!
> Schmidt, a questão de raça
> Será tua desgraça,
> Irás ter ao meio da rua.
> Schmidt, a questão de raça
> E' uma torpeza tua.
> Volksverein[24]

Antes, de mais nada, o que se pode ver nessas notícias e respostas às acusações, é um sério jogo político instaurado no Estado. O próprio José Boiteux que era o editor chefe do jornal, foi integrante desse eleitorado que se formou no início do século XX. Por isso se faz de grande importância ler, sempre com muito cuidado, tais notícias e defesas. Apesar de tudo, outras acusações como a formação de um possível Estado independente alemão em Santa Catarina também devem ser redimensionadas e colocadas dentro do campo de possibilidades, que, a meu ver, trata mais de 'politicagem' do que uma real ameaça. Porém, analisando os

22 FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira:* José Deeke e os embates culturais interétnicos do Vale do Itajaí. Dissertação de mestrado, História, UFSC. Florianópolis, 1998. p. 114.
23 Idem p. 132.
24 Pipocando. *Jornal Republica.* Florianópolis, 6 fev. 1901, p. 65. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=torpeza> Acesso em 16 maio de 2014.

indícios até então levantados aqui, os conflitos étnicos são reais e permeiam toda a política interna do Estado e deságuam na política nacional.

Como já mencionado antes, a política brasileira e suas relações com a Alemanha não passariam despercebidas por Washington. Um correspondente do *Times*[25] já havia alertado em 1902 que o governo americano não havia fechado os olhos para o caso das colônias alemãs no sul do Brasil. Em resposta a essas acusações e desconfianças, o jornal *Republica* publica a seguinte nota:

> [...] Só agora lembra-se a América do Norte de achar nessas colônias um perigo para o Brasil, negando ou talvez ignorando, que os allemães ali chegados, em pouco tempo tornam-se bons cidadãos brasileiros, promptos a defender o seu solo adquirido contra qualquer invasor estrangeiro.[...][26]

Esse tipo de defesa era exemplar dentro do que podemos chamar de "resgate" ou "invenção" de uma determinada memória. Nas enchentes da década 1980, a memória que se pretendeu construir foi basicamente a de um povo trabalhador, qualidade atribuída aos habitantes de origem alemã. Nesse trecho narrado, podemos observar outro tipo de construção, ou seja, de um povo heroico, que não mede e não mediu esforços para proteger a terra que adotaram.

Em outras páginas do jornal, essa memória é remetida até a Guerra do Paraguai[27], onde os habitantes descendentes de alemães também não se detiveram e nem mediram esforços para garantir a defesa do país.

Este fato externo não pode ser descartado, dentro das ditas acusações infundadas. Em outras notícias o jornal volta a ter a necessidade de defender a questão, em 1903:

> [...] A Kolnische-Zeitung, em vibrante artigo, de 2, protesta contra o boato que corre, especialmente nos Estados Unidos, de que a Allemanha alimenta o

25 Brasil-Allemanha – A Hanseatica. *Jornal Republica.* Florianópolis, 6 mar. 1903, p. 78. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=allema> Acesso em 16 maio de 2014.
26 Idem.
27 O espírito de raça. *Jornal Republica*, Florianópolis, 6 fev. 1901, p. 65. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711497x&pasta=ano%20190&pesq=allema> Acesso em 16 maio de 2014.

> intento de conquistar o Brasil, sendo ao contrario, o seu maior desejo manter a intima cordialidade com a grande Republica sul-americana, onde milhares de allemães encontram bem-estar e segurança.[28]

Visivelmente essas colônias estavam sendo vigiadas, e não de muito longe, pois no mesmo ano de 1903 os americanos já haviam procurado autorização para construir uma estrada de ferro no sul do Brasil e muitos diplomatas americanos, entre embaixadores e navios cruzadores como o *Atlanta,* percorriam o sul do Brasil.[29] Nesse mesmo ano o jornal em questão lamentava que a construção da estrada de ferro seria feita através de capital americano e não alemão.

Independente da veracidade ou fantasia das acusações, o clima político foi tenso nesse início de século XX. Formação de espírito de raça; território brasileiro ameaçado; exonerações de cargos públicos; repúdio a instituições políticas e centros comunitários de manutenção da cultura alemã e outros conflitos não cessavam de fazer parte das notícias do jornal, que defendiam o tanto quanto podiam Blumenau e regiões de colonização alemã. Tudo isso se junta às relações estreitas do Brasil com a Alemanha, transformando o cenário político altamente conflituoso dentro de questões étnicas e políticas, onde querendo ou não, acaba por colocar em dúvida a própria garantia de cidadania desses habitantes teuto-brasileiros. Mas o mais importante é ressaltar a necessidade de revisitar os conflitos étnicos anteriores à década de 1930 e que vão ganhar no final da primeira metade do século XX um caráter mais pragmático e decisivo nessas regiões, tanto no que concerne às questões políticas quanto culturais.

Conclusão

Como já mencionado anteriormente, seria de grande contribuição adentrar todo o século XX para salientar melhor o conflito aqui levantado. Mas, mesmo assim se espera com

28 A Allemanha e o Brasil. *Jornal Republica*, Florianópolis, 13 mar. 1903, p. 79. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=12652&Pesq=allea> Acesso em 16 maio de 2014.
29 Idem, p. 84.

esse artigo trazer alguns pontos e abrir alguns debates, de um conflito que não nasce com a república e nem se esvai com o século XXI.

A retomada da memória é algo que acontece constantemente nas mais diferentes nações e conjunturas. Com esse trabalho pretendeu-se, amiúde, fazer alguns contrastes do conflito étnico entre "nacionalistas" e "germanistas, no entanto, outras questões poderiam ter sido melhor investigadas, como a adoção do pangermanismo, o próprio conceito de teuto-brasileiros, entre outros assuntos.

Investigar melhor a própria historiografia acerca do tema seria de grande ajuda para entendermos melhor como o assunto vem sendo tratado em teses, dissertações e artigos de revista. Contudo, mesmo que de forma breve e reduzida, a análise bibliográfica e seu respectivo tratamento com o tema, parece nos apontar para uma compreensão de que tais temas são característicos da chamada Nova História de Santa Catarina, onde conceitos como identidade, mentalidades e memória são marcos deste período.[30]

Para finalizar, cabe ressaltar que o jornal aqui levantado se encontra no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e que os jornais trazidos à tona vão até 1903 e depois dão um pulo para o ano de 1918, o que acaba por nos deixar com 15 anos de 'vácuo' dentro da questão. Mas resumidamente nos trechos lidos, no ano 1918, as defesas do tal jornal são bem mais comedidas, cabendo ao jornal apenas os relatos do fim da I Guerra Mundial.

Referência bibliográfica

BARBOSA, Márcia Fagundes. *Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina*. Tese de doutorado em literatura. UFSC, Florianópolis, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Forense-Universitária, 2013.

30 Para ver melhor sobre essa historiografia, ler: CAROLA, Carlos Renato, WOLFF, Cristina Scheibe, SILVA, Janine Gomes da. *A história de Santa Catarina:* Olhares sobre os últimos 50 anos. In: GESLER, Raquel (org). Do passado para o futuro: Edição comemorativa dos 50 anos de Anpuh. São Paulo. Contexto, 2011.

CHAVES, Paula Andreczevski Chaves. *O exército e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. Trabalho de conclusão de curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira:* José Deeke e os embates culturais interétnicos do Vale do Itajaí. Dissertação de mestrado, História, UFSC. Florianópolis, 1998.

FROTSCHER, Méri. *Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984:* identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina e FROSTSCHER, Méri (org). Visões do vale: perspectivas historiográficas recentes. Florianópolis, ed. Nova Letra, 2000.

GESLER, Raquel. *Do passado para o futuro:* Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo. Contexto, 2011.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. In: *Cadernos Adenauer XIV*. Rio de Janeiro, 2013.

KLUG, João. *Consciência germânica e luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis (1868-1938).* Dissertação de mestrado. História, UFSC. Florianópolis, 1991.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo*: a trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAESP, 1998.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil*: 1939-1950. mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Revista Mana*: estudos de antropologia social. Vol 5, n.2. Rio de Janeiro, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol.10, n. 22. Porto Alegre, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Colono múltiplo: transformações sociais e (re)significação da identidade camponesa. In: *Revista Raízes*, v. 31, n. 1. Campina Grande-PR, 2011.

Recebido em 07 de julho de 2014
Aprovado para publicação em 24 de julho de 2014

A atuação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) em Florianópolis e o golpe civil-militar de 1964

Rafael Márcio Kretzer[1]
rafakretzer@hotmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo procura ressaltar a participação da população civil de Florianópolis durante o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, tivemos como foco de análise as mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Mais especificamente analisaremos o discurso moral contido na militância destas mulheres. Buscaremos, por meio de jornais, analisar os valores morais levantados como argumento pelas mulheres ou em torno das mulheres da CAMDE para justificar a dita "Revolução Militar".
Palavras-chave: Mulheres, CAMDE, marcha, classe, família.

Abstract: This article aims to highlight the participation of Florianópolis civilians during the civil-military coup of 1964. Therefore, we had as focus of analysis the women of the Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). More specifically we analyze the moral discourse contained in the militancy of these women. We seek, through newspapers, analyze moral values as an argument raised by women or about women's CAMDE to justify the so-called "Military Revolution."
Keywords: Women, CAMDE, march, class, family.

Introdução

Atualmente passamos por momentos políticos conturbados, vemos a grande mídia dando sinais claros de sua parcialidade político-ideológica, bem como vemos milhares de brasileiros e brasileiras indo as ruas manifestar contra ou a favor do mandato da presidência da república. Para além das motivações de ambos os lados, chama-nos a atenção o discurso conservador contra aqueles que defendem o mandato da presidenta. São notadamente argumentos com base em discursos morais contra a corrupção, a sujeira, a roubalheira, os vermelhos, os comunistas, os militantes, as feministas, os LGBTs, etc. Uma porção de símbolos que seriam supostamente opostos aos interesses da Pátria, da liberdade, da ordem, do progresso.

1 Graduando do curso de Licenciatura e Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

Impulsionados especificamente por este apelo político moral e conservador, que presenciamos no tempo presente, é que vamos a um passado histórico não muito distante buscar fatos que possam talvez lançar luz à conjuntura atual.

O objeto desta pesquisa são as mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), seção Santa Catarina. Mais especificamente buscaremos por meio de jornais da época (são eles: *O Estado* e *A Gazeta*) analisar de que forma o discurso moral dessas mulheres e usado por elas e pelas pessoas ao se redor para a promoção e depois a legitimação do golpe civil-militar de 1964 contra o governo democraticamente estabelecido de João Goulart[2].

A CAMDE era uma entidade de alcance nacional caracterizada pelo seu discurso eminentemente anticomunista, zelando pela democracia, pela família e pelos valores cristãos[3]. As atividades de maior visibilidade promovidas pela CAMDE eram a organização e promoção das Marchas da Família com Deus pela Liberdade ocorridas em várias cidades por todo o Brasil. Algumas Marchas ocorreram antes do golpe, preparando o caminho para o mesmo, é o caso da maior das marchas que ocorreu na cidade de São Paulo. Outras ocorreram após o golpe, com o papel de apoio moral à intervenção militar, é o caso da marcha que ocorreu em Florianópolis no dia 17 de abril de 1964.

A título introdutório comecemos com uma breve contextualização histórica. Em 1 de abril de 1964 ocorreu no Brasil o golpe civil-militar que depôs o presidente da época, João Goulart, quem estava no exercício desde setembro de 1961. Goulart, mais conhecido como Jango, naquele momento gozava do apoio de movimentos populares tanto do campo quanto da cidade.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho, em seu texto *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*[4], nos traz, embora de forma sintética um excelente panorama dos anos anteriores ao golpe. Desde a posse de Jango, em 1961, o Brasil passava por um momento político de acentuado protagonismo dos movimentos sociais, dotados de um

2 Importante ressaltar que não pretendemos aqui fazer qualquer comparação do governo atual com o de João Goulart, nem insinuar que estejamos sob um processo de golpe civil-militar (embora isso nunca esteja fora do horizonte de qualquer Estado moderno). As comparações aqui ficam unicamente ao propósito do discurso moral de ambas as épocas e, ainda assim, salvas as peculiaridades de cada momento histórico.

3 A CAMDE não era a única entidade cívica feminina, havia outras como a UCF e a CEC. Para saber mais, ver CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 3.

4 REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

programa político comum – as reformas de base: a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária, a reforma eleitoral, a reforma bancária, a reforma do estatuto do capital estrangeiro e a reforma universitária[5]. Segundo Aarão "o debate sobre o assunto empolgara a sociedade de tal modo, que, a partir de um certo momento, tornou-se difícil encontrar alguém, ou alguma força política, que sustentasse explicitamente que o país não precisava de reformas"[6]. Os movimentos radicalizavam-se, já se ouvia o *slogan*: "reforma agrária, na lei ou na marra".

O historiador discorre ainda sobre as relações no plano internacional: a Revolução Cubana, que culminara na tomada do poder em 1959, assumia seu caráter socialista; a guerra dos EUA contra os comunistas vietnamitas na indochina prosseguia a toda. O medo da radicalização tomava conta dos conservadores brasileiros, conspirações contra o governo de Goulart já corriam. A igreja católica dava sinais de resistência à desordem e a suposta "comunização" do país; a grande mídia apontava seu arsenal contra o governo; parte das forças armadas mal podiam se conter diante de tamanha desordem; junto a todos estes personagens, os empresários brasileiros aliados a empresários estrangeiros e ao departamento de estado norte-americano se reuniam entorno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), sobre o qual falaremos mais adiante, organizando-se contra o perigo de uma república popular.

Reis ainda comenta sobre uma classe média que diante do panorama caótico, se encontrava temorosa em sua posição "espremida e desconfortada entre as elites e as bases da pirâmide social"[7], não fazia parte da primeira e tinha horror da segunda. Em um surto de medo, logo passaram a um conservadorismo ofensivo.

A partir de meados de 1962 os movimentos populares cresciam cada vez mais. Por um lado radicalizavam-se os movimentos pela reforma e do outro se agrupavam as forças conservadores. O congresso também era conservador e Jango até então encontrava-se confuso e inseguro. Foi só em março de 1964 que decidiu abertamente defender as reformas de base. Construiu uma agenda de comícios por todo Brasil a começar pela cidade do Rio de Janeiro. Data de 13 de março de 1964 o famoso Comício na Central do Brasil em que João Goulart e

5 Ibidem, p. 329.
6 Ibidem, p. 330.
7 Ibidem, p. 335.

outras notórias figuras políticas como Leonel Brizola e Miguel Arraes discursaram para mais de 250.000 pessoas, em sua grande maioria trabalhadoras e trabalhadores da base da pirâmide social. Segundo Reis aquela fora uma atmosfera eletrizante e radicalizada, o próprio presidente se exaltava não só com fala empolgada, mas puxava, lá mesmo, decretos e os assinava expropriando terras e refinarias particulares. Dava ali o sinal da radicalização à esquerda do seu governo[8].

As forças contrárias neste tempo já haviam amadurecido. Em menos de uma semana após o comício acontecia nas ruas da cidade de São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (organizada pela CAMDE) com mais de 500.000 participantes. E no dia 1 de abril de 1964 ocorre o golpe.

Voltando ao foco desta pesquisa. É bastante comum que se negligencie as manifestações de apoio e consentimento ao golpe civil-militar de 1964[9]. Quando não se ignora a participação civil, atribuindo unicamente aos militares a ação contra o governo, submete-se a participação civil à suposta manipulação da elite burguesa.

Buscamos neste artigo uma análise mais atenta à participação civil no golpe, focando nas atividades das mulheres da CAMDE atentando para os argumentos morais utilizados por estas, que como já mencionado apelavam para o anticomunismo, a defesa da democracia e a sua condição de mães, esposas e donas de casa.

A participação da elite empresarial, política e militar no golpe civil-militar de 1964

Para entender um pouco melhor a CAMDE, faz-se necessário um esclarecimento sobre a organização da burguesia, ou seja, das elites brasileiras, em torno do IPES. Inúmeros trabalhos, dentre eles o de Carlos Fico[10] e o de René Dreifuss[11], demonstram as articulações da elite brasileira junto à elites estrangeiras e ao governo estadunidense contra o governo de Jango. O maior e mais acabado exemplo desta articulação é o Instituto de Pesquisas e Estudos

8 Ibidem, p. 340.
9 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 2.
10 FICO, Carlos. *O grande irmão:* da operação brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
11 DREIFUSS, René Armand. *1964:* A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

Sociais (IPES), fundado em 1961 por empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. O instituto seria o que hoje conhecemos como organização não-governamental, essa instituição tinha como maiores financiadores as elites brasileiras, estrangeiras e o governo norte-americano de John Kennedy. Segundo Dreifuss os canais de atuação do IPES iam desde publicações, palestras, conferências de personalidades famosas, até jornais, rádio e televisão. O instituto também contava com numeroso grupo de escritores profissionais, jornalistas, artistas, peritos de mídia e publicidade. A lista de ferramentas utilizadas pela organização segue extensa[12].

Segundo Dreifuss o IPES "custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC."

Sobre a participação desta instituição na organização da CAMDE em Santa Catarina não temos fontes suficientes, mas sendo esta uma entidade a nível nacional, supõe-se que obedeça a mesma lógica das suas articulações em outros estados. Além do mais, suas ações eram massivamente publicadas nos principais jornais de Florianópolis, que além de publicarem os chamados da CAMDE, exuberavam notícias e colunas de apelo anticomunista e em prol da ordem e da moral cristã. Dreifuss, como dito anteriormente, aponta para os estreitos contatos entre IPES e jornais, rádios e televisão. Não sendo absurdo, portanto, especular uma suposta ligação harmônica e cooperativa entre CAMDE (seção Santa Catarina), IPES e jornais[13].

Chama a atenção também o fato de haver ocorrido reuniões da CAMDE de Santa Catarina na casa do governador da época. Em notícia no jornal *A Gazeta* encontramos o seguinte: "Conforme foi previamente anunciado, realizou-se no Palácio da Agronômica, por iniciativa de dna. Edith Gama Ramos[14], uma reunião da qual participaram senhoras dirigentes da CAMDE e senhoras de autoridades locais [...]"[15]. A reunião fora chamada no intuito de organizar e definir a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em Florianópolis. Fica

12 Ibidem, p. 232.
13 Porém, para confirmarmos tais especulações haveríamos que acessar os arquivos do IPES, o que até então não foi possível para esta pesquisa.
14 Primeira dama do estado de Santa Catarina, esposa do governador Celso Ramos.
15 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 11 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

evidente aqui a proximidade entre as lideranças da CAMDE e as elites, sendo a própria primeira dama do estado uma integrante da direção.

Ainda sobre a participação empresarial em Santa Catarina nos movimentos de apoio à intervenção militar, Mariana Gonçalves de Azevedo, em seu trabalho de conclusão de curso sobre a *Marcha* em Florianópolis, nos traz informações sobre a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a CDL:

> […] O sucesso para a realização da marcha contou com o apoio dos mais influentes setores da sociedade catarinense e florianopolitana. A Câmara dos Dirigentes Lojistas, a CDL, que reunia os representantes comerciais da cidade, dispensou todos seus funcionários as 16:30 horas para a participação livre e irrestrita da marcha, que começaria as 17:00 horas, assim como os funcionários das indústrias que também foram dispensados do trabalho a este horário, o que pode ter gerado a participação e acompanhamento da marcha por diversas pessoas que talvez nem soubessem o caráter que esta representava [...][16].

Não podemos explicitar, para o caso de Florianópolis, o envolvimento entre CAMDE, IPES e empresários. Todavia a proximidade entre empresários, elites políticas e direção da CAMDE em Florianópolis, olhada sob a luz das articulações entre estes mesmos grupos nos casos paulista e carioca, temos bastantes motivos para especular. Janaina Cordeiro escreve, para o caso do Rio de Janeiro, que "muitos dos maridos das associadas da CAMDE eram empresários e/ou militares ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)"[17].

Optamos por trazer estes fatores na organização pró-golpe, pois nos parece fundamental o fato de estarem juntas as elites políticas, os maiores jornais da cidade, e a associação de representantes do comércio e da indústria, a organizar tal campanha. Isto não pode ser considerado contingente.

Por outro lado, é bastante comum creditar a criação, organização e orientação ideológica da CAMDE aos homens que compunham o IPES, notadamente políticos,

16 AZEVEDO, Mariana Gonçalves de. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis e sua influência na consolidação do golpe em 1964.* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFSC. Florianópolis, 2007. p. 33.

17 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 10.

empresários e militares. É verdade que a CAMDE e o IPES possuíam vínculos muito estreitos, todavia Cordeiro atenta para o seguinte ponto:

> […] é necessário que se compreenda a adesão de expressivos segmentos organizados da sociedade à causa do IPES partindo de um ponto de vista que não seja o dos próprios ipesianos. É preciso entender a participação social na mobilização que levou ao golpe de 1964 e ao consenso em torno do regime instaurado em seguida, a partir de um viés que não seja somente o da *manipulação* de uns por outros. Há que se analisar a adesão social ao regime tendo em vista a complexidade dos comportamentos coletivos, tendo em vista também, além da lógica material – importante para se compreender a mobilização das elites em torno do golpe –, a lógica simbólica que envolvia e organizava os valores que regiam o cotidiano dessas pessoas[18].

A "lógica material" então consideremos já dimensionada, ainda que minimamente, nos parágrafos acima. Resta-nos agora atentar para a "lógica simbólica" que Cordeiro reivindica em seu artigo. A separação destas duas lógicas fica apenas a critério de análise, sendo importante ter em conta que estas duas dimensões estão sempre em exercício conjunto e indissociável, influenciando umas às outras. E é neste conjunto dinâmico que a ação pró golpe pôde sustentar o processo de intervenção militar e não unicamente o poder militar, ou as estratégias manipuladoras da burguesia.

A militância conservadora das mulheres da CAMDE e o apelo moral na legitimação do golpe

A fim de não nos submetermos a uma compreensão rasa sobre o assunto, seguindo os argumentos de Janaina Cordeiro e buscamos dar atenção ao potencial simbólico daquilo que defendiam as mulheres da CAMDE e do quanto aquilo significava para elas. Assim, refutamos a interpretação de que elas sejam apenas um braço feminino do IPES.

As mulheres da CAMDE, em sua atuação política, remetem-nos a pelo menos três elementos: "o anticomunismo exacerbado, a defesa do que elas chamavam de uma *democracia fortalecida* e o fato de se apresentarem publicamente como *mães, esposas e*

18 Ibidem, p. 13.

donas-de-casa, preocupadas com o futuro de suas famílias, como meio de legitimar suas atividades públicas"[19].

A exemplo, no jornal *A Gazeta*, do dia 29 de março de 1964, Edith Gama Ramos, membro da direção da CAMDE em Santa Catarina, esposa do governador Celso Ramos, se dirige à mulher catarinense da seguinte forma:

> Na qualidade de **esposa** do Governador do Estado e de **mãe cristã**, nesta hora de graves e angustiantes apreensões em nossa Pátria, humilde, mas também tranquila, percebo como meu dever dirigente à mulher catarinense, àquela que aqui nasceu e àquela que aqui vive e trabalha, para convidá-la a afirmar, na eloquência de atos públicos inteira e decidida **solidariedade aos sentimentos cívicos, democráticos e espirituais do Brasil em repulsa formal e frontal ao comunismo**[20].

É importante lembrar que cada um destes símbolos estão há muito tempo incrustados no imaginário brasileiro. No caso da religião e a família dispensamos maiores argumentos quanto a sua longevidade, para o anticomunismo cabe um esclarecimento.

Sobre o anticomunismo a nível global, Rodrigo Pato Sá Mota coloca que embora sentimentos anticomunistas já existissem no século XIX, eles tomam força no século XX com a chegada da Revolução Russa (1917) e se alastram e intensificam durante a Guerra Fria. No caso específico do Brasil, o anticomunismo aparece de forma tímida na década de 1920, também em resposta a Revolução Russa, e tem seu momento ápice nos seguintes períodos: entre 1935-37, com a "Intentona Comunista"[21] ao Estado Novo; entre 1946-50, durante o início da Guerra Fria; e durante o período que culminou no golpe civil-militar de 1964[22].

Para este último contexto, o qual tratamos, o anticomunismo não configura uma posição objetiva, mal se sabe o significado exato do termo, pois aqui isso não importa. Referenciando Mota, Janaina Cordeiro coloca que para os grupos anticomunistas que precedem o golpe, "o emprego de sua ideia de democracia não significa afirmar a participação

19 Ibidem, p.2.
20 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 29 mar. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. (grifo nosso).
21 *Intentona Comunista* é o nome pejorativo que se deu a revolta militar de inspiração comunista contra o governo Vargas em 1935.
22 MOTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho":* O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.p. 21.

popular em contraposição ao autoritarismo comunista, mas opor a ordem à 'ameaça revolucionária'"[23].

Neste anticomunismo se encontra não só a defesa da democracia constitucional, mas também a defesa da família e dos valores ocidentais, cristãos. Todos estes elementos, alguns concretos e outros simbólicos, estavam contidos na ideia de ordem, que por sua vez estava em oposição à 'ameaça revolucionária', encarnada neste caso na ideia de comunismo.

O aspecto cristão que envolve estes símbolos se faz bastante relevante, Aline Presot expõe em sua dissertação que as "representações em torno do comunismo elaboradas no meio católico estavam ligadas a temores como o fim da família, a permissividade sexual e moral, a desagregação de todos os valores cristãos e ocidentais, e com isso o fim da própria instituição católica"[24].

Para o caso de Florianópolis, observemos o seguinte exemplo. Na edição do dia 21 de abril de 1964 do jornal *A Gazeta*, encontra-se um artigo intitulado de *Milagre*:

> No ano de 1917, na Rússia, explodiu a revolução comunista, que varreu de seu solo todo aquele que não comungou ou não se adaptou com o regime, bem como não deixou ali permanecer um só elemento de sangue real.
> No mesmo ano, em Fátima, a Virgem Santíssima apareceu a três pastorinhos, em Aljustrel, e recomendou-lhe a recitação diária do terço, e que Lucia, a mais velha dos três, fôsse o instrumento de irradiação, no mundo, da devoção ao Seu Imaculado Coração.
> Segundo as palavras da Santíssima Virgem, somente o terço poderia salvar o mundo dos flagelos que o ameaçavam. Ela se referia ao comunismo ateu e cruel, que acabava de escapar das mãos do satanáz. [...][25].

A interpretação do suposto milagre em parte fica por conta do jornal, mas à medida que este dialoga com o senso comum, não podemos atribuir o tom da conversa apenas ao locutor.

Vemos outro exemplo do aspecto religioso profundamente emaranhado nos valores reclamados em trono da democracia, família e anticomunismo, na fala do Monsenhor Agenor

23 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 6.
24 PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964.* Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996, p. 41-42.
25 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 21 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Marques durante os discursos na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis. A santidade falava que Deus "acolheu, protegeu e salvou os cristãos nas catacumbas romanas; assim foi e é, quando Ele sustem nesta Pátria querida a mão sacrílega e usurpadora do invasor ateu!"[26].

Fica evidente então a força imagética contida na militância destas mulheres. Cordeiro ressalta também quanto ao fato destas mulheres trazerem questões que usualmente são consideradas do âmbito doméstico, da esfera privada. Sobre o fato de se colocarem sempre como mães e esposas, e defenderem a família e a religião. Sobre este fato alegou-se muito entre os pesquisadores do tema que as mulheres da CAMDE, por estarem trazendo questões da esfera privada, não estariam agindo como cidadãs, ou seja, de forma política, pois a política estaria supostamente relegada à esfera pública. Logo, o fato destas mulheres estarem nas ruas, clamando pela derrubada de um governo, ou, no caso de Florianópolis, apoiando a derrubada (já ocorrida), se dava unicamente por meio da manipulação daqueles que de fato faziam política. No caso da CAMDE, argumentou-se em muitos estudos que estariam sendo manipuladas pelo IPES[27].

A relação estreita entre IPES e CAMDE é fundamental para o entendimento do nosso tema, além do financiamento e da participação conjunta na criação da CAMDE, os ipesianos promoviam cursos de formação de lideranças para estas mulheres, bem como forneciam livros, etc[28]. Isso no entanto não significava necessariamente uma manipulação de uns por outros. Admitir isso, argumenta Cordeiro, seria corroborar com o próprio conservadorismo sobre o qual se faz a análise, seria admitir que o espaço público, da política, não é espaço para mulheres[29]. A autora insiste que não podemos desvincular o mundo público do privado e vice-versa, o que seria inclusive uma incongruência ao analisar o Brasil, país que expressa em suas relações públicas e modelos de cidadania o patriarcalismo advindo da esfera privada.

26 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 19 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.
27 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 14.
28 Exemplo dado por Cordeiro para o caso da relação IPES/CAMDE no Rio de Janeiro. Ver CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 14.
29 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p.14

Para além disso é necessário olharmos pelo ponto de intersecção entre esfera pública e privada. O trabalho do IPES com a CAMDE não seria tão potente se para estas mulheres não pulsasse dentro de si a defesa apaixonada dos valores que defendiam. Isto faz delas não agentes passivos, mas militantes ativas, com autonomia. Muito embora esta autonomia se limitasse diante dos valores patriarcais. Mas esta era a sua escolha, eram militantes do conservadorismo.

Existe sempre uma atividade conjunta entre a autonomia individual e a pressão contextual, corremos sempre o risco de defasar a análise do objeto se dermos maior peso a um aspecto em detrimento do outro. A relação entre CAMDE e IPES seriam muito mais uma relação de troca do que uma relação de manipulação.

Sobrepondo a importância da atuação do IPES aos valores trazidos pelas mulheres da CAMDE, tirando seu status político e relegando suas ações ao âmbito privado ou reduzindo-as a condição de manipuladas, corremos o risco também de eclipsar o ponto em que justamente se encontra o maior potencial político desta entidade. Diante do senso comum não há nada mais justo para se reivindicar do que valores morais que supostamente nada tem que ver com política, uma vez que supostamente sejam valores a-istóricos, acima de qualquer argumentação desfavorável. O senso comum, ao interpretar o brado daquelas mulheres como um clamor por valores que estão além da política (e este deve ser um equívoco apenas do senso comum e não dos pesquisadores) concede à ação daquelas mulheres um ar de sacralidade.

Ora, este tipo de apelo moral cai como uma luva a quem quer que queira justificar uma intervenção militar em um governo democraticamente eleito. Os militares da época não hesitaram em apelar para as "justas" e "sacras" reclamações das mulheres, buscando no seu discurso moral a justificativa (e por que não a autoilusão) para suas ações contra constitucionais[30].

Também no dia da Marcha, no discurso que representava as forças armadas, o Contra-Almirante Murilo Vasco do Vale, que "comandou o movimento revolucionário em Santa Catarina"[31], dizia:

30 Ibidem, p. 23.
31 Palavras da professora Carolina Gallotti Kehrig, presidenta da CAMDE em Santa Catarina. Ver Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 23 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

> Mulheres do Brasil; em vós reconhecemos o maior cabedal das reservas morais de nossa Pátria. De vossos corações emana aquela energia, tenacidade, e altivez que vindo do fundo da alma conduz à prática do heroísmo, porque guiado pela consciência da causa justa, da convicção da certeza, fundado na fé cristã, leva ao sublime sacrifício em defesa da família, célula fundamental da sociedade democrática[32].

Por fim, vale frisar que os valores morais contidos na militância das mulheres da CAMDE estavam longe de serem compartilhados unicamente pelas elites, eram profundamente arraigados no senso comum que abrangia todas as classes sociais da época. A militância à direita era uma opção bastante plausível para a população brasileira, não só para as elites. Pois a direita tratava de valores importantes no universo simbólico da sociedade[33].

Considerações finais

Não foi difícil encontrar em nossas fontes o discurso moralista o qual procurávamos, nem fugiu às nossas hipóteses o resultado encontrado em nosso material. Já o envolvimento direto da CAMDE de Santa Catarina com os setores empresariais e militares não pudemos comprovar por meio de fontes, uma vez que nos restringimos neste primeiro momento apenas a jornais da época.

Ao longo desta pesquisa percebemos o emaranhado de questões, de natureza subjetiva e objetiva, na esfera global, nacional e privada, a influenciar na análise das ações de um grupo específico de mulheres. O levantamento de fontes que fizemos e a revisão bibliográfica nos arremessaram diante da complexidade de questões que ainda nos falta levantar e apreciar com maior atenção.

Sobre as comparações entre o levantamento de valores morais na época com o que ocorre hoje nas manifestações contra o governo atual, obviamente que necessitamos de uma pesquisa mais aprofundada, não só do passado, mas também do que vem acontecendo hoje. O que podemos perceber é que valores como ordem, família, religião e anticomunismo estão

32 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 19 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.
33 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. P. 17.

bastante arraigados em nossa sociedade e não são de fácil superação. Talvez não estejamos dando a devida dimensão a estas questões ao pensar os acontecimentos presentes. Os estudos que fizemos sobre a militância da CAMDE também nos ensejam para o tempo presente a atenção para qual deve estar sendo o papel das mídias e dos empresários. Cabe inclusive pensar o Brasil na perspectiva global.

Voltando ao passado, para nós fica a preocupação em apreender com muita preponderância as intersecções (de que já falava Janaina Cordeiro), o ponto nodal entre o macro e o micro, entre o público e o privado. Preocupa-nos se quando nos debruçamos diante das subjetividades individuais, não subestimamos, em algum descuido, as articulações objetivas. Preocupa-nos, ao fugir do reducionismo político-econômico, que não caiamos em um reducionismo subjetivista, culturalista. Este exercício de buscar a inter-relação constante, de influência recíproca entre todas as dimensões, é a habilidade que necessitamos na análise de qualquer momento histórico, do passado ao presente.

Referências

AZEVEDO, Mariana Gonçalves de. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis e sua influência na consolidação do golpe em 1964.* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFSC. Florianópolis, 2007.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. *A questão da ideologia em Antonio Gramsci.* Trabalho e Educação. Belo Horizonte, v. 16 n. 2. p. 81-98, jan./jun., 2007.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis:* o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

FICO, Carlos. *O grande irmão:* da operação brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho":* O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964.* Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Fontes

Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 1964 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Jornal *O Estado*, Florianópolis, 1964 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Recebido em 07 de julho de 2014
Aceito para a publicação em 24 de julho de 2014

A Política da Boa Vizinhança sob o olhar de um catarinense: Oswaldo Rodrigues Cabral na *Terra da Liberdade*

Bruno Geiss Lemos[1]

brunobrunolemos@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Nos anos que antecedem a Segunda Guerra Mundial e durante o conflito, os Estados Unidos da América empreenderam uma nova forma de se relacionar com os países ao sul do Rio Grande. A iniciativa foi chamada de Política de Boa Vizinhança e teve a característica de ser um movimento de grande difusão cultural do modo de vida norte-americano para os países da América Latina. Contudo, a direção da penetração cultural não foi somente do norte para o sul. Uma grande quantidade de intelectuais, artistas e diversos elementos culturais brasileiros viajaram aos EUA. Este artigo pretende analisar a viagem de um desses intelectuais, o catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, que teve seu relato de viagem publicado como um livro intitulado "*Terra da Liberdade: impressões da América"* e compreender a Política de Boa Vizinhança pelo seu ponto de vista.
Palavras-chave: Relações Brasil-EUA, Política de Boa Vizinhança, História e Literatura, Oswaldo Rodrigues Cabral.

Abstract: In the years prior to World War II and during the conflict, the United States of America engaged in a new way of relations with the countries to the south of *Rio Grande*. The initiative was called Good Neighbor Policy and had the feature of being a major cultural diffusion movement of the american way of life for the countries of Latin America. However, the direction of the cultural penetration was not only from north to the south. A great deal of intellectuals, artists and several brazilian cultural elements traveled to the US. This article analyzes the travel of one of those intellectuals, the *catarinense* Oswaldo Rodrigues Cabral, who had his travel report published as a book entitled "*Terra da Liberdade: impressões da América*" and to comprehend the Good Neighbor Policy from his point of view.
Keywords: Brazil-USA relations, Good Neighbr Policy, History and Literature, Oswaldo Rodrigues Cabral.

Em 1943, Oswaldo Rodrigues Cabral, importante intelectual catarinense, foi convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos para realizar uma viagem a este país, com todas as despesas pagas. A proposta era que Cabral viajasse para o país ao norte do Rio Grande e escrevesse um livro com suas impressões sobre o período de sua estadia lá. Em

[1] Acadêmico do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

1944, Cabral publica um dos seus menos conhecidos livros, pelo menos entre os historiadores, e o nomeia *Terra da Liberdade: impressões da América*.

O presente artigo pretende analisar esta produção de Oswaldo Rodrigues Cabral, mais especificamente o capítulo 6, "Bons vizinhos – bons amigos", que se detém a analisar a Política de Boa Vizinhança, posta em prática pelos governos de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos, no período entre 1933 e 1945. Partindo da perspectiva individual de Cabral, propõe-se analisar a Política de Boa Vizinhança e sua repercussão nos níveis estadual, nacional e internacional.

Parte-se de uma breve discussão historiográfica sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos no período de 1933-1945, pretendendo-se explorar os principais conceitos elaborados pela literatura especializada nas relações Brasil-EUA para o período em questão, com a finalidade de criar um suporte teórico geral.

É indispensável, também, analisar o Estado Novo e suas implicações em Santa Catarina: as relações entre governo estadual e federal permitem-nos enxergar as peculiaridades e a complexidade que cada ator político percebeu neste período. Tema da segunda parte deste trabalho, os debates políticos em torno da disputa pela hegemonia cultural de Santa Catarina ocorrida no período lançam luzes ao motivo que levou à escolha de Oswaldo Rodrigues Cabral para ser o representante catarinense a viajar para os Estados Unidos a fim de ser um dos agentes da Política de Boa Vizinhança.

A terceira e a última parte deste artigo se detêm sobre a "*Terra da Liberdade"* em si. Será abordado o conjunto obra, autor e público. Compreender a visão de conjunto do mundo circundante à obra literária esclarecerá a análise do capítulo 6, "Bons vizinhos – bons amigos", objetivo deste trabalho e tema da última parte deste artigo.

As relações Brasil-EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial: a Política de Boa Vizinhança

A política externa dos Estados Unidos, até a década de 1930, fora marcadamente pautada pelo que chamavam de *Destino Manifesto*, isto é, um sentimento de superioridade em relação a outras culturais e de que a missão dos estadunidenses no mundo era liderar o

progresso da humanidade. Não é à toa que suas políticas imperialistas, tanto externas como internas (levando em consideração a chamada "marcha para o oeste"), foram sentidas em vários cenários regionais em distintos momentos históricos. Para a historiadora Ana Maria Mauad (2005):

> A doutrina do destino manifesto foi a base sobre a qual a cultura política norte-americana cunhou sua auto-imagem, fundamental para a elaboração do mito americano. Um mito que tinha como missão espalhar os verdadeiros sentimentos da América, através dos seus sonhos de perfectibilidade. Tal estratégia pautava a política externa norte-americana numa moral que concebe a América do Norte como o local da perfeição e que compreende a sua intervenção, em outras regiões do mundo, como a tentativa de estender tal perfeição. Os pilares desse sonho de perfectibilidade seriam a Democracia e a Liberdade introduzidas pela homogeneização cultural, como mais um produto a ser consumido[2].

É neste período, nas primeiras três décadas do século XX, que a Doutrina Monroe foi intensificada pelo presidente republicano dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, que implantou a política do *Big Stick*, a qual tinha como princípio a intervenção direta nos países da América Latina. Por um lado, era a garantia de que os países europeus não interfeririam nos assuntos das repúblicas latino-americanas. Os Estados Unidos, por outro lado, mostravam-se como um novo colonizador, expandindo sua influência e aumentando sua hegemonia na região[3].

No início da década de 1930, contudo, as interferências militares dos Estados Unidos nos países ao sul do Rio Grande começam a perder força devido à conjugação de três fatores: a Grande Depressão; a ascensão das ideologias nazifascistas na Europa; e a complexificação dos países latino-americanos. Para Cristina Pecequilo (2003), a Grande Depressão e a crise econômica mundial "reduziram a capacidade de projeção de poder e de controle dos Estados Unidos sobre a América Latina, diminuindo os recursos disponíveis para sua atuação externa"[4]. Além disso, a declínio das democracias na Europa e, em seu corolário, a ascensão

[2] MAUAD, Ana Maria. *Genevieve Naylor, fotógrafa*: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). In: Revista Brasileira de História, janeiro-junho, ano/vol. 25, número 049. Associação Nacional de História: São Paulo, Brasil, 2005: p 46.
[3] PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos*: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
[4] Ibid., p.112.

dos governos totalitários na Itália e na Alemanha trouxe a iminência de uma nova guerra de grande escala. Por fim, os países latino-americanos "haviam se tornados mais complexos político e economicamente e começavam a demonstrar insatisfação com o caráter da política dos Estados Unidos[5]. Era imprescindível à política externa dos Estados Unidos encontrar uma nova forma de se relacionar com os países latino-americanos.

As práticas intervencionistas na América Latina não mais se sustentavam devido às mudanças conjunturais pelas quais o mundo estava passando. Diante disso, o presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) elaborou a chamada Política de Boa Vizinhança, que se tornou a nova estratégia de política externa estadunidense para a América Latina. As principais características dessa nova forma de relacionamento eram o abandono das práticas intervencionistas, utilização das negociações diplomáticas e a cooperação econômico-militar com a finalidade de conter o avanço da influência europeia no continente. Com a deflagração da guerra em 1939, tornou-se objetivo, também, o alinhamento militar dos latino-americanos contra os países do Eixo.

Esse período foi estudado por diversos pesquisadores indo além da caracterização das relações entre Brasil e Estados Unidos como uma via de mão única, do norte para o sul. Luiz Alberto Moniz Bandeira (1973) faz um extenso e ostensivo levantamento de fontes oficiais, militares, políticas e diplomáticas para analisar a "*presença dos Estados Unidos no Brasil*".[6] Gerson Moura (1980), por outro lado, discute as ambiguidades entre a política interna e externa do Presidente Getúlio Vargas até o momento da efetivação da aliança com os EUA. Identificou o que chamou de "*Autonomia na Dependência*" e elaborou o conceito de "eqüidistância pragmática" para definir a política externa brasileira do período[7]. Já as questões culturais e ideológicas são debatidas por Antonio Pedro Tota (2000) que analisa as diversas construções culturais da Política da Boa Vizinhança e identifica uma "americanização" do Brasil, um "*Imperialismo Sedutor*", disseminado pelo cinema, pelo rádio

[5] Ibid., p.112.
[6] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 [1973].
[7] MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

e pela música.[8] Este artigo segue essas três tradições historiográficas para analisar as particularidades da viagem de Oswaldo Cabral aos Estados Unidos.

A Política de Boa Vizinhança estava pautada no discurso da solidariedade hemisférica. Conforme Letícia Pinheiro (2013):

> Foram organizadas inúmeras conferências interamericanas com esse objetivo e sua enumeração deixa evidente o esforço sistemático e relevante então realizado. Inicialmente apenas para tratar da ameaça do conflito europeu e, em seguida, de sua concretização, realizaram-se as seguintes reuniões entre as repúblicas americanas: a de Buenos Aires (1936), que proclamou a unidade americana e reiterou o princípio de não intervenção; a de Lima (1938), que aprovou a declaração de princípios sobre a solidariedade continental; a do Panamá (1939), que declarou a neutralidade continental em face da guerra européia; a de Havana (1940), que declarou qualquer ataque extra-hemisférico a um país americano seria considerado um ataque ao conjunto dos países americano; e a do Rio de Janeiro (1942), que recomendou o rompimento das relações diplomáticas das repúblicas americanas com os países do Eixo. Em que pese a resistência apresentada por parte de alguns países (...), o círculo se fechava em torno da hegemonia norte-americana[9].

Somado a isso, a política externa brasileira soube se aproveitar do contexto internacional para angariar vantagens políticas e econômicas das duas potências que entrariam em conflito. Getúlio Vargas empreendeu uma dupla aproximação com a Alemanha e com os Estados Unidos, menos por uma suposta ambigüidade ideológica do próprio Vargas, mais pelos conflitos internos dentro do aparato estatal do Estado Novo. Essa política foi chamada de eqüidistância pragmática e foi executada por Vargas até o momento definitivo de alinhamento os Estados Unidos.[10]

Mas como colocar em prática essa nova estratégia de relacionamento? Como garantir o alinhamento brasileiro contra os países do Eixo? Washington veio com a resposta: penetração cultural. A iniciativa que rendeu um ostensivo sucesso foi liderada pelo milionário Nelson Rockefeller. Foi criado, em 1940, o *Office of the Coordinator of Inter-American*

[8] TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[9] PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. In:_____ GOMES, 2013: 152-153.
[10] MOURA, op. cit.

Affairs[11] (OCIAA), vinculado ao Departamento de Estado norte-americano, e responsável pela coordenação dos empreendimentos da diplomacia cultural dos Estados Unidos para a América Latina. A presença da OCIAA em Santa Catarina se deu por meio de seu subcomitê em Florianópolis (*Coordination Committee for Florianópolis*)[12].

O Estado Novo em Santa Catarina

Em 10 de novembro de 1937 foi outorgada a nova Constituição brasileira, dando início ao período chamado Estado Novo (1937-1945). Com a nova carta magna, o presidente Getúlio Vargas mantinha ainda mais centralizado em suas mãos o poder da máquina estatal, com plenos poderes para intervir nos âmbitos federal, estadual e municipal. O sistema de interventorias, já existente antes do golpe do Estado Novo, é uma das formas de centralização político-administrativa que Vargas se utilizou. O Interventor Nereu Ramos, alinhado às pretensões de Getúlio Vargas, representou as políticas estado-novistas em Santa Catarina no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Uma das pautas do novo governo de Vargas estava a questão do ideal de abrasileiramento, um projeto que previa uma homogeneização de práticas e costumes culturais, tendo como pressuposto a brasilidade. Segundo Marlene de Fáveri (2009):

> A diversidade e a pluralidade cultural têm uma historicidade própria: a partir de meados do século XIX e até a década de 1940, perto de cinco milhões de europeus vieram para o Brasil, sendo que a maior parcela migrou para os Estados do Sul do país, deslocados através de políticas imigratórias em função, sobretudo, da agricultura. Não deixaram, entretanto, de também estabelecerem-se nas cidades, formando bairros concentrados e identificados por etnias[13].

[11] Inicialmente nomeada como *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, mais tarde assumiria o nome de *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (como demonstração do poder político que Rockefeller desempenhava: de escritório de coordenação para escritório do coordenador). Por fim, chamar-se-ia *Office of Inter-American Affairs*, quando Rockfeller já não mais estava à frente de sua direção. TOTA, op. cit., p 50.

[12] Para uma pesquisa de maior fôlego sobre o *Coordination Committee for Florianópolis*, a atuação da OCIAA em Santa Catarina e a importância do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU) em Florianópolis, ver SCHEMES (2013): p 34-47.

[13] FÁVERI, Marlene de. *Tempos de intolerância*: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Revista Esboços. Vol. 16, nº 22, pp. 91-109: p 92.

O governo de Getúlio Vargas estabeleceu a Campanha da Nacionalização que, através de decretos e leis, previa a incorporação e assimilação destes imigrantes aos valores da brasilidade. Em um cenário cujo número de imigrantes europeus era relevante, principalmente aqueles vindos da Alemanha e Itália, inseridos em um contexto de iminente guerra, uma proposta como essa não se executaria sem conflitos. Segundo Clayton Hackenhaar (2014):

> Nos anos de 1938 e 1939 foi promulgada a maioria dos decretos que regulavam a entrada e a permanência de imigrantes, proibiam e reprimiam as atividades estrangeiras no Brasil, assim como a utilização de língua estrangeira em espaços públicos e a circulação de jornais em outros idiomas que não o nacional. Em 25 de janeiro de 1938, foi criada pelo governo federal, pelo Decreto-lei n.2265, a Comissão de Nacionalização, que tinha como objetivo "estudar leis nacionais para regular a entrada, fixação, naturalização e a expulsão dos estrangeiros." A participação e a atividade política foi proibida a estes pelo Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938. O Decreto-lei n. 406, de 04 de maio de 1938, regulamentava a entrada de estrangeiros no país, assim como as cotas de imigrantes de cada país ou etnia. Em 18 de novembro de 1938 foi instituída, pelo Decreto-lei n. 868, a Comissão Nacional do Ensino Primário, para "definir a ação a ser exercida pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira"[14].

Essa política nacionalista resultou em uma perseguição ostensiva por parte do governo às populações de origem estrangeiras. Com a entrada do Brasil na guerra em 1942, aliando-se aos Estados Unidos, a Campanha de Nacionalização tornou-se questão de segurança nacional. Essa perseguição aos estrangeiros, principalmente os alemães, é dividida em dois momentos: o primeiro, em 1938, os alemães eram acusados do crime de ser estrangeiro e, posteriormente, de ser nazista; em um segundo momento, com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha e a declaração de guerra brasileira aos países do Eixo, "uma questão nacional passou a fazer parte da negociação entre Brasil e Aliando no campo da política internacional"[15].

[14] HACKENHAAR, Clayton. *O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945)*: política, trabalho e terra Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2014: p 106-107.
[15] FÁVERI op.cit., p 98-99

Clayton Hackehaar (2014), além disso, defende a tese de que embora essas perseguições aos imigrantes alemães tenham partido de um contexto nacional de políticas do Estado Novo e feito parte nas negociações das relações entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial, a execução desse programa foi adaptado às pretensões do interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos:

> Dessa maneira, é possível inferir que as perseguições e nomeações realizadas pelo interventor estadual não seguiam necessariamente os desígnios oficiais de assimilação e integração dos alemães e seus descendentes à cultura brasileira e aos ideais da nacionalidade, mas aos interesses pessoais, políticos e econômicos imediatos dos mais diversos atores sociais, que, em muitos momentos, determinavam aproximações ou afastamentos de "brasileiros" ou "alemães", dependendo das disputas e dos contextos de cada região catarinense. A política estadual explica as opções efetivas da política de nacionalização[16].

E também em:

> A Campanha foi o álibi perfeito para Nereu Ramos perseguir tranquilamente seus adversários políticos, como os Konder, o Partido Republicano Catarinense e os integralistas. Partindo dessas constatações, entendo que a política de nacionalização do ensino, as intervenções em associações recreativas e culturais ou em estabelecimentos industriais das regiões coloniais de Santa Catarina faziam parte de uma estratégia de Nereu Ramos para desmantelar as bases políticas de seus adversários no estado, principalmente no Vale do Itajaí[17].

Inserido nesses diversos contextos políticos (internacional, nacional e regional) é que se dá a escolha de Oswaldo Rodrigues Cabral para ser o representante de Santa Catarina como um agente da aproximação política nas relações Brasil-EUA.

Na *Terra da Liberdade*: autor, obra e viagem

O catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral nasceu em 11 de outubro de 1903, em Laguna e faleceu em 17 de fevereiro de 1978, em Florianópolis. Formou-se em medicina, foi

[16] HACKENHAAR op.cit., p 124.
[17] Ibid., p 126.

professor na Universidade Federal de Santa Catarina, historiador, antropólogo, político, pintor, poeta e folclorista[18]. Em 1943 foi convidado pelo Departamento de Estado dos EUA para realizar uma viagem ao país como uma das várias iniciativas de aproximação nas relações entre Brasil e Estados Unidos no período da Política de Boa Vizinhança. Dessa viagem resultou a obra "*Terra da Liberdade: impressões da América*", publicado pela Editora Guaíra, de Curitiba, em 1944[19].

Cabral não foi escolhido ao acaso para realizar tal viagem, tampouco para realizar estudos sobre paralisia infantil, conforme se noticiava à época[20]. Como intelectual Cabral publicara diversos artigos em periódicos, como por exemplo, o artigo "A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina", publicado em 1941[21], onde defendia a tese de valorização da cultura açoriana. Também, foi um dos organizadores do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, em comemoração ao segundo centenário da imigração açoriana, onde discursara sobre questões históricas de Santa Catarina e a posição dos açorianos na colonização de Santa Catarina[22]. Cabral era sensível aos debates político-culturais que ocorriam no Brasil nas décadas de 30 e 40. Foi a sua atuação em busca da criação de uma identidade regional em torno da açorianidade em detrimento da cultura germânica, inserido no contexto das perseguições aos imigrantes alemães que Getúlio Vargas e Nereu Ramos empreenderam que fizeram de Oswaldo Cabral uma escolha estrategicamente ponderada para ser o representante catarinense da Política de Boa Vizinhança. Para Elisa Schemes (2013):

> A posição assumida por Cabral no plano das identidades regionais em consonância com a interventoria estadual, hostil aos "estrangeiros", significou simultaneamente seu alinhamento à perspectiva da "identidade nacional" do Estado Novo. Somado a isso, entrava também em concordância

[18] SOUZA, Sara Regina Silveira de. *Oswaldo R. Cabral:* páginas de um livro de memórias. Florianópolis: Editora da UFSC/UDESC, 1993, p. 17.
[19] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Terra da liberdade*: impressões da América. Curitiba: Guaira, 1944.
[20] SCHEMES, op.cit., p 50.
[21] CABRAL, O. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. In: *Cultura Política*: Revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Setembro de 1941. Ano I, num. 7.
[22] FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi*: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 255p.

> com os interesses dos Estados Unidos de manter afastadas as influências do "perigo alemão".[23]

Quanto à obra, trata-se de um relato de viagem em 295 páginas, divididos em nove capítulos: 1º) Adeus, Brasil; 2º) Da Flórida a Washington, D.C.; 3º) *New-York*; 4º) Às margens dos Grandes Lagos; 5º) Nas costas do Pacífico; 6º) Bons vizinhos – Bons amigos; 7º) *Arizona – New Mexico – Colorado*; 8º) A Luiziana; 9º) *Good bye, Uncle Sam*!; Bem como uma apresentação escrita por Carlos da Costa Pereira, então Diretor da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina[24]. Esta parte do artigo pretende-se trabalhar especificamente com o Capítulo 6 da obra, Bons vizinhos – Bons amigos, que para além das descrições dos roteiros realizados e das cidades as quais Oswaldo Cabral visitara, concentra-se nas pessoas que conhecera em sua estadia.

O capítulo 6, "bons vizinhos – bons amigos", inicia-se com a percepção de Cabral dos Estados Unidos como uma terra hospitaleira e convidativa:

> Não se viaja pela América sem fazer amigos. Nos trens, nos hotéis, nas Universidades, nas associações – em toda a parte, enfim – há sempre a possibilidade de se fazer um conhecimento, um amigo qualquer que seja sua idade, qualquer que seja o sexo, qualquer que seja sua ocupação[25].

O relato de viagem de Cabral, antes de tudo, é um livro de literatura. Ele será escrito, publicado e distribuído. O autor deseja passar uma mensagem e, conhecendo o contexto que a obra fora escrita, os propósitos de sua fala ficam claros. Além de ser um relato de viagem, *Terra da Liberdade* é um produto da Política de Boa Vizinhança. Possivelmente, Cabral tinha como um dos objetivos mostrar como os norte-americanos poderiam ser tão diferentes, mas, mesmo assim, muito agradáveis e receptivos. Fica claro que a intenção é mostrar como ao nível das relações interpessoais as duas Américas podiam se relacionar amistosamente de maneira natural. Cabral atribui isso à simplicidade da vida americana:

[23] SCHEMES, op.cit., p 54.
[24] CABRAL, op.cit., p 7-12.
[25] Ibid., p 189.

> O traço característico da vida americana é, sem dúvida, a simplicidade. O sistema que é ali usado para permitir aos visitantes um contacto íntimo com o seu povo e com a sua gente resume-se na inteira liberdade que se lhes dá para dirigir seus passo para onde queira, a ver e observar o que lhes apraz, a estudar o que lhes interessa a visitar quem lhes pareça[26].

As viagens eram planejadas pelo próprio governo estadunidense:

> O programa que se elabora na Divisão Cultural do Departamento de Estado resume-se num itinerário, para que o visitante não perca o seu tempo em idas e voltas, nos vagões das ferrovias, aproveitando-o integralmente. E este itinerário é feito de acordo com os desejos do convidado, que pode ver o que quiser, onde entender e como pretender[27].

O capítulo inteiro é um relato sobre as pessoas com quem Cabral se relacionou durante a sua estadia nos Estados Unidos, partindo dos intelectuais mais proeminentes aos empregados na burocracia dos consulados brasileiros. Essa liberdade que era oferecida aos convidados do Departamento de Estado, podendo ir e vir para qualquer lugar, fazer o que bem entendesse, dizer apenas a que veio na cidade e no momento seguinte já ter em mãos uma programação de visitas e passeios para escolher:

> Por isso mesmo sentimos mais diretamente o contacto com o povo, com gente e todas as camadas sociais – e por isso mesmo sentimos no americano a simplicidade que reputamos o traço característico de sua gente, podemos observar aspectos da sua vida social, compreender momentos de sua existência e da sua história[28].

A primeira pessoa que é mencionada no capítulo é Roberto Debaylle, alcaide de Leon, da Nicarágua, que era um convidado do Departamento de Estado, tal como Cabral. O outro era Robert Smith, funcionário da Biblioteca do Congresso, responsável pela seção hispano-americana:

[26] Ibid., p 190.
[27] Ibid., p 190.
[28] Ibid., p 191.

> Robert Smith fala espanhol com desembaraço e fluência o que tornava mais interessante para todos a palestra e a certa altura, influenciado pelo meu apelido, comum no México, indaga-me dos nomes da atualidade da grande república de "além Rio Grande"
>
> - "Pero yo soy brasileño", contesto".
>
> - "E porque não m'o disse logo" – replicou em português de indisfarçável acento lusitano![29].

Em Washington, conhecera o Dr. Marino Inchástegui, natural da República Dominicana, advogado e professor na Loyola University de New Orleans. Jantara com outro brasileiro em viagem pelos Estados Unidos, o Dr. Catete Pinheiro, que viajara para um curso de sanitarista. Mas foi a visita a Mister Carol Foster, que fora cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, e a sua esposa:

> O primeiro convite que tivemos nos Estados Unidos foi o deste casal amável, para um jantar no seu confortabilíssimo apartamento – e estávamos ainda com alguns íntimos da casa em conversa no *living-room*, olhando as luzes de Washington que se acendiam aos nossos pés, quando Mrs. Foster trouxe-nos o *consomé*.[30].

Nessa visita:

> Os pedidos de informações cruzavam-se. Um queria saber da nossa vida quotidiana, das atividades do nosso povo, dos aspectos curiosos da existência dos nossos praianos, dos nossos jangadeiros, dos nossos pescadores, dos nossos sertanejos, dos nossos vaqueiros, dos nossos gaúchos. Outro interessava-se pela família, pela religião, pelos pratos regionais, pelas bebidas – afinal, uma geral curiosidade que um serão único não seria capaz de comportar, mas que foi sendo satisfeita, com a ilustração ocasional de algum fato histórico, com a narrativa de um caso interessante ou com uma anedota inesperada – e a palestra viva e variada, cheia de animação e de pitoresco foi tomando as horas, depois do café, servido à brasileira, bem forte, quente e perfumado – como se toma sempre no Brasil e nos Estados Unidos só em casas como as do casal Foster[31].

[29] Ibid., p 193-194.
[30] Ibid., p 197.
[31] Ibid., p 198.

Outros encontros são realizados, como com o brasileiro Otávio Cabral, representante do Instituto do Mate; Dom Danoso Torres, poeta e professor boliviano; Joseph Spear, presidente da *Pan-American Council*; entre tantos outros, para Cabral "todos estes convites amáveis, todo este interesse em agazalhar (sic) e homenagear o hóspede, em oferecer préstimos e solicitar visitas exprimem o verdadeiro sentimento da hospitalidade americana na sua simplicidade e na sua franqueza"[32].

Interessante notar a curiosidade dos estadunidenses em relação a cultura popular dos brasileiros. Em uma escala menor, as culturas brasileiras e latino-americanas penetravam os lares ao norte do Rio Grande. Coincidência ou não, muitos dos relatos de pessoas com quem Cabral teve contato eram latino-americanos, alguns também em visita, outros já erradicados lá por opção. Nessas visitas, passeios e conversas que Oswaldo Cabral participa ou testemunha é possível perceber a Política de Boa Vizinhança se tornando palpável ao nível das relações interpessoais.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 [1973].

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Terra da liberdade*: impressões da América. Curitiba: Guaíra, 1944. 295p.

CABRAL, O. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. In: *Cultura Política*: Revista mensal de estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Setembro de 1941. Ano I, num. 7.

FÁVERI, Marlene de. *Tempos de intolerância*: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Revista Esboços. Vol. 16, nº 22, pp. 91-109.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi*: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. 255p.

GOMES, Angela de Castro (coord). *Olhando para dentro*: 1930-1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação: 1808-2010: 4) 321p.

[32] Ibid., p 211.

HACKENHAAR, Clayton. *O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945)*: política, trabalho e terra Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2014. 236 p.

MAUAD, Ana Maria. *Genevieve Naylor, fotógrafa*: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). In: Revista Brasileira de História, janeiro-junho, ano/vol. 25, número 049. Associação Nacional de História: São Paulo, Brasil, 2005, p. 43-75.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos*: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHEMES, Elisa Freitas. *Oswaldo Cabral na "Terra da Liberdade"*: Relato de uma viagem na vigência da política de boa vizinhança. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013. 134 p.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *Oswaldo R. Cabral*: páginas de um livro de memórias. Florianópolis: Editora da UFSC/UDESC, 1993.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235p.

Recebido em 15 de junho de 2015
Aprovado para publicação em 16 de maio de 2016

"Abastança para a colônia": A cultura do fumo em Santa Catarina no século XIX

Stela Schenato[1]

stelaschenato@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: a produção fumageira tem grande importância econômica para o brasil, sendo o país um dos maiores produtores e exportadores dessa cultura atualmente. Em Santa Catarina, os avanços da produção fumageira possibilitaram que o estado se tornasse uma referência, com a segunda maior produção do país. Considerando a importância dessa cultura no estado, este trabalho tem por objetivo analisar a produção de fumo em Santa Catarina no século XIX, procurando entender como se deu o desenvolvimento da produção e da exportação na época. Como fontes foram utilizados os Relatórios de Presidente de Província de Santa Catarina (1830-1930).
Palavras-chave: Fumicultura; Santa Catarina; Exportação; Agricultura.

Abstract: the tobacco production has great economic importance to brazil, and the country one of the largest producers and exporters of this culture today. In Santa Catarina, the advances of the tobacco production made it possible for the state to become a reference, with the second largest production country. Considering the importance of this crop in the state, this work aims to analyze the production of tobacco in Santa Catarina in the nineteenth century, trying to understand how was the development of production and exports at the time. As sources we used the Santa Catarina Province President Reports (1830-1930).
Keywords: Tobacco growing; Santa Catarina; Export; Agriculture.

O Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo. O país exporta aproximadamente 28% do fumo exportado mundialmente[2]. A planta, que é de origem americana, foi difundida pelos portugueses para diversas partes do mundo. No Brasil, durante a América Portuguesa a planta foi produzida em larga escala, sendo utilizado na reprodução da sociedade escravista da época[3]. Neste período o nordeste e o sudeste eram os maiores produtores de fumo do Brasil. Na historiografia o possível caráter escravista da cultura fumageira ainda está em discussão.

Esse artigo vem com a preocupação de entender o histórico econômico do cultivo de fumo no século XIX em Santa Catarina, procurando entender também como a produção se

1 Graduanda do Curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina.
2 SILVA; SCHUTZ; SOUZA, 2011, p. 6.
3 ACIOLI, 2005, p.22.

desenvolveu no estado, em que colônias, bem como os avanços da exportação em relação a essa cultura. Essas informações são importantes para entender as características da produção fumageira no século XIX, que hoje se tornou a cultura não alimentícia com maior exportação de Santa Catarina.

Para fazer a análise do desenvolvimento do fumo do século XIX em Santa Catarina, analisei os Relatórios de Presidente de Província que estão todos disponíveis na internet[4]. O material é muito rico em informações sobre o funcionamento e desenvolvimento das colônias de 1830-1930, englobando vários estados brasileiros. Ative-me as partes em que os relatórios apresentam o desenvolvimento da agricultura e, principalmente, da introdução e cultivo do fumo das principais colônias de Santa Catarina. Essa cultura não é demasiadamente estudada, mas o material que se tem disponível é volumosa e rica.

O trabalho será constituído de duas partes. Na primeira parte desenvolverei uma breve contextualização sobre o fumo na América Portuguesa e, seu desenvolvimento na América Colonial. E na segunda parte a análise dos Relatórios de Presidente de Província, focando no desenvolvimento da cultura do fumo e da exportação do mesmo.

A cultura do fumo no Brasil

O tabaco é atualmente a mais importante cultura agrícola não alimentícia do planeta e contribui substancialmente para as economias de mais de 150 países[5].

O Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo, perdendo apenas para a China[6]. A produção brasileira que hoje se concentra mais no sul do país, tem Santa Catarina como responsável por 33% da produção[7]. Visando à importância que essa cultura tem para o país e, para Santa Catarina, vamos entender um pouco da história da produção dessa cultura.

4 Os relatórios de presidente de província se encontram disponíveis no site Center of Research Libraries: Global resources network. Segue link: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial.
5 SOUZA CRUZ, 2015.
6 SILVA; SCHUTZ; SOUZA, 2011, p.3.
7 RURAL CENTRO, 2012.

O fumo[8] ou tabaco é originário da América e era utilizado por alguns povos indígenas de Norte a Sul. Segundo Silva:

> O fumo foi descoberto pelos portugueses em 1492 através da expedição de Cristovão Colombo a Cuba. Sabe-se, porém que há mais de quatro mil anos se cultiva e se usa o tabaco. Há registros de que no início se deu na América do Norte e Central, com os povos Maias, e, a partir destes, outros povos indígenas aprenderam técnicas de cultivo e de utilização do tabaco em seus cerimoniais. Para os indígenas, o tabaco tinha poderes sagrados, pois aproximava os homens dos seus deuses[9].

A planta depois da chegada dos europeus na América foi levada para os outros continentes como a África, Ásia, Oceania e a Europa. Durante a América Portuguesa a cultura teve forte relação com o tráfico e comércio de escravos, sendo utilizado como moeda de troca. E foi uma das maiores fontes de renda do governo português[10]. Quando falamos de produção de fumo, logo, pensamos em pequenas propriedades e mão de obra, exclusivamente, familiar. Porém, durante a América Portuguesa, o sistema de produção era diferente do atual, como vamos perceber na discussão feita por alguns historiadores econômicos.

Gustavo Acioli Lopes, por exemplo, realizou um balanço historiográfico tendo as relações de produção como eixo do trabalho. Para entendermos como o processo de produção se consolida no século XIX, precisamos nos ater a este trabalho. A discussão histográfica realizada pelo autor nos aponta para a lavoura durante a América Portuguesa, localizada no nordeste brasileiro, caracterizada por pequenas propriedades, com mão de obra familiar, produzindo fumo em rolo e com presença ou não de trabalho escravo. Em sua obra, Lopes relaciona diversos autores que tratam sobre a economia na América Portuguesa, dentre eles José Roberto do Amaral, Caio Prado Junior, Catherine Lugar, Jean Baptiste Nardi, e outros. Estes tratam sobre a produção fumageira e discutem o regime de mão de obra e de propriedade e uso da terra na fumicultura. José Roberto do Amaral Lapa, por exemplo, demonstra o predomínio da pequena propriedade, cultivada por pequenos plantéis de escravos e com mão de obra familiar. Caio Prado Junior compreende que a produção fumageira era de

8 Utilizo o termo "fumo" de forma popular durante o trabalho pois ele é utilizado de forma corrente pelos agricultores e também nos Relatórios de Presidente de Província.
9 SILVA, 1999, p.31-32.
10 ACIOLI, 2005.p.23

"caráter escravista", pois necessitava de mão de obra escrava em todas as etapas do processo. Mas, a cultura também não poderia ser encaixada no regime de plantation, por seu caráter de cultura de "jardinagem". Jean Baptiste Nardi afirma que a cultura do fumo se caracterizava pelo minifúndio, mesmo que tivesse presença de mão de obra escrava.

A discussão histográfica realizada pelo autor nos aponta para a lavoura durante a América Portuguesa, localizada no nordeste brasileiro, caracterizada por pequenas propriedades, com mão de obra familiar, produzindo fumo em rolo e com presença ou não de trabalho escravo.

Gustavo Acioli em seu estudo aponta ainda que a propriedade rural e a mão de obra da lavoura não mudam, consideravelmente, do século XVIII para o XIX. Porém, a forma de produção e exportação do tabaco tem uma mudança efetiva. Este autor, nos mostra que:

> "A valorização do tabaco em folha nas primeiras décadas do século XIX, como já chamara a atenção Catherine Lugar, abriu espaço para produtores ainda mais modestos, uma vez que não necessitavam das instalações de beneficiamento do tabaco em rolo, levando à maior participação de "camponeses" nesta lavoura. Foi o que se verificou na freguesia de São Gonçalo dos Campos, maior produtora de tabaco da região, onde, em 1835, cerca de 65% dos lavradores não tinham um escravo sequer"[11].

A presença de escravos nas lavouras de fumo no século XVIII não era regra. O trabalho com o fumo em rolo (enrolado e amarrado) era mais árduo, portanto muitas vezes necessitava de mais mão de obra. A transformação do processo de produção e comercialização fica evidente a partir do século XIX. O fumo, a partir desse momento, comercializado em folhas, necessita de um trabalho mais minucioso e cuidadoso. Marineide Silva, em sua dissertação intitulada "Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara – SC" discorre sobre o apogeu do fumo no Brasil:

> "Assim, como nos demais países, no Brasil, o fumo diversificou-se, surgindo novas variedades de plantio, novos produtos e novas áreas de cultivo. No início do século XX o setor fumageiro se expandiu para todo o Brasil, o fumo passou a ser cultivado em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina"[12].

11 ACIOLI, 2005, p.32.
12 SILVA, 1999, p. 34.

Como podemos perceber o apogeu da planta se deu no século XX, mas já no século XIX em Santa Catarina a cultura do fumo se mostrava mais rentável frente aos produtos alimentícios. Era mais rentável tanto para a colônia, quanto para os agricultores familiares. No século XIX, há uma desconcentração da produção, por três motivos: declínio da escravidão, diminuição do monopólio português e abertura dos portos.

O fumo em Santa Catarina no século XIX

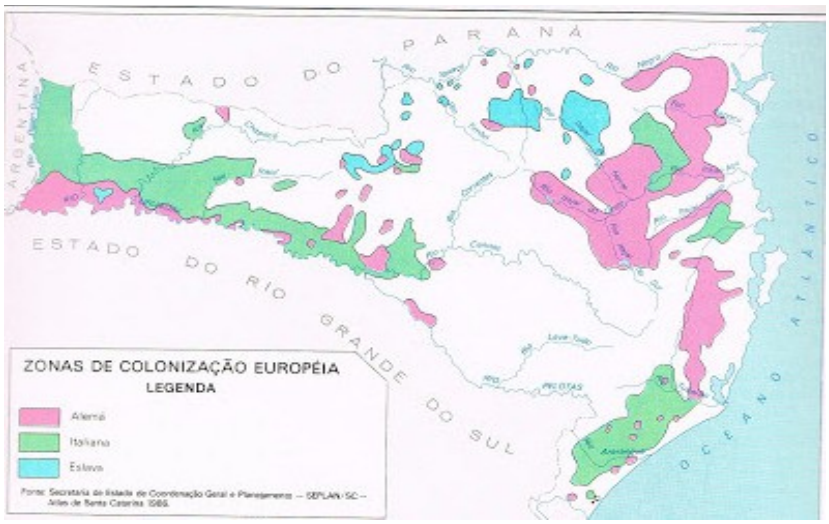
Os relatórios de presidente de província têm informações ricas sobre as colônias, em relação à agricultura, educação, serviço público, entre outros. Eles nem sempre foram escritos pelo mesmo presidente, portanto o formato das informações é diverso. Alguns dos relatórios são pessoais e outros mais sistemáticos, logo o quantitativo de informações em cada relatório sobre a agricultura varia, consideravelmente.

A maioria das informações presentes nos relatórios sobre a cultura do fumo estão nas seções relacionadas a colônias e agricultura. Sobre as colônias temos informações abundantes em relação a fundação, números de imigrantes, religião predominante e, claro, sobre a agricultura e subsistência dessas colônias. Em todos os relatórios são apresentados quantidade de pessoas na colônia, sua nacionalidade e religião. Podemos notar que em momento algum os negros e indígenas estão presentes nessa relação, são simplesmente ignorados.

As colônias de Santa Catarina começaram a se estabelecer, por volta, de 1829. As primeiras colônias foram as de Santa Thereza e Angelina, localizadas no vale do rio Tijucas, prosperaram muito em relação agricultura e a cultura do fumo. Ao todo, citadas nos relatórios, 10 (dez) colônias eram produtoras de fumo: Colônia Nova Itália (não ganha grande destaque em produção), de Itajaí, Blumenau, Joinville, Militar Santa Thereza, Dona Francisca, Nacional Angelina, Brusque, Santa Izabel e Teresópolis. A produção de fumo se localizou principalmente no alto vale do rio Itajaí e vale do rio Tijucas. No mapa abaixo podemos ver que essas colônias localizam-se onde há maior predominância de colonização alemã. De fato, os relatórios apresentam que, as colônias com maior produção, tinham mais colonizadores

alemães, sendo poucos os italianos e poloneses. Como podemos perceber a maior zona de colonização italiana fica a oeste de Santa Catarina, nos relatórios de presidente de província não consta informações significativas sobre a produção de tabaco nas colônias deste local.

Imagem 1. Zonas de colonização europeia em Santa Catarina.



Fonte: Santa Catarina/povoação e colonização. *Geo – Conceição***.** 2012.

As colônias alemãs foram as maiores produtoras com as colônias de Blumenau, Dona Francisca e Joinville. A colônia Dona Francisca teve um crescimento no cultivo considerável, de 1861 a 1865, sua produção cresceu de 12,250 braças quadradas para 30,500 braças quadradas[13]. A "evolução" das colônias em relação à agricultura é perceptível através dos números de exportação, o fumo foi um dos grandes destaques a partir de 1860. Deixando para trás as culturas alimentícias.

Os relatórios analisados começam em 1835 e atingem a data de 1889. Até 1843 a produção agrícola de Santa Catarina se restringia a produção alimentícia, principalmente de milho, feijão, batata, trigo, mandioca e cana de açúcar. Em 1838 o presidente da província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, relata que o fumo estava se desenvolvendo pela introdução de novos agricultores, não por notas técnicas de produção. O fumo era um produto muito apreciado por alemães e italianos, portanto o início da produção, possivelmente, se deu para consumo próprio. Pardal relatou também, que a cultura do trigo estava atingindo bons

13 Braça quadrada equivale a 2,20 x 2,20 metros = 4,84 metros = uma braça quadrada.

números, portanto já estavam deixando de ser dependentes de países estrangeiros, em relação a essa cultura[14].

Em 1843 observo o primeiro relatório que destaca a produção fumageira, relacionada com a colônia Nova Itália, de imigrantes italianos. Neste período o fumo já se mostra como produto de mercado junto com o café, feijão, arroz e mandioca[15]. Nestes relatórios ainda não constam dados numéricos, mas o presidente Antero Jozé Ferreira de Brito coloca essas quatro culturas em destaque naquele ano, o que ainda não havia acontecido até então. Percebemos também a presença do fumo em pequena escala na colônia de Joinville, por estar presente pelo menos uma fábrica de charutos, que mais tarde vai ser um item exportado com abundância por algumas colônias.

Os anos de 1863 a 1867 foram os mais produtivos, período em que a exportação de fumo e charutos era grande. Neste período os relatórios são extremante abundantes em informações, os presidentes estavam orgulhosos do desempenho dessa cultura e do benefício que ela trazia para a província. Os relatórios anteriores – 1830 a 1850- mostram que as colônias estavam iniciando seus trabalhos com a terra, iniciava-se as coivaras[16] e a plantação era unicamente para a subsistência. Portanto, o processo até as primeiras famílias de agricultores se estabelecerem e iniciarem o trabalho agrícola é lenta. O fator da agricultura não ter desenvolvido como o esperado, era creditado pelos relatores, pela falta de pessoas para cultivar as terras. Assim que as colônias cresciam, em contingente populacional, sua economia também crescia. Esse desenvolvimento acontece a partir de 1860 com o desenvolvimento das colônias.

Durante o período referenciado acima, o que mais se destacou foi à exportação. Nos relatórios não consta se a exportação de fumo era internacional, interprovincial ou entre as colônias. Muito provavelmente, havia comercialização interna para localidades com maior número de fábricas de charutos. No trabalho de Renato Leite Marcondes intitulado "O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem" o fumo,

14 RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1838, p. 14-15
15 RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1843, p.17.
16 A coivara é feita no início da plantação, se faz a derrubada da mata nativa e queimasse a vegetação para que o plantio seja possível em um campo limpo. Atualmente não se utiliza mais a coivara em grande escala, pois esse método causa esgotamento do solo pela queima.

aguardente, toucinho e café já se fazem presente como produtos comercializados entre províncias deste 1791, provindos principalmente do sul do país[17].

As colônias que mais produziram fumo foram as de Blumenau – que triplicou sua produção de 1864 a 1865-, de Brusque e a colônia Dona Francisca. Os relatórios apresentam informações acerca das dificuldades dessa época, a falta de estradas e transportes adequados dificultava o desenvolvimento da exportação. A colônia de Brusque se apresentava com grande potencial fumageiro, porém as estradas estavam atrasando a colônia, sendo o pedido pelas obras uma reivindicação dos agricultores. A passagem abaixo ressalta a dificuldade da colônia militar Santa Thereza de fazer o transporte dos produtos agrícolas.

> "Os seus produtos de milho e feijão em anos escassos, são consumidos na colônia: e quando o ano é fértil conduzem às colônias de Santa Izabel, Teresópolis e mesmo a de São Pedro de Alcântara. Mas aos poucos os que a isso se propõem pela falta de animais suficientes para descerem com uma qualidade de carga e voltarem com outra. Por isso o comercio na colônia não passa de pequenas quantidades de café, açúcar, fumo, sabão e aguardente, que com grandes dificuldades são para ali transportadas, mediante fretes caríssimos"[18].

A exportação do fumo era grande, tanto que a partir de 1865 a exportação das colônias se baseava, apenas, de fumo em folhas e charutos, produzidos pelas fábricas existentes em Santa Catarina. As principais fábricas de localizavam no Alto Vale do Itajaí, sendo muito referenciadas à Colônia Dona Francisca. Porém, não consta nos relatórios os locais exatos onde estavam instaladas estas industrias. Deve se considerar que as fábricas não davam conta de toda a produção e o que acontecia com o excedente da produção não consta nesta documentação. Nos relatórios de 1865 está presente, por exemplo, uma passagem que afirma que o fumo produz bem, porém só não aumenta por falta de indústria.

> "A exportação da colônia continuo a ser diminuir em açúcar e aguardente em consequência do maior consumo interior, e pode ter restringido a sua produção, prejudicada nestes últimos anos pelas repetidas geadas enchentes e moléstia de cana. Tomou, porém considerável incremento a do fumo e charutos, que promete uma fonte de abastança para a colônia"[19].

17 MARCONDES, 2012, p.146.
18 RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1864, p.13
19 RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1865, p.22-23.

Nos relatórios a presença do orgulho de uma ala de exportação promissora é muito grande. As colônias que produziam principalmente produtos alimentícios para, consumo interno, desenvolvem sua economia em volta da cultura do fumo, das fábricas e engenhos. Ou seja, a principal fonte de renda da colônia vem da produção fumageira e não alimentícia. A agricultura familiar contribuiu muito para o desenvolvimento da cultura do fumo, já que é a partir do século XIX que o perfil da fumicultura se estabelece - pequena propriedade com mão de obra familiar.

A partir de 1867 a lavoura prospera lentamente. Em 1868, houve desastres com as chuvas, o que prejudicou consideravelmente a colheita no ano de 1869, e a produtividade das colônias, tendo que se importar mais produtos nessa época. As colônias caminhavam lentamente com o processo de fortificação da agricultura, necessitando-se de mais estradas e sementes. Esses pontos eram queixa de quase todas as colônias do estado. Porém tem-se uma boa produção de fumo depois dos desastres com as chuvas. Em 1876, o presidente das províncias, relata que "A produção destes gêneros não basta para o consumo dos colonos, a exceção do FUMO, cuja colheita do ano passado importou (para outros lugares) em 4,700 quilogramas"[20].

Os gêneros em que o relator se refere são principalmente aguardente, arroz, açúcar, feijão, milho, batatas, que ainda não chegam a uma exportação efetiva e, algumas vezes ainda se importa por insuficiência de produção da lavoura.

É importante dizer que a produção do fumo começa a tomar um destaque maior a partir do século XX, com a popularização dos cigarros, onde o consumo cresce. Esse período é conhecido como a chegada das grandes empresas que dominam o mercado do tabaco atualmente.

Considerações finais

A cultura do fumo ganhou destaque assim que foi propagada pelo mundo. A importância desta cultura na América Portuguesa foi efetiva para a reprodução da sociedade escravista. Porém, nesse período sua produção e comercialização eram feitas de forma

20 RELATÓRIOS PRESIDENTE DE PROVINCIA, 1976, p. 90.

diferente. Se utilizava, ocasionalmente, mão de obra escrava e, a comercialização da planta era feita em rolos. A comercialização muda, quando o mercado muda, precisando-se de folhas de melhor qualidade, a forma de se produzir se adapta. O século XIX é o período em que a produção de fumo de transforma. A exportação cresce. Os agricultores familiares utilizam, basicamente, mão de obra da casa, pequena produção e, consequentemente, o trabalho se tornou mais minucioso e exaustivo, para esses produtores.

O século XIX em Santa Catarina foi importante pela consolidação desse formato de produção, da agricultura familiar e de novas técnicas. A planta tinha grande destaque em exportação, o que levantava a economia da província. Já que as culturas alimentícias, muitas vezes, conseguiam apenas suprir as necessidades das colônias, o fumo foi à cultura de abastança para a província e para as colônias.

Como já foi dito, o verdadeiro apogeu da planta se dá apenas depois do século XX. A partir desse momento, a produção, principalmente, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul tem a presença das empresas fumageiras, que propõem para os agricultores o sistema integrado de produção. Esse sistema é discutido por alguns trabalhos, afirmando que muitas vezes não favorece os agricultores. O trabalho é exaustivo, a cobrança é grande e o salário/remuneração total é baixo. Cada pessoa que trabalha com a produção do fumo ganha por mês menos de um salário mínimo. Sem falar nas doenças que estão afetando, e sempre afetarão esses agricultores, principalmente, depois dos agrotóxicos. Ressalto, finalizando, que não tive recursos documentais suficientes, para fazer uma análise sobre a vida social dos fumicultores no século XIX em Santa Catarina, limitando-me a uma discussão econômica. Neste momento, um estudo sobre a vida social dos fumicultores nas macrorregiões (Vale do Itajaí e Vale do Rio Tijucas) de Santa Catarina é de total importância para entendermos as relações de trabalho e as permanências na cultura fumageira.

Referências

ACIOLI, Gustavo. A ascensão do primo pobre: O tabaco na economia colonial da América Portuguesa – um balanço historiográfico. *Saeculum*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.22-37, Junho/ 2005. Semestral. Disponível em: <www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/download/.../6427> Acesso em: 05 maio 2015.

BOEIRA, Sérgio Luís. *Atrás da cortinha de fumaça*: Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. 2000. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas/sociedade e Meio Ambiente, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BOEIRA, Sérgio Luís. GUIVANT, Julia Silva. Industria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: As redes ante os riscos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

CARGNIN, Marcia Casaril dos Santos. *Perfil demográfico, socioeconômico e de saúde de famílias de fumicultores de um município do Sul do Brasil*. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Enfermagem, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COSTA, Irani del Nero da. *Pesos e medidas no período colonial brasileiro*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/Pesos%20e%20medidas%20no%20periodo%20colonial%20brasileiro.pdf/> Acesso em: 05 abril 2015

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. *Mneme*: Revista de Humanidades, Natal, v. 5, n. 12, p.1-16, out. 2004. Semestral. Disponível em: <www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/265> Acesso em: 10 maio 2015.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de economia política*. São Paulo: v. 32. nº1, p.142-166. jan-mar 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000100009/> Acesso em: 11 abril 2016.

Provincial Presidencial Reports. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina/> Acesso em: 05 de abril de 2015.

PINCELLI, Ângela Cristina S.. *Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial*: o discurso da Souza Cruz. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102561?locale-attribute=es> Acesso em: 05 abril 2015.

RURAL CENTRO. P*rodução de fumo em Santa Catarina corresponde a 33% do mercado nacional*. 2012. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/producao-de-fumo-em-santa-catarina-corresponde-a-33-do-mercado-nacional-63442#y=0> Acesso em: 01 de abril de 2015.

Santa Catarina/povoação e colonização. *Geo – Conceição*. 2012. Disponível em: <http://geoconceicao.blogspot.com.br/2012/05/santa-catarinapovoamento-e-colonizacao.html> Acesso em: 05 abril 2015.

SILVA, Filipe Guilherme Ramos da; SCHÜTZ, Guilherme Augusto; SOUZA, Daniel Augusto de. *A cadeia produtiva do fumo em Santa Catarina*. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema8-EconomiaRegionaleUrbana/Artigo-7-Autoria.pdf> Acesso em: 05 abril 2015.

SILVA, Marineide Maria. *Trabalho, saúde e risco na fumicultura*: um estudo de caso no município de Içara – SC. 1999. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SOUZA CRUZ. *Impacto e importância econômica*. 2015. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KFB?opendocument> Acesso em: 05 abril 2015.

Recebido em 07 de julho de 2015
Aceito para publicação em 16 de maio de 2016

RESENHAS

Representações contemporâneas de São João Maria

Elisandra Forneck[1]

Resenha: WELTER, Tânia. O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese Antropologia Social. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2007

"[...] vivemos entre a memória e o esquecimento, talvez porque vivamos entre o ser e o não ser mais. Certamente precisamos de ambos para viver. A memória nos faz lembrar de quem somos e o que nos faz querer ir a algum lugar" (Rosário).

O trabalho de Tânia Welter[2] analisa os discursos e práticas contemporâneas em relação ao profeta São João Maria em Santa Catarina, discute sua imagem como mito fundante, em torno do qual se constituíram muitos sentidos e analisa de que forma tanto a trajetória como seus discursos são construídos no presente. Para esse estudo, pode-se destacar a base teórico-metodológica de Paul Ricouer para compreender a experiência temporal humana e o "olhar e ouvir" dos discursos joaninos[3] contemporâneos. A autora realiza uma pesquisa com sujeitos de recorte étnico diversificado, com pertencimento religioso também diverso, além de sujeitos residentes tanto na zona rural quanto na cidade. As localidades que abrangem a pesquisa integram a região catarinense onde aconteceram os eventos da Guerra do Contestado. Seus entrevistados têm entre 10 e 98 anos de idade e vivenciam condições econômicas e profissionais bem variadas.

Sua tese se fundamenta em intensa pesquisa bibliográfica, visitas a lugares considerados sagrados para os joaninos como grutas, águas santas, igrejas, capelas, participação em rituais religiosos, realização de entrevistas, conversas, análise de imagens, orações e outras estratégias de coleta de dados. A autora cita que um dos motivos que impulsionou a pesquisa está na constatação de que a literatura escrita coloca João Maria quase sempre no passado, mas que nas práticas cotidianas de muitas localidades, [...] suas "orientações e ensinamentos" sobre a vida são seguidos com seriedades, e que suas

1 Graduada em História, especialização em História Regional pela UFFS/Chapecó, mestre em História Cultural pela UFSC. Historiadora no CEMAC – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito. Email: eliforneck@gmail.com
2 Agradeço imensamente pelos apontamentos e sugestões da autora nesta resenha.
3 A autora optou por denominar de joaninos todos os sujeitos que "[...] reconhecem João Maria na contemporaneidade a partir de referenciais culturais, históricos, religiosos, políticos, turísticos, comerciais ou outros." p.7.

"mensagens proféticas" são frequentemente apropriadas para interpretação de eventos do passado e situações cotidianas, inclusive por estudantes universitários (p.3).

Buscando analisar os discursos de João Maria no presente, Welter se propõe a "[...] investigar as formas e argumentos utilizados por estes em seu reconhecimento, investigar de que modo ele se inseria em seu modo de vida e o que adicionava ao mesmo" (p.4). A autora utiliza como base a teoria interpretativista de Cliford Geertz para verificar o processo de "[...] produção de significados novos segundo interpretações novas, inseridas em situações novas, envolvendo novos interesses, sempre no sentido de refazer as leituras possíveis [...]" além de, esses mesmos discursos, serem fonte de compreensão do eu, podem "[...] revelar também um mundo desejado ou um poder ser" (p.5).

O primeiro capítulo trata de discutir questões mais teóricas relacionadas à análise de discurso e de teorias interpretativas que buscam entender como os discursos e práticas contemporâneas dos joaninos colocam João Maria como referencial também do presente. Inspirando-se em Paul Ricouer, a autora afirma que "[...] o agir humano, ao ser significado, é objetivado e se autonomiza, marcando o tempo social e registrando-se na história. Desta maneira, torna-se uma '"obra aberta"' à leitura e interpretação" (p.17). Esta continua citando Ricouer, que segundo ela "[...] defende que todo discurso surge como um evento realizado temporalmente e no presente e que o caráter do evento vincula-se à pessoa daquele que fala" (idem). Welter defende que o discurso oral tem uma tripla referência, pois está relacionado a uma realidade extralingüística, ao seu próprio locutor e ao ouvinte. Para ela, o discurso possui temporalidades distintas no escrever e no falar. No falar ele teria o problema da fixação, e a escrita seria para compensar a "fragilidade do discurso" ao dar possibilidade de fixar a fala.

Para a autora, o discurso sobre João Maria possui temporalidade e é sempre elaborado no presente, sendo que nos eventos singulares ele é significado. "É ele que possibilita pensar numa continuidade histórica, mas também, no tempo da eternidade, da imortalidade e da igualdade. Isto me levou a perceber a importância de observar a questão do tempo", (p.23) completa a autora. Ela afirma que o tempo não é apenas o vivido, mas significado pelo sujeito ao vivê-lo, ou melhor, "o tempo é uma construção humana e não um dado a priori" (idem).

Ao referir-se e religiosidade dos sujeitos que denomina de joaninos, Welter defende também que, "[...] além de referentes religiosos mais específicos (institucionais ou não), devemos estar atentos para a presença difusa de valores e sensibilidades religiosas na base do

mundo dos joaninos" (p.31). Segundo a autora, "Esta base religiosa, que estaria difusa e profunda na cultura, está orientando práticas, costumes, comportamentos e crenças, fornecendo elementos para interpretar e reinterpretar eventos históricos" (idem). Para os devotos, "o santo é percebido como um mediador com Deus" (p.32). Refletir e compreender essa relação que os devotos têm com seus santos é primordial para interpretar a relação que construíram os devotos de São João Maria com ele, visto como santo.

A autora destaca que a *campesinidade* é marcante para os joaninos. Inspirada em Woortmann e outros autores, Welter afirma que [...] mais do que referências situacionais dos sujeitos, as categorias empíricas terra, trabalho e família, ao receber significações a partir de valores e princípios organizatórios como honra, hierarquia, reciprocidade e gênero, passam a fazer parte do *mundo* dos joaninos e somar-se a outros referências não- ostensivas (p.41).

Welter discute a literatura escrita sobre João Maria tanto por historiadores, antropólogos, sociólogos, acadêmicos quanto por escritores locais, folcloristas, jornalistas e comentaristas em seu segundo capítulo. Observa que muitos autores que referem-se a São João Maria o vinculam ao passado ou a Guerra do Contestado, e na contemporaneidade é visto como figura lendária ou como um mito. A autora observa que estes discursos sobre João Maria podem ser classificados em três grupos: João Maria como sujeito histórico, situado no cenário catarinense; João Maria numa relação direta e indireta com a Guerra do Contestado e, por fim, a contemporaneidade de João Maria. Para Welter, é importante não apenas entendermos sua permanência, mas sim a cultura histórica que define João Maria como central na religiosidade contemporânea dos joaninos de Santa Catarina.

No terceiro capítulo Welter observa João Maria no cotidiano e nos rituais religiosos dos joaninos. Ela tenta demonstrar como as pessoas são incorporadas na totalidade através de rituais religiosos. O cotidiano dos joaninos está impregnado de práticas que muitas vezes não seguem regras de instituições religiosas, que lhes permite a liberdade de crença e, ainda assim, não deixam de reconhecer a autoridade institucional. Esse mundo religioso e de valores é o mundo encantado por João Maria, "que opera em rituais e no controle da indeterminação do mundo" (p.105).

Quando a autora fala do *mundo hierárquico* dos joaninos, destaca alguns aspectos fundamentais: a) a importância das relações familiares, de compadrio e de parentesco, que se constroem no grupo, tanto em relações de consanguinidade quanto de afinidade. b) a prática

do catolicismo "popular", também chamado de "tradicional". c) João Maria inserido em rituais da "religião dos antigos". O duplo batismo, por exemplo, é frequente entre os joaninos, onde o filho é primeiramente batizado em casa e depois na Igreja. d) Participação em rituais como a Recomendação das Almas e a Reza do 25. e) Os benzimentos são muito comuns. As/os benzedeiros e curandeiros (as) se utilizam de conhecimentos sobre ervas medicinais e procedimentos de cura para tratar, por exemplo, problemas de saúde. f) A cruz de cedro é um dos símbolos de João Maria para identificar o diabo, proteger a pessoa e a casa, além de identificar o devoto.

A construção de João Maria como divindade é o tema do quarto capítulo. Os critérios definidos pelos joaninos para este reconhecimento são: características físicas, modo de vida, família, capacidades especiais, missão na terra e atribuída imortalidade. A base do discurso é o conhecimento familiar daquele que fala e, a partir daí, novas interpretações são formuladas. Além de ser utilizada como base da interpretação do mundo, estas servem também como formas de legitimação do discurso das pessoas envolvidas e da cultura histórica.

Os joaninos tem um cuidado especial para descrever João Maria. Usam muito as palavras no diminutivo, como por exemplo: velhinho, barbudinho, altarzinho, bastãozinho, e outros, como uma espécie de afeto que sentem por ele. Falam do desapego de João Maria a valores mundanos, dando ênfase a sua opção de pobreza e penitência. Essa penitência é vista como "um ato de purificação e tentativa de reconciliação com Deus, o que faz de João Maria um salvador" (p.110). Identificar João Maria como pobre traz também uma auto-identificação, percebida em frases como "era simples como nós". Acreditam que embora tenha aparência humana, João Maria tinha uma capacidade divina, e "a possibilidade de fazer um paralelo com a figura de Jesus Cristo vai se configurando aos poucos" (p.114). Segundo os joaninos, seus poderes divinos possibilitam a João Maria definir quem deve ser punido ou premiado pelas suas atitudes, pois ele teria capacidade de saber o que se passa na cabeça e no coração de cada um. A punição é temida pelos joaninos, por isso devem sempre estar atentos, pois João Maria pode estar colocando-os a prova. Tratar mal uma pessoa que vem pedir ajuda é o mesmo que tratar mal João Maria. Welter conta que "eu própria fui bem recebida e soube posteriormente que eles haviam pensado que eu poderia ser uma enviada de João Maria para colocá-los 'a prova'" (p.121). Ao divinizar João Maria, alguns joaninos substituem o "Deus sobrenatural" que eles não conheciam, pelo "Deus concreto", que viveu entre eles (p.123).

Um Deus que chegou com uma missão na terra, que era ensinar o povo, alertar sobre os perigos, sugerir que se preparem para o fim dos tempos onde apenas os bons e justos sobreviverão. Por estes e outros discursos, a autora afirma que João Maria não morreu, continua "encantado no meio do povo".

O reconhecimento de João Maria como santo e profeta é problematizado no quarto e no quinto capítulo. Para Welter, a construção dessa santidade é elaborada a partir dos elementos selecionados pelos joaninos como qualidades, atitudes e capacidades especiais. Cita um depoimento de uma devota que aponta: "Para nós ele é um santo, mas é um santo vivo, ele não morreu, porque se fosse que ele morresse, ele não fazia tantos milagres, tanta coisa que ele faz (T.S., católica, Fraiburgo)" (p.134). Os joaninos acreditam que ele alcançou a perfeição da condição humana, atingiu a condição de purificado e conquistou definitivamente a vida, por isso, é considerado santo.

A autora cita um depoimento de uma joanina que acredita que "Ele é um profeta de Deus, ele é Mandado por Deus". Para Welter, impressiona a semelhança entre a caraterização de Jesus nas histórias bíblicas e de João Maria nos discursos dos joaninos. Para os joaninos, João Maria era uma pessoa do povo, como Jesus; era profeta itinerante, profeta missionário, profeta mestre, profeta apocalíptico e profeta comprometido com os pobres e necessitados. Os discursos de João Maria são reproduzidos e formulados na contemporaneidade pelos joaninos, conforme sua vivência. Esses discursos podem ser interpretados de diversas formas, como cita Welter: a luz de situações vivenciadas como indesejáveis, principalmente quando rompem com o que é considerado tradicional e bom; no decorrer do tempo, fazendo parte da dinâmica social e das mudanças e encontrando nelas as evidências da correção da profecia; citam as profecias para expor sua indignação, mas também reação, contra as inovações, que para muitos joaninos, colocam em risco seu modo de vida.

Pode-se observar uma forte referência ao fim do mundo nos discursos joaninos. Ao mesmo tempo acreditam "que o fim deste mundo está diretamente relacionado ao surgimento de um novo mundo, marcado por novas relações sociais, sobrevivência apenas do bem e de pessoas boas e justas e uma beleza natural incomparável" (p.191). O joaninos acreditam que todas as profecias de João Maria, como inovações tecnológicas, guerras, mudanças climáticas e nas relações familiares, são sinais da chegada do final dos tempos para os pecadores, e que somente João Maria tem o poder de definir quem será salvo e quem será punido.

No sétimo capítulo, Welter se atém a interpretar os discursos de lideranças sociais e políticas a respeito de João Maria. A partir do final da década de 1970, esses discursos se intensificaram, junto com a intensa organização de pastorais, de movimentos sociais, dos partidos políticos "de esquerda" e também em Santa Catarina, a partir do projeto de resgate da memória da Guerra do Contestado através do governo estadual. Para Welter, aos discursos das organizações e lideranças políticas "nos abrem um *mundo* político habitado por João Maria" (p.195). Inspirando-se em Ricouer (1978), a autora afirma que "é possível constatar a multivalência de João Maria ou vê-lo como 'evento fundante', em torno do qual gravitam 'múltiplos sentidos'"(p.195).

João Maria é visto por alguns como um dos líderes da Guerra do Contestado e, por outros, como símbolo da luta contemporânea pela terra em Santa Catarina. A Romaria da Terra em Santa Catarina, "ao evocar João Maria, buscou referenciar o movimento de contestação ao poder dominante e legitimar a organização dos trabalhadores sem-terra" (p.208) Neste processo, ocorreu uma "ressemantização em torno de João Maria – de pregador da palavra divina à guerreiro e homem de luta" (p.200).

Welter observou uma contradição neste movimento de reconhecimento. O mesmo grupo político que esmagou o movimento no início do século XX, buscou resgatar e valorizar, a seu modo, a memória do conflito na década de 1980. Desta forma, o projeto congelou no passado a memória de João Maria e dos protagonistas do movimento, não estabelecendo vínculos com dilemas contemporâneos, ao contrário do que propôs e fez a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra). "Embora com objetivos diferentes, o fato de ressaltar a bravura de personalidades como João Maria no Contestado, também contribuiu em seu processo de sacralização política" (p.222).

Por fim, no capítulo oito, a autora descreve os discursos expressivos a respeito de João Maria em Santa Catarina. A partir da pesquisa empírica, observa que esses discursos em torno de João Maria se institucionalizaram a partir da década de 1970 e 1980, fomentado principalmente pelo surgimento de pastorais e movimentos sociais, que promoveram uma dessacralização de João Maria. A autora aponta a pesquisa de Valentini (2005), onde ele afirma que o filão mercadológico do turismo fez despertar novos símbolos, ícones e interpretações do movimento. Para Welter, "os discursos expressivos, envolvendo a imagem e os símbolos de João Maria, não são formas ingênuas de expressão de uma tradição local ou

devoção pessoal, mas formas de forjar ou popularizar idéias formuladas a partir de referências concretas" (p.223).

Um dos exemplos que a autora cita, é o caso do Museu de Caçador, onde os "caboclos" afirmam não terem participado nas decisões que definiram o local e a construção do espaço, e de certa forma, expressando uma reação contra o aspecto mercadológico associado ao Contestado. A patrimonialização da memória e da história pode muito bem ser notada no que se refere a muitos projetos de resgate da memória do conflito e dos personagens. As práticas apropriadas por muitos destes espaços e expostas como símbolos do conflito e dos sujeitos envolvidos, muitas vezes são […] diferentes das práticas cotidianas dos joaninos. Estas práticas não se pautam pela fé ou pela religiosidade, mas por metas ou por bandeiras que tratam João Maria como um personagem especial, mas não o equiparam a um santo (p.247).

O trabalho de Welter evidenciou muito bem a contemporaneidade de João Maria em Santa Catarina. Também percebo que seus ensinamentos e práticas impregnam o cotidiano de muitas famílias. João Maria e a Guerra do Contestado são vistos geralmente como algo do passado, distante da realidade, algo que está monumentalizado e se tornou patrimônio cultural. Pelo contrário, a autora demonstrou que as consequências do movimento do Contestado e os ensinamentos do profeta fazem parte da religião e do cotidiano dos joaninos. Seus ensinamentos podem ser visto na religiosidade, nas práticas de cura, nos eventos religiosos, práticas cotidianas que muitos nem sabem ser herança de João Maria.

Destaco algumas conclusões da autora em seu trabalho: para os joaninos, tanto o seu mundo possui valores religiosos, quanto o mundo religioso está impregnado da vida cotidiana e não há uma separação nítida entre o que é o não religioso; Welter constatou também que o mundo religioso dos joaninos é habitado por almas, santos, Deus, Diabo e lideranças laicas, e também de forma muito significativa, por João Maria, que opera juntos aos fiéis nas *indeterminações do mundo*; a base do discurso é o conhecimento familiar daquele que exprime o discurso mas, a partir daí, novas interpretações são formuladas; de maneira geral, os discursos orais, escritos, performáticos e expressivos a respeito de João Maria em Santa Catarina na contemporaneidade que foram construídos pelos joaninos a partir de sua cultura histórica, possuem temporalidade e expressam algo. Por fim, a autora afirma que os discursos a respeito de João Maria tornam-se apropriados para interpretação do mundo dos joaninos,

para controlar as indeterminações do mundo, para anunciar e acabar com o mal, reagir contra aquilo que não está de acordo com sua cultura, estimular a luta política ou anunciar o mundo desejado.

Referências

ROSÁRIO do, Claudia Cerqueira. O lugar mítico da memória. In: *Morpheus* – Revista eletrônica em Ciências Humanas – Ano 1, n 01, 2002.

Recebido em 22 de março de 2016
Aceito para publicação em 23 de março de 2016

SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

ISNN 1984-3968